

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI

**O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO E OS QUADROS ULTRAMODERNOS DA MEMÓRIA SOCIAL**

**João Pessoa/PB
2020**

STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI

**O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO E OS QUADROS ULTRAMODERNOS DA MEMÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, no curso de Doutorado em Ciência da Informação, na linha de pesquisa Informação, Memória e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro

Co-orientadora: Prof. Dr^a. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

**João Pessoa/PB
2020**

Catálogo na fonte:

G861c Grimaldi, Stphanie Sá Leitão
O conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação e os quadros ultramodernos da memória social / Stphanie Sá Leitão Grimaldi; Orientador José Mauro Matheus Loureiro; Co-orientadora Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda. – João Pessoa: o autor, 2020.
192 f.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Patrimônio Cultural Digital. 3. Memória Social. 4. Informação Digital. 5. Cibercultura. I. Loureiro, José Mauro. II. Miranda, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. III. Título.

020

CDD (23.ed.)

STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI

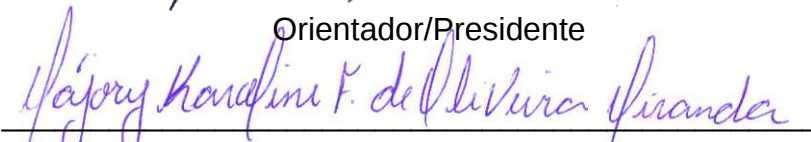
O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO E OS QUADROS ULTRAMODERNOS DA MEMÓRIA SOCIAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Data de Aprovação: 25/03/2020



Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro – UNIRIO/UFPB
Orientador/Presidente



Prof.^a Dra. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda – UFPE
Co-orientadora

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto - UFPB
Membro interno titular

Prof.^a Dra. Maria Nilza Barbosa Rosa - UFPB
Membro interno titular

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima - UFPE
Membro externo titular

Prof.^a Dra. Débora Adriano Sampaio - UFCA
Membro externo titular

Prof.^a Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves - UFPB
Membro interno suplente

Prof.^a Dra. Hélio Márcio Pajeú - UFPE
Membro externo suplente



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 38

Ata da Sessão de Defesa de Tese da Doutoranda **STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI** como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação, Área de concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em **Informação, Memória e Sociedade**.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte (25/03/2020), às dez horas, na sala virtual do Google Hangouts, conectaram-se através de videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Doutora em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a doutoranda **STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI**. Devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e considerando a Portaria N° 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020, a defesa ocorreu virtualmente através da plataforma Google Hangouts. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. José Mauro Matheus Loureiro – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador); Dra. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda - UFPE (Coorientadora); Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – PPGCI/UFPB (Membro Examinador Interno); Dra. Maria Nilza Barbosa Rosa – UFPB (Membro Examinador Interno); Dr. Marcos Galindo Lima – UFPE (Membro Examinador Externo); Dra. Débora Adriano Sampaio – UFCA (Membro Examinador Externo); Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dr. Hélio Márcio Pajeú – UFPE (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, o Professor Dr. José Mauro Matheus Loureiro, presidente da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à candidata para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **"O conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação e os quadros ultramodernos da memória social"**. Após a apresentação a candidata foi arguida

na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o Professor Dr. José Mauro Matheus Loureiro, presidente da banca examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro, presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese da doutoranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 25 de março de 2020.



Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

Dedico esta pesquisa a Deus e a minha avó. Um dia nos encontraremos novamente.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é bom para a alma e significa que você não está sozinho.

Primeiramente, obrigada meu Deus. Por todos os dias, os bons e os nem tão bons. Você me deu forças para continuar e alcançar meus objetivos até aqui.

À minha avó que batalhou pelos meus estudos e se orgulhou com cada vitória. Eu te amarei até o fim dos meus dias. E além.

Aos meus pais. Vocês sempre estiveram aqui por mim. Amo vocês.

A Hermes, agora noivo, em breve esposo. Obrigada por me incentivar e acreditar quando nem mesmo eu acreditei. Obrigada por me amar, apesar das minhas loucuras e chatices. Por me acompanhar em eventos, aulas e viagens. Obrigada por verificar cada página, citação, ano e referências. Desculpa, mas não posso prometer que essa parte acabou. Te amo.

Ao meu filho, Yoda. Só quem tem um filho de quatro patas entende.

A minha irmã. Você é minha base. Obrigada por cuidar de mim todos os dias, apesar de ser a caçula. Eu te amo demais.

Ao meu irmão. Obrigada pelas idas e vindas de um estado a outro de madrugada, fazendo chuva ou sol, com ou sem gasolina.

A minha madrinha Suzy, ela me levou, literalmente, do colégio ao doutorado. Amo você

A Eline. Obrigada, amiga. Por todas as vezes que você apenas foi você.

A Márcia. Cheguei órfã a João Pessoa. Estou acabando essa fase tendo uma madrinha e amiga que irá me acompanhar por toda a vida. Minha Coca-Cola.

Májory, obrigada. Nos descobrimos na graduação. Você me acolheu no mestrado e me escolheu no doutorado. Você é uma amiga para a vida toda.

A José Mauro, meu orientador carioca que desde o início confiou nessa pesquisa.

Aos meus amigos por serem verdadeiros amigos. Em especial agradeço a Gabriela, Izaias, Poliana, Gabrielly, Camila, Mariana, Pollyanna, Guilherme, Breno, Aníbal Nonato e Lívia, que me escutaram e aguentaram durante longos anos de pesquisa. Sem seus incentivos nem a correção final iria sair tão cedo.

A Marcos Galindo e Vildeane Borba por acreditarem em mim há 10 anos.

A todos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB.

Por tudo isso, eu agradeço e compartilho com vocês essa pesquisa.

“A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já. Assim é. Assim seja.”

José Saramago, 1990.

RESUMO

Os quadros da memória social que são constituídos pelos patrimônios culturais digitais e tomados pela informação digital indicam que as mudanças socioculturais são impostas, na ultramodernidade, também pela cibercultura, mas também por uma complexidade de vestígios deixados por outras formas de tecnologia não digital. Com esta proposição o objetivo maior é analisar como a implementação e uso do conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação afeta os quadros da memória social e as identidades que são observados nos ambientes socioculturais da ultramodernidade. Estabelece, como hipótese, que as (re)apropriações que ocorrem com o conceito de Patrimônio Cultural infligem diretamente nas mudanças dos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais ultramodernos. Os objetivos específicos são: Identificar as apropriações e reformulações do conceito de Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural Digital na produção da Ciência da Informação no Brasil; comparar as perspectivas conceituais sobre o Patrimônio Cultural em sua faceta analógica e digital; identificar as políticas e iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural na esfera digital; relacionar o conceito de Patrimônio Cultural, e as atuais iniciativas e políticas de preservação; mapear a natureza do conceito de informação digital; descrever o conceito de cultura na conjuntura sociocultural digital que permeia a ultramodernidade; discutir os quadros da memória social e as identidades socioculturais contemporâneas impostas pelo ambiente digital, inclusive nas redes sociais. Utiliza-se de uma pesquisa qualiquantitativa. Utiliza-se de uma pesquisa bibliográfica quanto ao conceito de informação digital e patrimônio cultural digital, além de uma pesquisa descritiva, com a pesquisa bibliográfica e documental para fundamentação dos conceitos correlacionados ao tema. Com o instrumento do questionário coletam-se informações sobre as redes sociais e sua configuração na memória social, apoiadas no referencial teórico desta pesquisa. Como resultados, percebeu-se que as redes sociais contribuem para um importante fator de exposição em grande escala dos objetos digitais categorizados como patrimônios culturais digitais, inclusive. Seu modo de preservação se dá pela utilização, exposição, disseminação, divulgação e, quando não deletadas, registro memorialístico por meio de visões individuais, que virão a constituir uma memória social. Entendemos que na ultramodernidade os patrimônios digitais são parte integrante das mudanças ocorridas tanto nos quadros memoriais como nas identidades dos sujeitos. Além disso, entendemos que a informação encontra-se em meio digital, mas é, acima de tudo, informação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Digital. Memória Social. Informação Digital. Cibercultura.

ABSTRACT

The frames of social memory that are constituted by digital cultural heritage and taken by digital information indicate that socio-cultural changes are imposed, in ultramodernity, also by cyberculture, but also by a complexity of traces left by other forms of non-digital technology. With this proposition the main objective is to analyze how the implementation and use of the concept of Digital Cultural Heritage in Information Science affects the frames of social memory and the identities that are observed in the socio-cultural environments of ultramodernity. It establishes, as a hypothesis, that the (re) appropriations that occur with the concept of Cultural Heritage directly affect the changes in the frames of social memory and identities in ultra-modern socio-cultural environments. The specific objectives are: To identify appropriations and reformulations of the concept of Cultural Heritage and Digital Cultural Heritage in the production of Information Science in Brazil; compare the conceptual perspectives on Cultural Heritage in its analog and digital facet; to identify policies and initiatives for the preservation of Cultural Heritage in the digital sphere; relate the concept of Cultural Heritage to current conservation initiatives and policies; map the nature of the concept of digital information; describe the concept of culture in the digital socio-cultural context that permeates ultramodernity; discuss the frameworks of social memory and contemporary socio-cultural identities imposed by the digital environment. A qualitative and quantitative research is used. It uses a bibliographic research as to the concept of digital information and digital cultural heritage, in addition to a descriptive research, with bibliographic and documentary research to support the concepts related to the theme. With the questionnaire instrument, information about social networks and their configuration in social memory is collected, supported by the theoretical framework of this research. As a result, it was noticed that social networks contribute to an important factor of large-scale exposure of digital objects categorized as digital cultural heritage, inclusive. Its way of preservation is through use, exposure, dissemination, dissemination and, when not deleted, memorial records through individual views, which will constitute a social memory. We understand that in ultramodernity, digital assets are an integral part of the changes that occurred both in the memorial frames and in the identities of the subjects. In addition, we understand that information is found in digital media, but it is, above all, information.

Keywords: *Digital Cultural Heritage. Social Memory. Digital Information. Cyberculture.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Conceitual da Tese – Conceitos Centrais	34
Figura 2 – Mapa Conceitual da constituição do Patrimônio Cultural	46
Figura 3 – Mapa Conceitual da constituição do Patrimônio Cultural Digital.....	62
Figura 4 – Mapa Mental sobre acepções conceituais de curadoria.....	70
Figura 5 – Mapa Conceitual da Filosofia da Informação	85
Figura 6 – Mapa Conceitual para uma construção do conceito de informação	89
Figura 7 – Mapa Conceitual da informação e objeto digital.....	102
Figura 8 – Dinâmica das cidades inteligentes.....	133
Figura 9 – As grandes evoluções tecnológicas	134
Figura 10 – Mapa Conceitual da Constituição da Memória	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Patrimônio cultural na CI (2000 à 2014).....	50
Gráfico 2 – Apropriações e reformulações do patrimônio cultural na CI	51
Gráfico 3 – Idade dos sujeitos	155
Gráfico 4 – Acesso à Internet.....	156
Gráfico 5 – Influência no Instagram.....	157
Gráfico 6 – Destino das imagens	157
Gráfico 7 – Memória fluida do Instagram	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Patrimônio Cultural Digital e locais de publicação	57
Quadro 2 – Subáreas da Ciência da Informação.....	83
Quadro 3 - Informação digital e locais de publicação	95
Quadro 4 – Objetos digitais e locais de publicação	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
CASPAR	Artistic and Scientific Knowledge for Preservation, Access and Retrieval
CI	Ciência da Informação
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDENE
CSAAR	Centro de Estudos de Arquitetura da Região Árabe
DCC	Digital Curation Centre
DCU	Digital Curation Process Model
DMACH	Digital Media Applications for Cultural Heritage
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
GB	Gigabyte
GIS	Sistemas de Informação Geográfica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines
IFLA	International Federation of Library Associations
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISI	Institute for Scientific Information
LIBER	Laboratório de Tecnologia do Conhecimento
MINC	Ministério da Cultura
MMN	Maine Memory Network

OAIS	Open Archival Information System
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Patrimônio Cultural Digital
PBCIB	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
RDBCI	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
RICI	RICI
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Base de Dados
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
TVU	Tv Universitária
UCG	Conteúdo Gerados pelo Utilizador
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBRA	Centro Universitário Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	METODOLOGIA	33
3	PATRIMÔNIO CULTURAL: DA APROPRIAÇÃO À PATRIMONIALIZAÇÃO	38
3.1	A Ciência da Informação e o Patrimônio Cultural	49
3.2	Patrimônio Cultural Digital: uma realidade em potência para a CI	53
3.3	Políticas Públicas e o Patrimônio Cultural Digital.....	65
3.4	Preservação do Patrimônio Cultural Digital pela Curadoria Digital.....	69
3.5	Algumas Iniciativas para Salvaguarda do PCD.....	75
3.5.1	As Redes Sociais e o PCD	79
4	INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	83
4.1	Informação Digital: natureza, utilização e a Ciência da Informação	93
5	DA HIBRIDAÇÃO DAS CULTURAS À CIBERCULTURA, O CIBERESPAÇO E AS NOVAS SIGNIFICAÇÕES.....	105
5.1	As Culturas e suas Teias na Sociedade Líquida do Século XXI	122
5.2	A Hipervisibilidade dos Sujeitos e a Individualização do Ser	126
5.3	O Colaborativismo Inteligente da Cibercultura.....	130
6	RELEVOS DICOTOMICOS NA MEMÓRIA SOCIAL – CULTURA, PATRIMÔNIO, INFORMAÇÃO E IDENTIDADE.....	138
6.1	Memória Social e as Identidades Socioculturais Contemporâneas.....	148
6.2	Uma Memória Social Cíbrida.....	153
6.3	Memória no Instagram?.....	156
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS.....	166
	APÊNDICES	182
	APÊNDICE A: Mapa Conceitual da tese	183
	APÊNDICE B: Mapa Conceitual da Constituição do Patrimônio Cultural Digital.....	184
	APÊNDICE C: Mapa conceitual para uma construção do conceito de informação	185
	APÊNDICE D: Mapa conceitual da informação e objeto digital	186
	APÊNDICE E: Mapa Conceitual da Constituição da Memória.....	187
	APÊNDICE F: Questionário da pesquisa – Coleta de Dados	188

INTRODUÇÃO

Só os insanos, lutam contra o seu próprio patrimônio.

Luiz de Lara

Esta pesquisa direciona seu interesse à importância dos Patrimônios Culturais Digitais e de estudos voltados às políticas e práticas de salvaguarda da memória social oriundas dos ambientes socioculturais da ultramodernidade, circunscritos no âmbito do universo digital, denominados de Cibercultura. O foco principal é destinado a analisar como a implementação e uso do conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação, tomado pelas informações em meio digital, ou objetos digitais, afeta os quadros memorialísticos e as identidades da sociedade contemporânea.

A Ciência da Informação (CI) tendo por objeto de estudo, como definido por Le Coadic (2004), a informação e seus processos de construção, comunicação e uso, além da concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso, insere suas pesquisas no campo memorialístico por meio da preservação da memória social.

Falamos aqui de memória social. Lembramos que toda e qualquer forma de memória só se dá dentro das formas de interação dos humanos entre si e com o seu entorno, toda memória são representações construídas a partir da experiência humana para atender um determinado presente. Assim, a memória a qual nos voltamos nessa tese é a memória construída através do resultado do enlace dos sujeitos e da sociedade, em uma teia em permanente crescimento e desenvolvimento, onde não há imposição de uma parte sobre a outra. Nesse sentido, a memória da qual nos apropriamos é aquela do entendimento de Diehl (2002, p. 121): “uma representação daquelas experiências vividas por homens numa dimensão social”, isto é, a memória social.

Assim, quando atrelamos a CI à preservação da memória social, enxergamos uma área de responsabilidade social dessa ciência, posto que a CI seja uma Ciência Social.

Nesse sentido, consideramos nessa pesquisa a informação, em seus múltiplos meios de registro, como possível constituinte do Patrimônio Cultural. Compartilhamos assim do entendimento de Choay (2006) sobre o conceito de patrimônio sendo, acima de tudo, objetos ou bens aos quais são passados das

gerações passadas para as futuras. Assumimos que o conceito de patrimônio carrega denominadores comuns que existirão em todo e qualquer patrimônio, dentre eles a herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a ideia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra (DODEBEI, 2008), sempre possuindo dois lados o material e o imaterial.

Quando pensamos nos pontos de encontro entre o Patrimônio Cultural e a CI, temos como destaque estudos relacionados à memória, identidade e informação, campos sociais essenciais na ultramodernidade. Araripe (2004), já afirmava que o patrimônio cultural é parte integrante de uma memória social e constitui um grande acervo (in)formacional que se insere nos processos de ensino e pesquisa, construindo um ser socialmente ativo, exaltando a produção do homem como bem cultural.

Desde o seu surgimento nas Ciências Sociais, o fenômeno da informação destaca-se como o centro nodal das pesquisas na área de CI, com vistas a sua produção, comunicação e uso. Na atualidade, quando o centro das atenções se destina ao Patrimônio Cultural, o registro documental (informação registrada) faz-se presente. Segundo Frohmann (2006), no momento em que a informação é fixada em forma de documento, torna-se possível identificar os campos de força (institucional, tecnológico, político e cultural) que configuram características sociais e públicas da informação na ultramodernidade. Contudo, acreditamos que a informação tem ação nos vários campos da sociedade humana sem necessidade de um registro ou fixação prévia. Assim, independente de fixação prévia, temos o objeto de estudo da CI, a informação registrada pelo sujeito nas mais variadas formas.

Acrescentamos ainda que, como bem nos lembra Pacheco (2005) a informação é, inclusive, um artefato e não deve estar ligada apenas ao registro, nem subordinada a ele, sendo o registro mais uma de suas facetas. Seu principal atributo da é sua materialidade (capacidade de ser percebida pelos sentidos).

Assim, na ultramodernidade se faz importante que haja uma desvinculação entre patrimônio e a obrigatoriedade apenas com laços do passado, pois a cultura disposta no século XXI requer a quebra do espaço-tempo e impõe que o presente e o futuro sejam as fichas monetárias as quais dão funcionamento as relações socioeconômicas ambientadas na cultura digital.

Vamos abrir um parêntese para clarear o conceito que nos situa no tempo e espaço no que se refere a essa tese: a ultramodernidade. Consideramos nessa

pesquisa que estamos vivendo tempos ultramodernos. Os pensamentos e questionamentos sobre em que tempo estamos alocados não é o mais importante, mas entender que as coisas mudaram de paradigma é determinante para uma leitura das novas configurações as quais delineamos no campo patrimonial e memorial nessa tese.

A ultramodernidade vista nessa pesquisa pode ser entendida como um reflexo prolongado da própria modernidade, a qual ainda não foi esgotada, sem poder ser considerada pós-moderna. Esse conceito baseia-se na hipermodernidade de Lipovetsky (2004), o qual considera que vivemos em uma sociedade caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, os quais precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer. Tais conceitos (hipermodernidade e ultramodernidade) tornam-se assim similares ao conceito de modernidade líquida, defendido por Bauman (2001).

Assim, o conceito de moderno não nos basta e o de pós-modernidade não nos define bem. As transformações as quais a sociedade passou indo desde as mudanças culturais e dos artefatos tecnológicos, até as mudanças da objetividade ao ficcional e ao virtual, ou do bioquímico ao tecido genético, nos fazem considerar que somos mais do que a modernidade nos delimita.

Isso porque, para Gilberto Freyre (1973), a modernidade existe onde ela pode se alimentar e oxigenar por meio das tradições. Sem tradição, sem a raiz e o regional, a modernidade não existe. Deixa de ser. Para Bauman (2001), não possuímos mais esse conjunto estável de valores, o qual nos caracterizava como modernos. Para ele, deixamos de ser uma modernidade sólida, e, em seu lugar, constituímos uma modernidade líquida. Nessa nova era de Bauman, tudo é volátil, as relações humanas não são mais tangíveis e a vida em conjunto, familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas e assim por diante, perde consistência e estabilidade. Esse conceito muito se aproxima da pós-modernidade.

Entretanto, Bauman (2001) concorda que ainda não somos (ou quiçá nunca seremos) pós-modernos. Pfohl (2004) corrobora a esse pensamento e diz que ainda não fomos além das contradições modernas a ponto de atingir o patamar de pós. Para o referido autor, temos a cada dia mais mobilidade e liberdade, ambas proporcionadas pelos avanços tecnológicos. Contudo, ainda lidamos com os mesmos velhos problemas, assim “é provavelmente melhor pensar sobre

ultramodernidade ou intensificação da modernidade por não estarmos além das contradições” (PFOHL, 2004, p.61). Assim, a passagem da modernidade para ultramodernidade é uma alteração na percepção dos fluxos.

Pfohl (2004) lembra que a sociedade não é mais colonialista de modo formal, mas ainda existem muitas formas de colonialismo, como sombras do racismo, na forma de pensar. Nesse sentido, consideramos que a Ciência da Informação, reflexo e refletor da sociedade, encontra-se numa era ultramoderna. Já atingimos níveis de investigação surpreendentes, incluindo o campo patrimonial e memorial, mas ainda há barreiras a transpor.

Nesse sentido, voltando ao nosso objeto de estudo é evidente que o patrimônio atingiu novos patamares de compreensão desde a revolução industrial, indo além de construções monumentais, abarcando o saber fazer, o sentir e o pensar (RIBEIRO; PIRES, 2015) ou o *savoir-faire* (LÉVY, 2015) exigido uma inteligência coletiva, um compartilhamento de saber, ingrediente essencial à cibercultura, principalmente quando atrelado ao campo patrimonial.

Fazemos lembrar que todo patrimônio possui duas dimensões: seu lado material, no que tange a sua existência e seu lado imaterial, no que se refere a seu lado simbólico. Sua materialização já se faz presente quando é percebida por um dos sentidos humanos. Além disso, o patrimônio nunca está envolto apenas do objeto (coisa), pois há vários elementos que o constituem e o envolvem fisicamente e contextualmente. Miller (2013, p.111) já nos dizia que “o imaterial só pode se expressar pelo material”.

Assim, o Patrimônio Cultural configura-se como o conjunto de tudo aquilo que têm sentido social, representado de forma material e simbólica e, apesar de fundamental, não deve permanecer apenas no plano da significação física, ser recuperado, conservado, por mecanismos legais, inclusive, mas também por meio da disseminação e socialização as quais necessitam de reciprocidade, construída no tempo e espaço, de modo contextual e dinâmico, representando em si uma memória social. É, assim, por meio da memória inserida do patrimônio, constituído por informações, que se obtêm as identidades sociais, unindo passado, presente e futuro.

Entretanto, dentro do ambiente cibercultural, o que muda é a limitação onde está circunscrita a informação, que agora também possui sua gênese digital. Tal mudança não afeta o objeto de estudo da CI, pois o conceito de informação para a

CI pode ser entendido, mesmo que inicialmente de modo limitante, segundo Silva e Ribeiro (2002) como um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizados e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Com a emergência das modernas tecnologias e do crescente número de usuários, uma nova faceta, no que se refere ao registro da informação, ocorre, segundo Pinto (2013) acarretando em uma mudança na forma de registro e consequentemente na forma de comunicação informacional. Logo, onde antes contávamos apenas com registros em suportes tradicionalmente analógicos, atualmente contamos com registros inscritos em plataformas por dispositivos constituintes dos sistemas tecnológicos de informação. Logo, passamos de um produto bidimensional – informação-suporte -, para um produto tridimensional – informação-suporte-tecnologia¹ (SILVA, 2006).

Por essa definição do autor supracitado, consideramos nessa pesquisa que mesmo em meio digital, a informação possui um suporte, não podendo assim ser considerada neutra e destituída de forma, assim como a materialização patrimonial intrínseca de Miller (2013). Tomamos assim a definição de Le Coadic (2004), acerca da informação digital, o qual, por sua vez, afirma que a informação digital se constitui de todo conhecimento comunicado a um ser consciente por meio de uma mensagem (signos), inscrita sobre um suporte digital (sinais digitais e ópticos), com aplicações variadas, como jornais, livros, revistas, fóruns, conferências, sites, bibliotecas, museus, etc., todos e todas eletrônicas. Entendemos que informação é ser, digital é estar. Um é a condição epistêmica do conhecimento, o digital é o modo como nós projetamos nossas interfaces (exomemórias), ou seja, um estado (registrado) do conhecimento.

Esse pensamento é ampliado na definição de Oliveira (2011) que norteia nosso trabalho no que se refere ao conceito de informação. Para a autora, que enxerga a informação como signo, do ponto de vista semiótico, a distinção excludente entre as classificações de tipos documentários, incluindo os da cultura

¹ Não nos esqueçamos de que quando falamos de bidimensional, não aniquilamos a tecnologia analógica existente. Apenas diferenciamos das tecnologias impostas pela virtualidade que agregaram novos fatores aos documentos e objetos produzidos. Cumpre salientar que a tecnologia é um prolongamento do humano (Leroi-Gourhan), estando presente em toda trajetória da espécie. Isso indica uma subordinação à tecnologia digital, o que não representa a realidade da informação.

imaterial, não se sustenta, porque não faz referência ao objeto dinâmico (documento na sua materialidade), mas sim ao objeto imediato, um “já-quase-signo”.

Assim, corroboramos, inclusive, com o pensamento de Siebra, Borba e Miranda (2016), autoras as quais se utilizam da nomenclatura objetos digitais como sinônimo de informação digital. Essa apreensão amplia a complexidade e a relação entre memória, Patrimônio Cultural e informação digital, foco desse estudo.

Para Dodebei (2014) os objetos digitais, modeladores das informações e dos conhecimentos, são como imagens visuais ambientadas no ciberespaço, os quais por sua vez podem vir a configurar-se como patrimônios culturais digitais. Ainda segundo a autora, devido à materialidade das informações digitais, elas constituem, inclusive, parte da cultura material (DODEBEI, 2015), onde para Marcondes (2018) o valor cultural do objeto digital se propaga em uma proporção impossível aos objetos físicos. Consideramos assim que a informação digital torna-se sinônimo de objetos digitais na cibercultura, composta pela heterogeneidade de elementos, contextos, sujeitos e micropoderes.

Não obstante, faz-se necessário fazer uma descrição do conceito de cultura como disposto na ultramodernidade. Assume-se assim a definição dada por Geertz (1978, p. 9), na qual leva em consideração a semiótica, sendo a cultura um documento de atuação constituída em estruturas de significados socialmente estabelecidos, definidas em um contexto. Ou seja, a cultura se constitui em

um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas de forma simbólica por meio do qual os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida (GEERTZ, 1978, p. 66).

Assim sendo, a cultura é algo público, bem como seu significado, não definido geneticamente, mas construído e vivenciado socialmente. Durante esse processo de agência ou agenciamento no ciclo dos sistemas de significação, uma das etapas se constitui de problemas ou indagações, os quais são considerados como motivadores da natureza questionadora do ser humano. Nesse momento, Geertz (1978) afirma que se inicia uma busca por informações que visem tornar a conjuntura coerente e organizada, amenizando o caos para o qual o sujeito não está preparado nem confortável. Por conseguinte, através da manipulação dos recursos culturais, são produzidos estímulos no ambiente fomentando uma incessante busca informacional

visando estabelecer as reciprocidades entre sujeito e meio. Nota-se com isso que a relação entre cultura e informação se dá em sua própria natureza.

O que muda na ultramodernidade é o meio onde a informação está circunscrita, ou ainda, o entendimento de suas novas delimitações, devido, dentre outros fatores, a mudança na forma de enxergar o objeto informacional. O ambiente antes estático e sólido, agora se dá nas formas de percepção desse ambiente, de forma leve, líquida, fluida e dinâmica, assim como a cultura, as relações e seus objetos (BAUMANN, 2001). Ainda segundo o autor, a nova modernidade, ou ultramodernidade (YUS RAMOS, 1998) impõe mudança de forma constante, exigindo uma permanente adaptação. O que mais vale é o tempo de resposta, não mais o espaço de ocupação. No momento em que a cultura é tomada como depositária informacional e a informação tem seu gene alterado, parcialmente ou totalmente, a cultura a segue e se adapta. Esse fenômeno é observado no meio virtual, tomado por bits informacionais que se mesclam a cultura dominante, em uma imperfeita hibridização cultural.

A hibridação se constitui de, segundo Canclini (2001, p. XIX), “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Assim, toda cultura está em um processo de hibridação, em função de diferentes espaços, tempos ou movimentos. Nesse sentido o autor conclui que ao ocorrer uma hibridação busca-se reconverter um patrimônio (entendido por ele como uma fábrica, uma capacitação profissional ou um conjunto de saberes e técnicas) visando reinseri-lo em novas condições de produção e mercado. Voltaremos a esse ponto em específico no capítulo 5 dessa tese.

Eis que novamente a ultramodernidade se configura como a melhor delimitação espaço tempo, pois a hibridação cultural é uma das marcas centrais de nossa sociedade, onde o antigo, o moderno e suas tradições se mesclam e se ambientam dentro e fora no universo digital, por meio de um olhar transdisciplinar dos circuitos culturais, com uma mescla de memórias heterogêneas e inovações incompletas.

Atingimos nesse ponto a questão central da cultura na ultramodernidade do século XXI, sua liquidez e fluidez que não a acorrenta mais a modelos concretos e estáveis. Entramos na instabilidade e permaneceremos por tempos não quantificáveis.

Enxergamos nesse sentido a cultura como um organismo vivo e adaptável, independente das formações culturais existentes, ou das técnicas e tecnologias disponíveis durante certo período temporal, ela sempre será fluida e adaptável, jamais determinada e fixada em significados pétreos e imutáveis. Mesmo que haja a supressão de suportes informacionais específicos, prevalecerão significados que continuarão a serem perpetuados e modificados continuamente, principalmente na cibercultura.

A cibercultura, como conceito e como ambiente já é uma realidade contemporânea e ultramoderna que engloba todos os cantos da terra, seja em menor ou maior intensidade, a cibercultura é universal (LÉVY, 2010). Antes de tudo, a cibercultura é jovem, não por ser apenas um novo padrão sociocultural, mas por carregar o espírito contínuo de mudança. Lévy (2010) justifica esses pensamentos ao afirmar que o ambiente cibercultural foi proporcionado pelo movimento internacional de jovens ávidos para experimentar novas formas de comunicação coletiva, diferentes das já proporcionadas pelas mídias clássicas, ou cultura das mídias, como chama Santaella (2003), tornando tudo potencialmente mais intenso e imediato.

Esse pensamento é essencial para a tese aqui defendida sobre as trajetórias e transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital, permeado pela fluidez das relações humanas, além das consequentes mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade.

Desde a constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a qual legitimou a emergência de novos direitos, revolucionando o campo patrimonial e seu entendimento pelo Estado e sociedade, a apropriação do conceito tornou-se comum e ampla, em aspectos ontológicos e semânticos. A isso se interligou de maneira direta as políticas, iniciativas e programas destinados a sua preservação. Para Abreu (2015) patrimonializar passou a ter como significado um processo de seleção de determinados bens ou artefatos com a capacidade de simbolizar ou representar de maneira metafórica a ideia, mesmo que abstrata, de nação e seus corolários, com a ideia de humanidade.

Ainda segundo Abreu (2015), o antropólogo Richard Handler já descrevia que a força de patrimonialização no Ocidente moderno era objetivada a tornar palpável e materializável ideias muito abstratas e de difícil assimilação. Incluindo-se aqui, a

ideia de identidade, como basilar à necessidade ocidental. Necessidade essa a qual Handler a intitula de certificação nacional, aludindo aos itens patrimoniais como identificadores de coletivos de indivíduos como “culturas” ou “nações”.

Nesse sentido, ao se analisar as apropriações que o conceito de Patrimônio Cultural sofreu no decorrer dos anos, não é de se estranhar a falta de políticas que efetivamente garantam sua perpetuação na história e na memória. Mesmo os bens que tradicionalmente são concebidos como patrimoniais e cabíveis de proteção, seja por tombamento ou inventariado, pelo Estado, não estão a salvo frente à realidade política instável na Nação. Os acontecimentos do dia 02 de setembro de 2018 no Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro estão à disposição para provar que não há efetividade quando falamos em políticas patrimoniais.

Esse pensamento já havia sido demonstrado nos resultados da pesquisa de mestrado que apontaram uma evidente necessidade de investigação da relação entre apropriação do Patrimônio Cultural e suas ramificações, no que se refere a sua equivalência perante as iniciativas de preservação direcionadas a esse setor. Essa necessidade deu-se tendo em vista as diversas abrangências ocasionadas pela abertura conceitual que sofreu o domínio patrimonial e a falta de atualização das políticas vigentes (GRIMALDI, 2016).

Entretanto, devemos lembrar que não apenas pesquisadores e estudantes da museologia e pesquisadores da informação são responsáveis pelo patrimônio, bem como são também responsáveis os demais pesquisadores, estudantes e profissionais das mais diversas áreas participaram desta recuperação.

Por ser a Ciência da Informação (CI) uma área que direciona seus estudos a informação registrada, com fundamental importância relativa à memória – em especial, a memória social -, o campo patrimonial a alcança e a torna área de estudo. Perante essa relação informação, memória e patrimônio, o contexto impõe um novo desafio a área, ampliando a efemeridade da memória, tornando tudo em digital. O conceito de cultura digital é desafiador e reorganiza as relações estudadas pela área, exigindo atenção (DODEBEI, 2011).

Para Dodebei (2011) ainda persiste uma insuficiência teórico-metodológica nas ordens de leitura para a existência e convivência dos objetos culturais no meio digital (objetos digitais), em um enfrentamento do espaço-tempo, em um tempo que se torna espaço. Esse raciocínio encontra seu fundamento nas circunstâncias que evocam o valor atribuído ao patrimônio, este que é temporário e sujeito as condições

existentes, não existindo, portanto, um objeto nascido patrimônio. Ainda segundo a autora, são pouquíssimas as pesquisas que discutem a relação entre o que, quem e como preservar os objetos nascidos digitais e valorizados em patrimônio, perante o *default* social contemporâneo, configurado pelo consumo e pelo esquecimento. Nesta medida, o estudo da (re)apropriação do Patrimônio Cultural Digital com o enfoque na informação e principalmente da informação digital, ainda é incipiente, inclusive dentro da Ciência da Informação.

Dentro do aspecto pragmático da relação entre apropriação, iniciativas e políticas, existe a importância de pesquisas científicas na compreensão e definição dos conceitos para a construção, entrosamento e efetividade das ações direcionadas ao setor. O efêmero e digital, que toma o conceito de patrimônio para si no ambiente cibercultural, acaba por tornar-se ainda mais fluido enquanto não há uma clareza quanto ao que o configura como Patrimônio Cultural Digital para a área. Arantes (1984) já infligia importância significativa em desvendar as relações sociais envolvidas no processo de patrimonialização, no que tange a apropriação, aplicação e entendimento social.

Destarte, essa pesquisa parte do pressuposto de que as mudanças socioculturais influenciam de forma direta e assimilativa o registro informacional, os patrimônios e as memórias sociais.

Sendo assim, a hipótese inicial desta pesquisa é a de que (re)apropriações do conceito de Patrimônio Cultural infligem mudanças nos quadros da memória social e identidades de ambientes socioculturais ultramodernos. Para investigar essa hipótese, a execução desta pesquisa buscará responder à seguinte questão:

Com a perspectiva de construção da memória social, como os fenômenos socioculturais da ultramodernidade interferem na (re)apropriação do conceito de Patrimônio Cultural Digital?

Tendo em vista essas considerações, e buscando as respostas para o questionamento central dessa pesquisa, bem como para as questões de ordem mais específica levantadas na problemática, definiu-se o objetivo geral analisar como a implementação e uso do conceito de Patrimônio Cultural Digital, na Ciência da Informação, afeta os quadros da memória social e as identidades observados nos ambientes socioculturais da ultramodernidade.

Para alcançar foram estabelecidos sete objetivos específicos:

- a) Identificar as apropriações e reformulações do conceito de Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural Digital na produção da Ciência da Informação no Brasil;
- b) Comparar as perspectivas conceituais sobre o Patrimônio Cultural em sua faceta analógica e digital;
- c) Identificar as políticas e iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural na esfera digital;
- d) Relacionar o conceito de Patrimônio Cultural, e as atuais iniciativas e políticas de preservação;
- e) Mapear a natureza do conceito de informação digital;
- f) Descrever o conceito de cultura na conjuntura sociocultural digital que permeia a ultramodernidade;
- g) Discutir os quadros da memória social e as identidades socioculturais contemporâneas impostas pelo ambiente digital, inclusive nas redes sociais.

Para atingir tais objetivos, toda a discussão baseia-se na memória social e na razão de sua existência, tendo como base a cultura / cibercultura e a significação atribuída aos patrimônios culturais digitais. O conceito de memória está associado ao de informação e patrimônio, na medida em que todos se relacionam de modo semiótico, a cultura. Nesse sentido, tomamos a cultura como insumo da memória, o patrimônio como preservação da memória, a informação como o princípio e a continuação da memória e, por último, a identidade como uma das finalidades da memória e diretamente associada à memória social.

Para uma melhor compreensão dos aspectos envolvidos na estruturação da tese, dividimos sua escrita em oito seções, conforme se apresenta a seguir. A primeira e segunda seção, composta pela introdução e caminhos metodológicos, expõe a problemática, os objetivos, justificativa e o trajeto dessa pesquisa. As quatro seções subsequentes apresentam o objeto da pesquisa e suas relações. A subseção 6.3 expõe os seus resultados qualiquantitativos. Por fim, apresentamos as considerações finais. Para ilustrar os conceitos significativos desta tese, foi elaborado um mapa conceitual, através da ferramenta aberta *CmapTools*², representando os conceitos mais significativos na figura 1 e os desmembramentos completos presentes do decorrer da pesquisa. (ver apêndice A).

² Disponível para download em: <<http://cmap.ihmc.us/>>

A primeira seção teórica, e terceira seção do trabalho, intitulada "Patrimônio Cultural: da apropriação à patrimonialização", tem como foco esclarecer o que se entende por patrimônio cultural e como tal conceito recebe as conotações contemporâneas. Logo, esse capítulo tem a intenção de recapitular a evolução conceitual do termo, inclusive dentro da CI, incluindo o conceito de patrimônio cultural digital, comparando suas perspectivas após o levantamento efetuado. Além disso, buscamos mostrar a importância social do patrimônio e relacionar as necessidades das políticas públicas e iniciativas para viabilizar sua salvaguarda física e digital, apresentando, inclusive, algumas políticas e iniciativas relacionando-as com o conceito debatido na área. Por meio da elucidação desse capítulo e subcapítulos, procuramos satisfazer os quatro primeiros objetivos específicos desta tese.

Já tendo apresentado a relação entre patrimônio, CI e informação, a segunda seção teórica apresenta o desenvolver do objeto de estudo da Ciência da Informação no decorrer dos anos até a ultramodernidade, onde o objeto é o principal constituinte da Cibercultura, ambiente do patrimônio cultural digital. Para tanto, após essa revisão, é feita o mapeamento do uso da informação digital dentro da CI, visando resolver o quinto objetivo específico.

A terceira seção teórica, quinto capítulo do trabalho, intitulada "Da Hibridação das Culturas à Cibercultura, o Ciberespaço e as Novas Significações", apresenta estudos a cerca da compreensão da cultura como sistema simbólico que permeia as atribuições de valores de todos os segmentos sociais na qual o homem se insere e modifica seu espaço, influenciando de forma direta a memória, a preservação e o acesso. Buscando atender o sexto objetivo específico, é feita uma descrição do conceito de cultura na atual conjuntura ultramoderna, a qual é ambientada pela cibercultura, proporcionando aos sujeitos hipervisibilidade e individualização social, mas também intensificando as oportunidades de colaborativismo nas redes.

Nossa última seção teórica, sexta seção da pesquisa, busca fazer o elo conceitual entre as discussões apresentadas até então, relacionando os conceitos de cultura, patrimônio e informação, discutindo os quadros das memórias contemporâneas as identidades dos sujeitos, ambos impactados pela cibercultura.

Na subseção 6.3 apresentamos alguns resultados de pesquisa, obtidos por meio do instrumental técnico dos questionários, a partir do recorte analítico que efetuamos na rede social Instagram para melhor entender como os patrimônios

digitais estão alocados nas redes sociais e como se dá a interação dos sujeitos com esses bens, tendo em vista a validação de nossa hipótese de pesquisa. Com essas duas seções, buscamos atingir o sétimo e último objetivo específico da tese, permitindo assim efetuar uma análise de como a implementação e uso do conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação afeta os quadros da memória social e as identidades observados nos ambientes socioculturais da ultramodernidade.

Ao término das descrições e análises dos resultados da pesquisa, a seção sete conclui apresentando algumas considerações finais sobre os quadros da memória na ultramodernidade ambientada na cibercultura, recinto dos patrimônios digitais.

Este estudo sobre Patrimônio Cultural na constituição da memória social e sua preservação é fruto, primeiramente, da observação no decorrer dos 10 (dez) anos de pesquisa em Ciência da Informação, iniciando-se na iniciação científica, depois em projetos de pesquisa, desenvolvida durante 6 (seis) anos no Laboratório de Tecnologia do Conhecimento (LIBER) e culminando no doutoramento.

Em reflexo involuntário ao incentivo particular, os dez anos de pesquisas que envolvem a relação entre informação, memória e ciberespaço ganharam maior visibilidade dentro da Ciência da Informação no Brasil com a inclusão do grupo temático Informação e Memória no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), motivados pelas circunstâncias impostas pela virtualidade, considerando a íntima relação entre memória e contexto, sendo a memória um

conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência, visto que a memória possui contextualidade [...] A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade (AZEVEDO NETTO, 2008, p.12).

Dentro das pesquisas direcionadas ao estudo da memória e suas implicações, grande importância deve ser direcionada aos estudos concernentes a memória construída por uma coletividade, a memória social. Essa assertiva fundamenta-se em Le Goff (2003) o qual afirma que os estudos envolvendo a memória social constituem um dos meios fundamentais para a abordagem dos

problemas envolvendo o tempo e a história, relativamente ao qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento, sendo o patrimônio cultural o próprio suporte e externalização da memória social ou coletiva. Sorj (2003) também destina grande relevância à construção e aos constructos da memória social, pois a entende como uma das condições fundamentais da integração da vida social.

Lazzarin, Azevedo Netto e Sousa (2015), em uma pesquisa sobre a temática da inclusão do ciberespaço nos estudos da memória na área de CI, concluem que a memória social é uma das maiores fontes de discussão nos artigos do ENANCIB, quando alinhada a temática do ciberespaço. Sendo assim, para os referidos autores, o espaço virtual tornou-se um grande propagador e facilitador da memória social, além de um tesouro para a preservação da memória, mediante manifestações e ações dos profissionais da área.

Vale ressaltar que o espaço virtual não é algo novo, mas seu potencial sempre terá espaço para coisas inovadoras. Isso reflete o pensamento dos autores ao dizerem que, no que se refere à memória, existe um campo promissor para ir além dos limites experimentados até então.

Não configura surpresa neste sentido a relação da apropriação do patrimônio cultural na área, já tomado pela contextualidade do ambiente virtual, tendo em vista que a mesma é um importante constituinte da memória social e, conseqüentemente, da identidade coletiva.

Contudo, é possível verificar nos estudos de Dodebei (2011) e Lazzarin, Azevedo Netto e Sousa (2015), que as pesquisas sobre a memória social no ciberespaço, levando em conta o Patrimônio Cultural Digital, ainda são incipientes. Tomando como princípio que os patrimônios, quando classificados como tal, devem ser preservados, compete aos cientistas da informação, e profissionais da informação como um todo, a conservação dos insumos constituintes da memória, pensamento defendido por Santos (2014).

Monteiro (2010) já nos dizia que essa função se faz mais impetrante no contexto contemporâneo, na medida em que o Patrimônio Cultural Digital apresenta um risco ainda maior de ser perdido para a posteridade, exigindo práticas curatoriais específicas. Dez anos após o autor expor seu pensamento, essa realidade posta na ultramodernidade não deveria ser verdade, posta as múltiplas formas de preservação digital existentes. Entretanto, preservar ou não em muito se relaciona a cultura existente. Lévy (2000) em seus estudos sobre a importância de estudar as

imposições do meio digital, já informava que implicações culturais e sociais devem ser sempre reavaliadas devido às mudanças ocorridas pela era digital, impostas por peculiaridades próprias da cibercultura.

Circunscrita no paradigma pós-custodial (MIRANDA, 2012), a CI tem como dever na ultramodernidade uma responsabilidade social. Araújo (2003) afirma que se faz necessário perceber a CI por meio de sua conotação social, pois, enquanto assim não o for, suas contribuições por meio da produção intelectual ou científica não terão impacto na conjuntura coletiva. Sendo assim, para Garcia, Targino e Dantas (2012), se faz preciso um reforço aos cientistas e profissionais informacionais para que estes se envolvam em estudos e pesquisas (puras ou aplicadas) de alcance social.

Parte das definições das prioridades a serem tomadas nas agendas públicas e nas iniciativas privadas ou governamentais é direcionada a partir das investigações das comunidades científicas, tomadas como prioridade para a melhoria social. Essa afirmação “pode ser verificada a partir da análise das relações de poder e na capacidade de pressão da comunidade científica expressas na grande influência por ela exercida no atendimento de assuntos de seu interesse” (VALENTE; HANDFAS, 2013, p.277).

Ao analisar as trajetórias e transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital na CI, tratando, ainda, de constatar quais as mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade ocorreram, buscamos conseguir identificar a relação entre apropriação e iniciativas, políticas e práticas patrimoniais culturais, buscando clarear os aspectos nebulosos entre apropriação e aplicação. Neste sentido, o estudo desta relação torna-se essencial para a CI atingir seu objetivo social nas pesquisas científicas, pois os embates entre política e sociedade são suscitados pelas conceitualizações científicas e estudos antropológicos e sociais.

2 METODOLOGIA

O método é o pai da memória

Thomas Fuller

A pesquisa aqui apresentada levou em consideração que a relação entre o pesquisador e o objeto carece de uma dinâmica particular, exigindo que sejam levados em consideração os fatos dentro de suas especificidades temporais e contextuais. Tais especificidades são características das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, pesquisas estas que, quanto abordadas de forma quali-quantitativa, não possuem amarras quanto ao objeto de estudo e aos métodos ou técnicas a serem utilizadas. Nesse sentido, para Michel (2009) a metodologia deve servir como um auxílio ao alcance dos objetivos estabelecidos.

Seguindo esse entendimento, para autores como Becker (1993), o método sofre reformulações constantes devido às necessidades impostas pelos desdobramentos do objeto de pesquisa ou, podemos acrescentar, pela área do estudo e o enfoque almejado. Sendo assim, para Vidich e Lyman (2006), o método é único para cada universo de estudo e em cada uma delas, o objeto a ser estudado vai tomando forma própria na medida em que vão se obtendo os resultados, não em sentido linear, mas de forma integrada e complexa, podendo sofrer reformulações tanto no método como no objeto de estudo.

A Ciência da Informação é uma das áreas que participa ativamente dessa renovação ou remodelação no campo metodológico, com variados métodos e técnicas de coleta, na medida em que seu principal objeto de estudo – a informação, exige novos enfoques. A partir dessas implicações, para Bufrem (2013), as pesquisas na área se constituem como uma instituição social com suas práticas e argumentos, construída em processo de confrontação entre tradições e inovações, regulamentações e rupturas, ações no campo específico e ingerências externas. Sendo assim, por meio da fundamentação de que os modos de construir e organizar o conhecimento se concretiza em diferentes dimensões e níveis de complexidade na área, é que autores justificam pesquisas com modelos não reducionistas, como o método quadripolar, no qual essa pesquisa se baseia.

Quanto à abordagem, esta pesquisa será quali-quantitativa. Quantitativa no levantamento dos dados. Qualitativa uma vez que buscou analisar como as trajetórias e transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital na Ciência da Informação, afetam os quadros da memória social e as

identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade. Além disso, foram identificadas e analisadas as iniciativas, políticas e práticas de salvaguarda existentes.

Inicialmente, buscou-se delimitar o contexto da pesquisa, sua problematização e o estabelecimento do paradigma que envolve essa tese, adotando assim o paradigma pós-custodial (MIRANDA, 2012), necessário e fundamental quando abordamos informações em meio digital, seguindo nossa análise conceitual.

A essa etapa, seguiu-se a formulação da hipótese desta pesquisa: é a de que (re)apropriações que ocorrem com o conceito de Patrimônio Cultural infligem nas mudanças dos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais ultramodernos.

Partindo desse ponto, definiram-se os conceitos que fundamentam a pesquisa: Patrimônio (Patrimônio Cultural Digital), Informação (Informação Digital) Cultura (Cibercultura), e Memória (Memória Social).

Quanto às técnicas, utilizou-se, primeiramente, de uma investigação conceitual, através de uma pesquisa bibliográfica, buscando, entre os teóricos, o conhecimento sobre os conceitos estabelecidos e suas relações, constituindo assim o primeiro passo do roteiro investigativo da tese. Também se contou com uma pesquisa documental quanto às leis e políticas existentes.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, a primeira temática explorada foram as relações conceituais referentes ao conceito de Patrimônio e sua categorização em Patrimônio Cultural e posteriormente Patrimônio Cultural Digital. Foi efetuada uma busca conceitual das apropriações conceituais do conceito de Patrimônio Cultural digital dentro da CI na base de dados da BRAPCI, onde foram pesquisados os termos “patrimônio cultural digital” e “patrimônio digital”, buscando uma revisão de literatura. Os resultados, após tratamento dos dados, são apresentados no capítulo 3.

Dentro desse referencial, efetuamos pesquisas documentais no que se refere a leis e políticas de preservação ao patrimônio cultural, além das iniciativas de proteção mais significativas em âmbito virtual.

Dando continuidade a veia teórica da pesquisa, deu-se atenção ao conceito de Informação, no que se refere a sua utilização na Ciência da Informação, visto que tomamos nessa pesquisa a informação como principio e continuidade da memória,

além de constituinte do Patrimônio Cultural Digital. Para tanto, mapeamos a natureza e utilização da informação digital na CI. Foi realizada uma busca na base de dados da BRAPCI, onde foram pesquisados os termos “informação digital” e “objetos digitais”, buscando uma revisão de literatura. Os resultados são apresentados no capítulo 4.

Em seguida foi explorado o conceito de Cultura e suas novas significações, com vias a apresentar a relação teórico-conceitual da Ciberultura com o Patrimônio, a Informação e a Memória. Tecendo assim um elo na pesquisa, pois partimos do pressuposto de que as mudanças socioculturais influenciam de forma direta e assimilativa os outros três conceitos trabalhados.

Por último, em questões teóricas, deu-se andamento na investigação dos quadros da memória social na Ciência da Informação. Foram relacionados os conceitos anteriores ao conceito de memória, com via de completar um ciclo conceitual para vislumbrar as mudanças que a atual conjuntura sociocultural ultramoderna a impôs. Essa área teórica contribuiu para as análises, assim como, para o levantamento de critérios que atribuíram valores a cada item do questionário, aplicado como instrumento de coleta de dados da pesquisa.

Buscando entender como as redes relatam as práticas sociais cotidianas e como as memórias sociais dos patrimônios culturais digitais se estabelecem nessa nova configuração espetacular das redes sociais (ambiente da ciberultura), efetuamos uma pesquisa, por meio do instrumento do questionário com jovens e adultos com idade entre 18 e 35 anos que se utilizam da internet como principal meio de comunicação. Esse recorte visou incluir duas gerações (Y e Z) que dialogaram com várias redes sociais no decorrer dos anos, incluindo o *Facebook*, e que vem dando preferência a rede social aqui analisada. Todas as informações coletadas são apoiadas no referencial teórico desta pesquisa.

O questionário utilizado na pesquisa (Ver Apêndice F), por ser do tipo misto³, teve incluído na sua construção questões de respostas fechadas que facilitam o tratamento e análise da informação, são objetivas e requererem um menor esforço por parte dos sujeitos aos quais é aplicado. Todavia, também dispõe de questões abertas, com o intuito de entender melhor determinadas questões culturais. Organizado em 21 questões e foi aplicado virtualmente com usuários ativos nas

³ Questionários que apresentam questões de diferentes tipos: resposta aberta e resposta fechada.

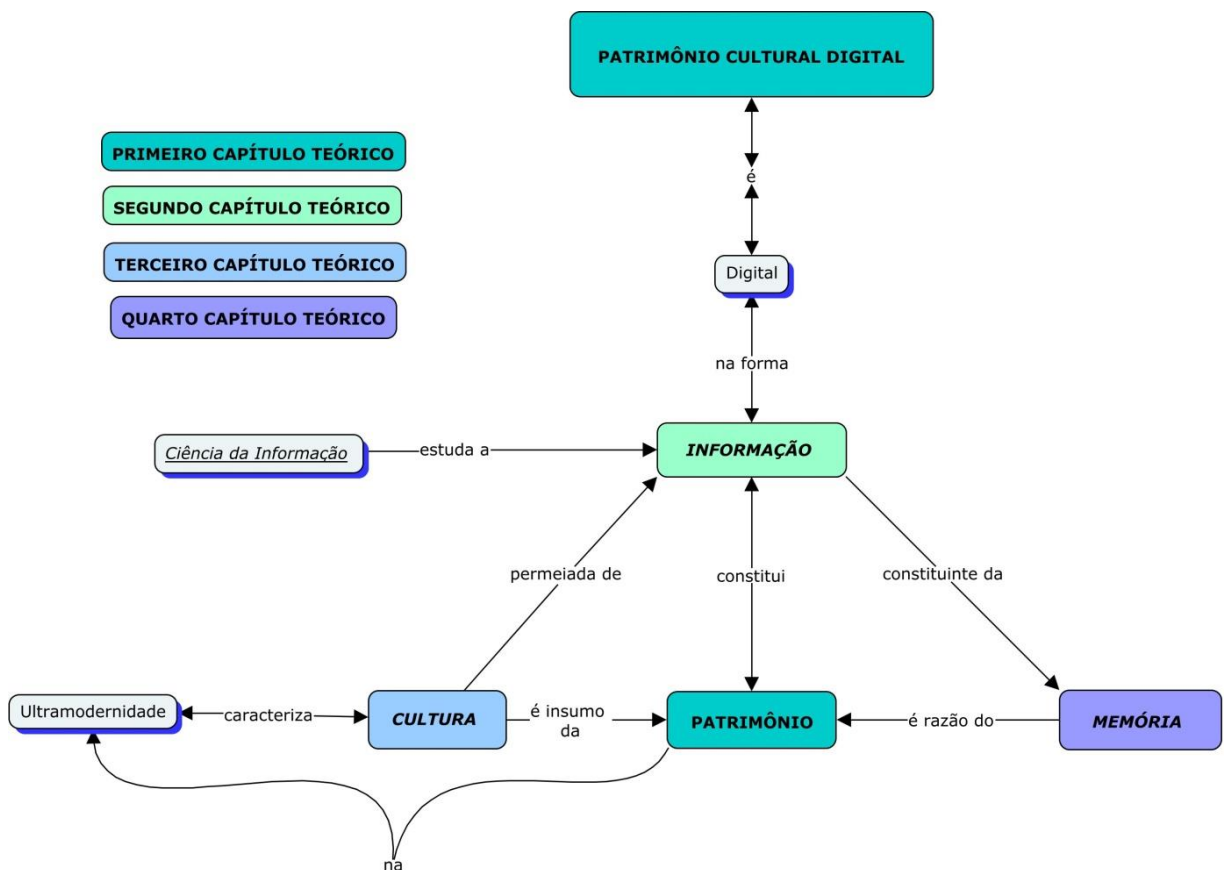
redes sociais. A divulgação do questionário se deu por meio de distintas redes, de modo a não privilegiar usuários de determinadas redes sociais em detrimento de outras.

Uma vez coletados os dados, todos foram organizados, categorizados e tabulados para facilitar a realização da análise, visto que a sua compreensão só se torna possível com sua análise e interpretação. Esta etapa confirma ou não os pressupostos da pesquisa, ampliando o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Quanto à apresentação dos resultados da pesquisa, foram utilizadas, representações gráficas. Estas representações foram escolhidas por fornecem uma visualização mais indicativa dos resultados.

E, justamente, por valorizar-se uma visualização iconográfica, utiliza-se do instrumento do mapa conceitual para demonstrar as relações conceituais estabelecidas e construídas ao longo desta investigação, em todas as seções teóricas, incluindo a figura 1, que representa o mapa conceitual da tese, de forma sucinta e no Apêndice A, de forma detalhada.

FIGURA 1 – Mapa conceitual da Tese – Conceitos centrais



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Tal construção contribui para a visualização da teia que envolve as questões discutidas nesta pesquisa. Para a construção dos mapas conceituais foi utilizada a ferramenta aberta *CmapTools*.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL: DA APROPRIAÇÃO À PATRIMONIALIZAÇÃO

*Não o que o homem é, mas sim o que ele faz,
é o patrimônio que não pode perder jamais.*

Christian Hebbel

O patrimônio caracteriza-se como fenômeno histórico e origina-se de práticas sociais enraizadas no tempo e no espaço, onde, devido a sua grande relevância, com crescente interesse na ultramodernidade, e para atingir seu reconhecimento e estabelecimento como prática social, tornou-se objeto do conhecimento. Seus estudos e entendimentos são constituídos por múltiplas áreas do conhecimento, que agregam e se apropriam do conceito constantemente, trazendo percepções e incorporações ao termo, produzindo sempre a áurea de importância para além de coisas comuns.

Nesse sentido, o termo possui uma polissemia e seus contornos semânticos são delineados de acordo com as variações dos contextos socioculturais, os quais agregam discrepâncias e variações no decorrer dos anos, com grande influência das áreas do conhecimento que as apropriam. Tais (re)formulações e (re)apropriações permitiu a não obrigatoriedade da relação direta e assimilativa entre o conceito patrimonial e a cultura dominante de pedra e cal, por muito mercantilizada. Outras categorias já se apropriaram do patrimônio e os tornaram inerentes a ele, dentre elas a informação em seus múltiplos meios, incluindo a informação em meio digital.

O conceito de patrimônio metamorfoseou-se desde suas origens históricas, quando sua raiz era fundamentada nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas (CHOAY, 2006). Daí em diante seu trajeto foi permeado por grandes influências, como impérios e religiões, que foram reformulando e se apropriando do conceito moldando-o a seus próprios interesses. Assim, foi na ultramodernidade que o conceito encontrou seu ápice quanto à sua existência e desenvolvimento nômade, segundo Françoise Choay (2006), pois o tempo o requalificou através de adjetivos, fazendo-o seguir um caminho distinto e retumbante, mas sem prejuízo do sentido fundamental. Citamos aqui os adjetivos mais expressivos, como os genéticos, naturais, históricos, artísticos, culturais, materiais, imateriais, intangíveis, virtuais e digitais.

Particularmente no que se refere à ideia de patrimônio no Ocidente, sua concepção se desenrolou através da necessidade dos grupos sociais de preservarem sua origem e genealogia para o futuro, na angústia por reviver e não “perder” o passado, visando constituir uma memória coletiva, na avalanche desenfreada da evolução. Esse pensamento corrobora o pensamento de Geertz (1978), no qual o mundo encontra-se “em pedaços” e os patrimônios repercutem essa fragmentação, tornando-se eles próprios fragmentos a evocar uma totalidade que acaba sempre por ser adiada.

Além disso, a necessidade de ‘construir’ ou ‘inventar’ o patrimônio no Ocidente em muito se deu devido às necessidades monetárias de retorno do capitalismo capitaneado pelo Estado, emergindo, segundo Abreu (2003), por meio da criação de agências nacionais e internacionais, a formação de agentes especializados, além da definição de políticas públicas, um campo com acirradas disputas e um circuito próprio de circulação de ideias, práticas e profissionais.

Sejam definidos como patrimônio histórico, genético, digital, intangível, emergente, documental, artístico, natural, ou cultural, todos mantêm entre si uma relação intrínseca, visto que seus caminhos originaram-se de uma mesma frente. No entanto, em determinados momentos da história, de forma (i)rregular, seu trajeto ganhou vida própria e se alinhou a seguimentos específicos, que para manterem-se vivos na memória, ou nos lugares de memória, necessitam de visibilidade, atenção, respaldo político e valorização como patrimônios a serem preservados, havendo sempre uma relação direta entre os patrimônios e sua preservação, independentemente do modo que se dê essa preservação.

Para Doddebei (2008) isso se dá, pois os denominadores comuns que existirão em todo e qualquer patrimônio são os da herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a ideia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra.

Esses denominadores, no que se refere à construção patrimonial, em muito se aproximam da hereditariedade que lhe é inerente. O patrimônio é significativo, principalmente, devido à eterna relação entre o passado e o presente que o mantém vivo na memória social.

Tais raízes nos remetem ao vocábulo latino do conceito, descrito em definição restrita que denota *pater* (pai- paternidade física, social ou religiosa herdada) e *monium* (condição, estado, função), constituindo *patrimonium*. Este se configura em

um termo que designa os objetos ou bens aos quais são passados das gerações passadas para as futuras (CHOAY, 2006), indo desde os bens ou objetos materiais, passando por costumes e saberes. Caracteriza-se no momento histórico passado pela utilização do termo para representar heranças de uma pequena parcela da população, individualista e aristocrática, como na Antiga Roma, onde o conceito se referia a todo o conjunto de itens que se encontrava sob o domínio do senhorio (pais de família ou magistrados romanos, os detentores do patrimônio) e que legalmente poderiam ser destinados por testamento.

A realidade aristocrática sofreu mutações com a propagação do Cristianismo e da Igreja na Idade Média, onde a coletividade deturpou os privilégios aristocráticos romanos dominantes. Outros itens foram incluídos como patrimônio, como os símbolos e signos religiosos, que fugiam do controle individual. A isso, surge o interesse pela construção de monumentos públicos, patrimônios que reintegravam à aristocracia sua posse material.

Já no Renascimento, os humanistas, imbuídos de inspirações Greco romanas, buscaram a valorização da cultura antiga, tão inspiradora e referencial para a sociedade, aonde a maioria das coleções surgiram e expandiram-se. Presente, contudo, ainda se fazia o caráter aristocrático e privado do colecionismo.

A prática do colecionismo ou “colecionamento” e a ideia de propriedade, neste momento histórico, são interligadas a noção de patrimônio. Para Gonçalves (2003, p. 22) o “colecionamento” configura-se como o processo de constituição do patrimônio. E, por sua própria história semântica, patrimônio e propriedade se confundiriam. No momento em que todo e qualquer grupo social exerce algum tipo de atividade de “colecionamento” de objetos cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo, o resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um “patrimônio”. Porém, essa pretensa universalidade não se configura com os iguais propósitos e valores do patrimônio como compreendido nas sociedades ocidentais contemporâneas, as quais foram requalificadas.

Quanto ao seu desenvolvimento conceitual podemos notar uma expansão nas discussões ocorridas durante e posteriormente à Revolução Francesa (1789-1799) dilatando legitimamente, a partir deste momento histórico, a ampliação da noção de patrimônio como algo a ser herdado para o bem de uma coletividade, onde as construções antigas foram consideradas a riqueza material e moral do conjunto da nação (ABREU, 2003). Como observa Fonseca (2005, p.58),

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. A ideia de um patrimônio da nação, ou de todos, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativa e jurídicas [...]. Paralelamente, criou-se uma ordem discursiva própria, um corpo de conceitos.

O corpo de conceitos mencionado por Fonseca (2005) dialoga com o pensamento de Gonçalves (2003) onde o autor afirma que esse desenrolar socioeconômico e conceitual proporcionou análises discursivas a cerca do patrimônio atrelado à cultura, o patrimônio cultural. Com ênfase em seu caráter ‘construído’, ‘inventado’ ou ‘apropriado’, em cada nação, grupo ou família, o patrimônio cultural é construído no presente, contextualmente, com o propósito de articular e de expressar as identidades e as memórias da sociedade. Esta construção de pensamento tornou-se e permanece incisiva nos debates sobre o patrimônio cultural para um melhor entendimento sociológico dessa categoria.

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de patrimônio iniciou o vislumbre de se constituir como um fruto memorialístico da sociedade indo além da cultura dominante de pedra e cal, em um período que buscava reforçar normas igualitárias. Assim, foram acrescentados, às categorias estabelecidas na Comissão dos Monumentos Históricos (criada em 1837 por estudiosos franceses), demais objetos não mencionados anteriormente. Tal inclusão configurou-se como forte indicativo da futura ampliação da noção de patrimônio para a sociedade.

O século XX, literalmente, “forçou as portas do domínio patrimonial” (CHOAY, 2006, p.13). Todavia, o conceito em si ainda não havia sido questionado. Chagas (2005) complementa tal pensamento ao afirmar que a dimensão sociocultural despertou o interesse das mais variadas áreas e grupos sociais, ultrapassando em muito seus limites jurídico-burocráticos, vinculado ao direito administrativo, tornando suas fronteiras brumosas e peculiares, onde as portas dilataram-se.

Nacionalmente, alguns autores afirmam que os debates acerca do conceito patrimonial, suas implicações e as portas de seu domínio podem ser considerados

recentes, a partir do século XIX, com a formação do estado nacional (DULTRA; VIEIRA, 2014).

Contudo, podemos considerar que foi a ação de Gilberto Freyre com o movimento regionalista que trouxe os modernistas à realidade. O movimento inicial era a favor do “*détournement*”, uma ação radical de mudança de direção que pregoava a destruição de antigos valores culturais e patrimoniais, para facilitar a emergência do pensamento novo.

De acordo com Márcia Chuva (2009):

A partir do século XIX, enraizou-se de tal forma no Ocidente a necessidade de proteção e conservação de um “patrimônio nacional”, questão ainda vigorosa nos dias de hoje, que não mais se questionaram, apesar das lutas travadas desde então em torno da sua designação e de sua legítima propriedade, as motivações históricas que engendraram essa necessidade, tornando-a quase tão natural e reconhecida quanto a própria ideia de ‘nação’ (CHUVA, 2009, p.49).

Muitos países, incluindo o Brasil, utilizaram como instrumento de poder a institucionalização de elementos, como Patrimônio Cultural, que pudessem estar ligados a um passado comum de toda uma nação. Como nos lembra Hobsbawm (1997) o nacionalismo nasce como obra dessa conexão, onde se apropria de elementos criados a partir de regras que aludem a continuidade do passado.

Grande destaque deve ser atribuído ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que funcionava sob a proteção do imperador D. Pedro II, e ao efetivo funcionamento do Arquivo Nacional (1838), já previsto na primeira Constituição do Império, que tinha como tarefa básica a sistematização da documentação indispensável à construção memorialística do passado (art. 70 da Constituição de 1824). A preocupação com a memória nacional intensificou-se durante a Semana de Arte Moderna (1922), onde dois intelectuais, Mário de Andrade e Lúcio Costa, iniciaram debates acerca da valorização do patrimônio nacional, com discussões sobre o que deveria ser tomado como patrimônio, acarretando em iniciativas de projetos de lei e a criação de órgãos estaduais de proteção ao patrimônio histórico (DULTRA; VIEIRA, 2014).

Em Recife, por exemplo, Mário Mello, jornalista e secretário perpétuo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e, o grupo de intelectuais liderados por Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes (Inspetor de Monumentos), integrantes do Movimento Regionalista. Destacam-se como grupos

que alimentaram a polêmica que rendeu durante anos nos periódicos regionais e que subsidiaram a pesquisa na compreensão do ambiente político e intelectual, onde estavam se desenvolvendo as ideias acerca da preservação dos monumentos e locais de memória do Recife (SILVA, 2013).

Infelizmente, as discussões que abrangiam o entendimento de patrimônio, alargando-o, não foram efetivadas. Elitistas, como os remotos antecedentes do campo patrimonial, as delimitações e iniciativas de preservação patrimonial direcionaram-se em grande parte às obras de arte nacionais e visavam abrandar sua evasão para o exterior, sobretudo as obras em estilo barroco, financeiramente mais rentáveis e visivelmente mais agradáveis à elite nacional. Aliados a isso, permaneciam então o entendimento e preservação dos bens arquitetônicos representativos nacionalmente, instaurando os atributos de poder, destinados a escolha do que deveria ser preservado e tomado como patrimônio, pois tal nomeação patrimonial ainda não era escolhida pelo povo, mas sim pelos mandantes do poder (GRIGOLETO, 2012). Contudo, veremos que muitas decisões elitistas ainda prevalecem na ultramodernidade.

Mais uma vez devemos abrir espaço para Gilberto Freyre que liderou a ideia de uma inspetoria do patrimônio público e apresentada nas câmaras legislativas pelos deputados pernambucanos Luiz Cedro e Aníbal Fernandes, no final do Estado Novo, como nos lembra Silva (2013). O autor ainda disserta que em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro propôs organizar a proteção dos monumentos históricos através da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, os estados detentores de um acervo significativo do passado colonial tomaram a frente com as primeiras respostas concretas do poder público a essa demanda do meio intelectual. Como resultados deste movimento foram criados Inspetorias de Monumentos Históricos em Minas Gerais, em 1926; na Bahia, em 1927. Em Pernambuco, em 1928, na gestão do governador Estácio Coimbra, (cujo oficial de gabinete era Gilberto Freyre através da Lei no 1918, de 24 de agosto de 1928 (SILVA, 2013).

Com a criação, em 1934, da Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais, ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional, a qual posteriormente teve suas funções delegadas para o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foram alcançados grandes avanços, ainda na década de 30 (1937), com delimitações e ações mais consistentes, a partir de uma iniciativa direta do Poder

Executivo, acerca da preservação da memória histórica e cultural brasileira, com o surgimento de projetos ideológicos (FERNANDES, 2010).

Mais uma vez devemos abrir um parêntese. Notadamente, surge a figura jurídica do tombamento⁴ como instrumento fundamental de preservação aos bens patrimoniais, o qual, ainda hoje, é o mais efetivo e representativo meio de se preservar um patrimônio.

O tombamento pode ser aplicado a bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental, incluindo: fotografias, livros, acervos, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, bairros, cidades, regiões, florestas, cascatas, entre outros. O ato administrativo somente pode ser aplicado a bens de interesse para a preservação da memória e referenciais coletivos, não sendo possível utilizá-lo como instrumento de preservação de bens que sejam apenas de interesse individual.

Apesar disso, para Fernandes (2010) O SPHAN (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1994), ao privilegiar o instrumento jurídico do tombamento em sua política preservacionista, consagrou uma memória nacional vinculada apenas a determinados segmentos da sociedade e adiou por mais alguns anos a percepção dos patrimônios culturais.

É notável, neste ponto, que o conceito de patrimônio costumava (e ainda costuma) remeter a pensamentos relacionados ao passado, devido a sua origem etimológica e sua utilização pelos séculos decorrentes. Porém, segundo Araripe (2004. p.114)

Costumamos pensar que o patrimônio é passado, memória daquilo que ficou como herança. Mas o patrimônio, também é presente, é memória do tempo presente. Isso porque não podemos entender o presente, nem tampouco pensar o futuro, sem olhar para a memória – pano de fundo para se pensar as mudanças sociais. Em si tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memória que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os.

⁴ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, direcionados a bens materiais, com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a sociedade, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Nesse sentido, o tombamento visa preservar referenciais, marcas e marcos da vida social (IPHAN, 1999).

Na ultramodernidade se faz mais impetrante que haja uma desvinculação entre patrimônio e a obrigatoriedade com laços do passado, pois a cultura disposta no século XXI requer a quebra do espaço-tempo e impõe que o presente e o futuro sejam as fichas monetárias as quais dão funcionamento as relações socioeconômicas tão líquidas e moleculares. O patrimônio atingiu novos patamares de compreensão, indo além de construções monumentais, abarcando o saber fazer, o sentir e o pensar (RIBEIRO; PIRES, 2015) ou o *savoir-faire* (LÉVY, 2015) exigido quando buscamos uma inteligência coletiva. O patrimônio é hoje, antes de tudo, uma categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003).

Na década de 1970, mudanças começam a atingir patamares internacionais de forma interligada por meio da Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse órgão, pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU), segundo seus documentos institucionais, trabalha em prol da criação de condições para promover um genuíno diálogo entre os povos, fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas.

No que se refere ao patrimônio cultural, a UNESCO o define como de fundamental contribuição para a memória, a identidade, a criatividade dos povos, bem como para a riqueza das culturas. Seus trabalhos são impulsionados pela *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, e ainda mais recentemente pela *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*.

Para bens Culturais Imateriais a forma de preservação existente é o chamado registro do Patrimônio Cultural Imaterial. Tal forma de preservação visa à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural imaterial por meios técnicos acessíveis ao público, viabilizando a efetiva proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que se relacionam à identidade, suas características peculiares e à ação dos grupos sociais permitindo a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como a sua disseminação.

No ano de 1972, foi realizada a primeira reunião da Comissão, que contou com 187 Estados signatários e proporcionou a *Recomendação de Paris sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, a qual se configura ainda nos dias atuais como o instrumento da UNESCO que orienta a definição e preservação do patrimônio natural e cultural material. A mesma retrata a importância internacional

que bens nacionais podem acarretar para além de suas fronteiras, englobando uma cultura não apenas nacionalista.

Em seu primeiro artigo, são definidos os bens a serem considerados como partes integrantes do Patrimônio Cultural, incluindo as obras do homem e da natureza, ainda que de modo bastante materialista:

Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

No Brasil, no ano de 1975, fora criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que visava reelaborar o campo patrimonial e construir novos direitos e, conseqüentemente, novas políticas direcionadas ao patrimônio, agora delimitado especificamente como cultural, até então não incluídos em ações preservacionistas, como os modos de criar, fazer e viver, além das criações científicas, artísticas e tecnológicas. Tal mudança de perspectiva foi concretizada na Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural no artigo 2016, Seção II, como:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. modos de criar, fazer e viver;

III. criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Desde então, podemos considerar o patrimônio cultural como instituído por lei como o “conjunto de produções materiais e imateriais do ser humano e seus contextos sociais e naturais que constituem objeto de interesse a ser preservado para as futuras gerações”. (GRANATO, 2009, p.79). Um salto, em tese, gigantesco

para uma cultura anteriormente dominada por apenas os segmentos edificados e materializados em pedra e/ou cal.

Contudo, concordamos com Gonçalves (2007), quando o autor afirma que uma nebulosidade ainda cerca as perspectivas analíticas sobre o conceito patrimonial. A determinação, apropriação, construção ou invenção do patrimônio cultural não é o bastante para constituir o objeto ou coisa como bem cultural. Na medida em que se configuram como itens memoriais e elos de identidade, os bens culturais patrimoniais necessitam de um respaldo ou reconhecimento de identificação social, independente da requalificação adotada. Sendo assim, um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas, nem apenas das iniciativas do mercado, embora estejam intimamente associados a estas. Também não dependem exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância, vínculo e pertencimento junto a seu público, bem como suas ações de conceitualização e aplicação, independentemente do meio ou constituição, materialidade ou imaterialidade, na qual se enquadre. A patrimonialização em si necessita do respaldo sociocultural para concretizar seu valor de patrimônio social.

Fazemos lembrar que todo patrimônio possui dois lados: seu lado material, no que tange a sua existência e seu lado imaterial, no que se refere a seu lado simbólico. Sua materialização já se faz presente quando é percebida por um dos sentidos humanos. Além disso, o patrimônio nunca está envolto apenas do objeto (coisa), pois há vários elementos que o constituem e o envolvem fisicamente e contextualmente. Miller (2013, p.111) já nos dizia que “o imaterial só pode se expressar pelo material”. O autor ainda completa que, “quanto mais a humanidade busca alcançar a conceitualização do imaterial, mais importante é a forma específica de sua materialização”. (MILLER, 2013, p. 114).

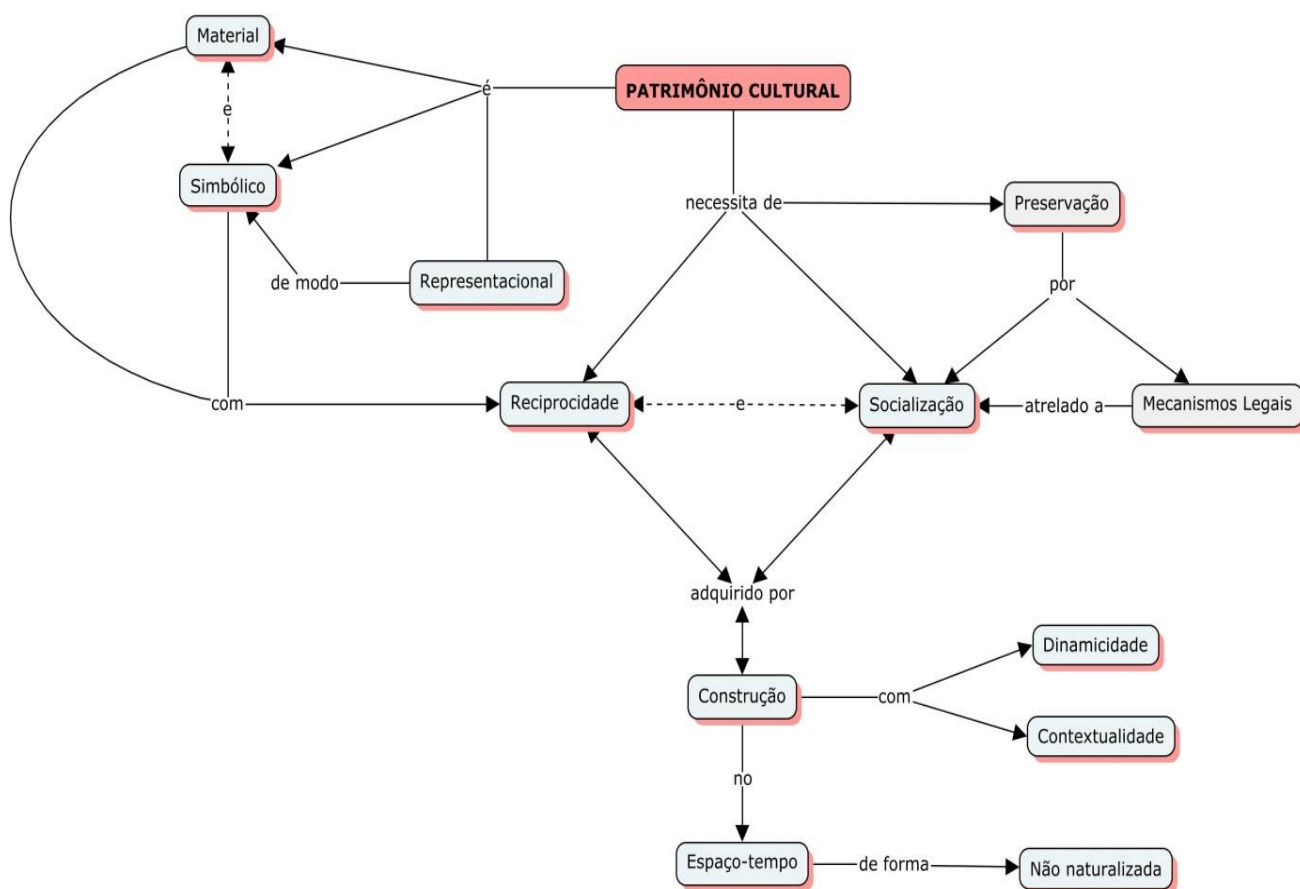
Existe assim a necessidade de reciprocidade como forma de mediação de todas as relações sociais, proporcionando o ato de dar ao grupo o que se recebe do grupo, buscando simetria na troca de sentidos e significados, dentre os quais envolve mecanismos legais de preservação, como tombamento e registro, mas também a socialização, pois só há contato entre o sujeito e a cultura por meio das práticas e dos objetos culturais. Não existe, contudo, uma relação de hierarquia entre o sujeito e o objeto (coisas). Nossa diferenciação de objeto e coisa baseia-se

em Ingold (2012), onde as coisas são vivas e “vazam”, porém os objetos requerem interpretação para voltar à vida, como itens existentes em um museu.

Nitidamente, as perspectivas voltam-se, atualmente, para a importância dos objetos e das coisas para grupos sociais e os benefícios para a sociedade culturalmente, na medida em que a cultura abrange um conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo de significação na vida social. Percebem-se assim, além da abrangência que o conceito patrimonial atingiu que novos campos patrimoniais foram notados de forma abrangente e que o patrimônio cultural revelou seu domínio e importância perante a sociedade. Um desses novos campos é patrimônio digital, o qual requer novas leituras sobre o que se entende por patrimônio e preservação.

Esses pensamentos foram sintetizados e são representados no mapa conceitual abaixo (figura 2) para um melhor entendimento e visualização dos conceitos e seus enlaces.

FIGURA 2 – Mapa Conceitual da Constituição do patrimônio cultural



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Assim, conceituamos que o patrimônio cultural configura-se como o conjunto de tudo aquilo que têm sentido social, uma interpretação/representação material e simbólica, o qual serve como referência para a construção das memórias. Assim, apesar de fundamental, não deve permanecer apenas no plano da preservação física, mas também ser recuperado, conservado, por mecanismos legais, inclusive, mas também por meio da socialização que necessita de reciprocidade, construída no tempo de modo contextual e dinâmico, agregando em si uma memória social. É, assim, através da memória inserida do patrimônio, que se obtêm a identidade nacional da sociedade, unindo passado e presente. Araripe nos lembra que a preocupação com o patrimônio e sua memória é uma preocupação ampla, no que diz respeito as áreas e campos de atuação, pois

existe uma preocupação advinda de instituições, sejam públicas ou privadas, de organizações governamentais e não governamentais, grupos sociais e algumas poucas figuras públicas, no que diz respeito ao patrimônio cultural, através da criação e/ou manutenção de museus, memoriais, centros de documentação e de memória, dentre outros. (...) É o patrimônio agora tomado como importante elemento na construção de uma identidade nacional. (...) Podemos, então olhar o patrimônio como suporte de evocação e memória (ARARIPE, 2004, p.118).

Podemos identificar na fala da autora a função social do patrimônio quando a mesma fala que ele é elemento de construção da identidade nacional. Posto isso, dada a importância do patrimônio cultural na ultramodernidade e suas influências no campo da memória e identidade, que algumas áreas se apropriaram do termo e continuam reformulando-o, dentre elas a Ciência da Informação.

3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural, além da sua epistemologia mantém a necessidade de se fazer visível no plano sociopolítico nacional, dado a sua complexidade, assim não caberia a apenas uma entidade, ou campo de estudo, solitário a construção e apropriação de seu campo conceitual.

Quando fazemos uma análise das interseções entre o patrimônio cultural e a Ciência da Informação logo se destacam estudos relacionados à memória, identidade e informação. Isso se dá, pois o patrimônio cultural é parte integrante de uma memória social e constitui um grande acervo (in)formacional que se insere nos

processos de ensino e pesquisa, construindo um ser socialmente ativo, exaltando a produção do homem como bem cultural (ARARIPE, 2004).

A Ciência da Informação se configura pelo seu objeto de estudo: a informação, com vistas a sua produção, comunicação e uso. Voltando-nos para o interesse dessa tese, enxergamos que quando nos voltamos para o registro documental (informação registrada) faz-se presente também o Patrimônio Cultural, pois, segundo Frohmann (2006), no momento em que a informação é materializada em forma de documento, torna-se possível identificar os campos de força (institucional, tecnológico, político e cultural) que configuram características sociais e públicas da informação na ultramodernidade. Temos nesse instante do registro, o objeto de estudo da CI, a informação registrada pelo sujeito.

A grande área da CI funda seus pilares principais nas disciplinas da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia, guardiãs dos registros históricos e culturais. Logo, dentro da CI, de maneira fundamental, outro conceito tradicional caminha interligado aos já mencionados (memória, identidade e informação) e influencia na reapropriação do conceito de patrimônio cultural pela área da CI, proporcionando novos entendimentos: o conceito de documento.

Visões acerca do que é documento são debatidas e revistas continuamente. Otlet (1996), de maneira geral, define o documento como um objeto registrado e informativo. Outrora, Buckland (1991) relaciona os conceitos de documento e informação, afirmando que a informação deve ser vista como “coisa”, na medida em que a mesma pode se tornar documento por intermédio da atribuição de valor dada socialmente, a significação social. Grigoletto (2012) complementa tal pensamento afirmando que o documento tem em si a função de prova e de suporte informacional, podendo ter sofrido ou não a intencionalidade de tornar-se documento. Quem faz o documento ser documento é o usuário, na medida em que os usuários são todas as pessoas envolvidas nos processos informacionais (produção, comunicação e uso), como descritos por Le Coadic (2004), autor este que define documento como todo artefato que traz em si a representação ou expressão de um objeto, ideia ou informação, seja por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (inscritos em suporte). Le Goff

Em concordância com a definição apresentada por Le Coadic, Dodebei (2011, p.66), contudo, faz uma ressalva ao enfatizar que é preciso diferenciar

conceitualmente o documento dos objetos, onde, na realidade, os objetos tem a potencialidade de tornarem-se documentos, mas não o são simplesmente. Para a autora o documento é uma “representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou accidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural”.

Tal testemunho cultural, modificado pela construção social é abordado por Le Goff (2003) ao abordar o conceito de documento. Para o autor, o documento carrega características que o colocam na posição de monumento perante a história social. Assim,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p.545).

Alguns estudos mais recentes na área da Ciência da Informação, elaborados principalmente por autores como Rayward e Frohmann propõem um movimento intelectual conhecido como Neodocumentação, o qual, como o próprio nome indica, busca revitalizar o movimento da documentação, originado com Paul Otlet, como citamos anteriormente. A proposta da Neodocumentação, desenvolvida no campo da CI, propõe a substituição do termo informação, tal como usado na ciência da informação, para o termo documento. Essa proposta é entendida, segundo González de Gómez (2011) não como um desvio, mas como um reenvio, pois a informação é entendida, nesses estudos, como o efeito ou a derivação dos documentos.

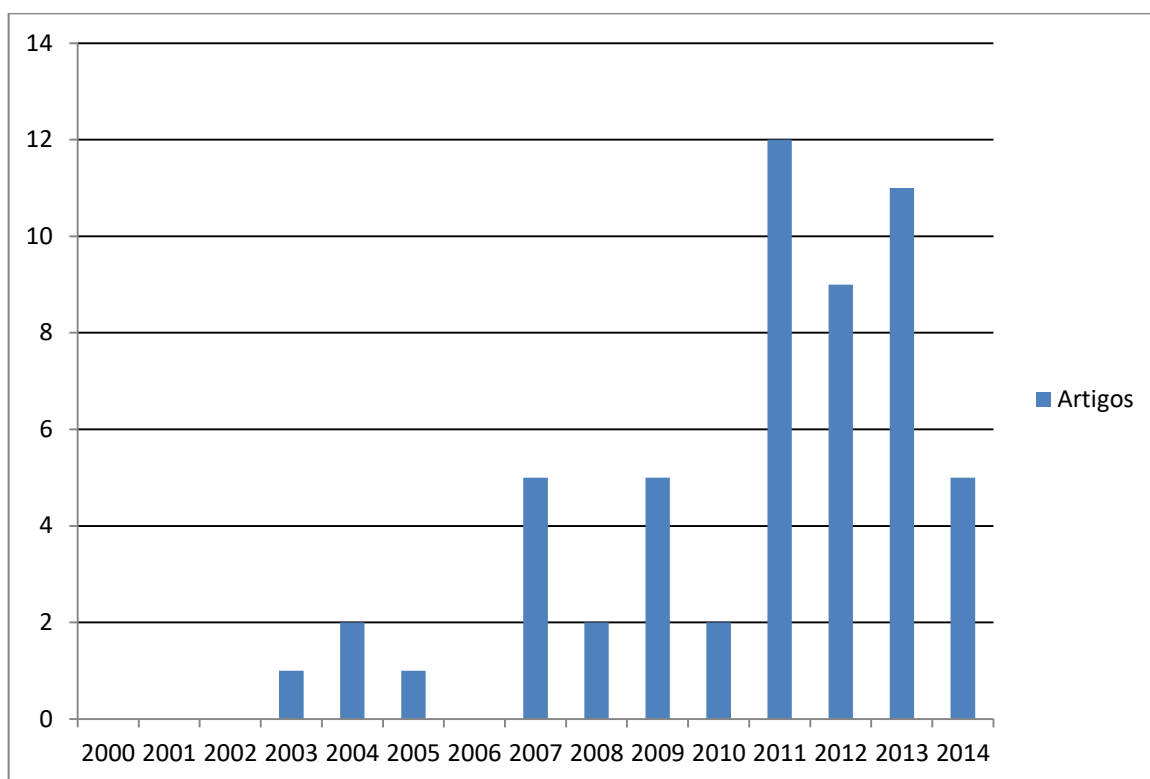
Esses pensamentos sobre Neodocumentação (ou neodocumentalismo) afirmam que a CI ao abandonar o documento e centrar-se apenas na informação abandonou práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida, pois para os autores o documento carrega as marcas contextuais, como seus produtores, seus suportes, suas dimensões e seus aspectos estéticos. A Neodocumentação busca, assim, uma reconciliação entre o estudo da informação e a vida social.

Autores da área da Ciência da informação, como Souza e Crippa (2010), afirmam que esses debates envolvendo conceitos como patrimônio e documento (incluindo documento como patrimônio), são fundamentais na área de CI, pois

estimula as possibilidades e deveres da área perante âmbitos sociais que estão em destaque e são fundamentais à cidadania, dentre ele citamos o conceito de patrimônio cultural, o qual foi apropriado e reformulado pela CI durante os anos.

Em estudo elaborado por Silveira (2017) sobre as tendências da produção científica brasileira sobre o patrimônio cultural no âmbito da Ciência da Informação podemos confirmar as particularidades que a CI agregou ao conceito. A pesquisa efetuada pelo autor levou em consideração os periódicos publicados em acesso livre pertencentes à grande área do conhecimento “Comunicação e Informação”, mas filtrou sua busca nos artigos que condiziam à CI, englobando a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. No total, o autor encontrou em 24 periódicos (com classificação até B5) o total de 56 artigos que abordam o tema do patrimônio cultural na Ciência da Informação, englobando 90 autores diferentes, tendo sua evolução quantitativa destacada a partir dos anos 2011, como mostra o gráfico a seguir (gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Patrimônio Cultural na CI (2000 à 2014)

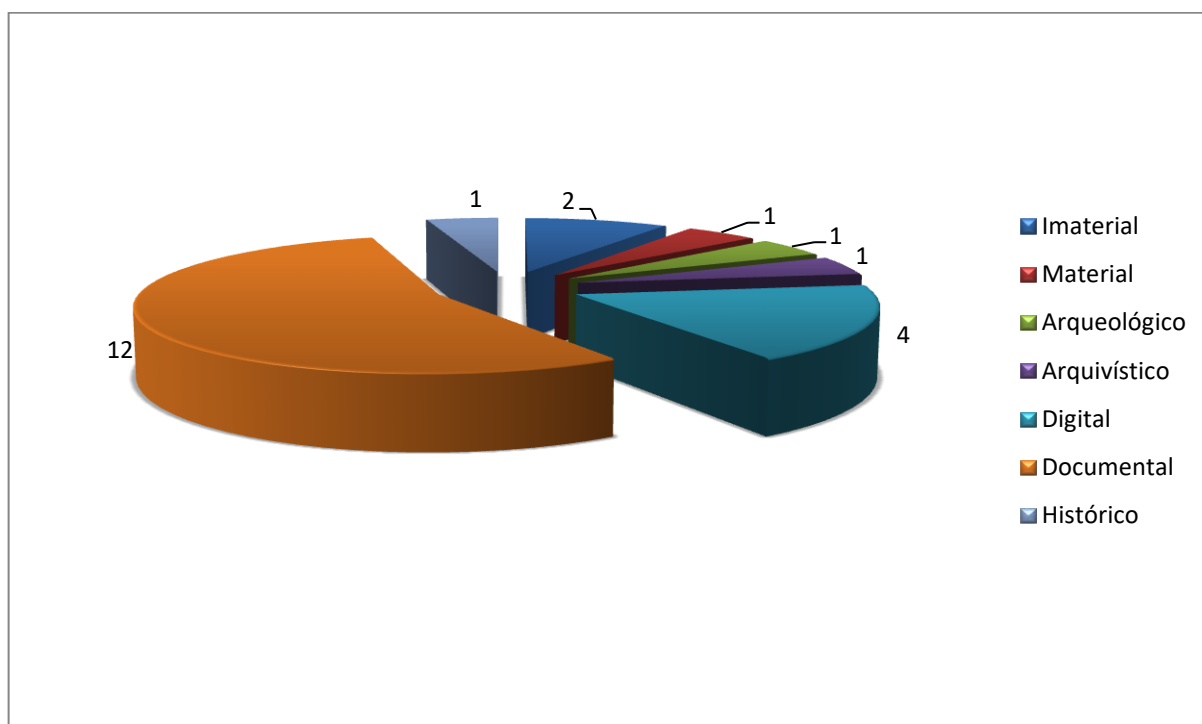


Fonte: Extraído de Silveira (2017)

A análise da pesquisa efetuada por Silveira (2017), feita por outro ângulo, nos permite verificar que as apropriações e reformulações do conceito de patrimônio cultural dentro da ciência da Informação, até o ano de 2014 foram interdisciplinares, contando com conhecimentos da Sociologia, História, Arqueologia, Artes, Engenharia de Produção, Educação, Letras, além das áreas da Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia.

Podemos assim, elaborar um gráfico para melhor visualizar as principais apropriações e reformulações que a área da CI proporcionou até o momento ao conceito de patrimônio cultural, com suas nomenclaturas diversificadas (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Apropriações e reformulações do patrimônio cultural na CI



Fonte: Elaborado a partir de Silveira (2017).

Destarte, o patrimônio cultural já foi apropriado e reformulado pela área da Ciência da Informação, inúmeras vezes, abrindo espaço para a cultura digital e consequentemente ao patrimônio nela existente, o patrimônio digital.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL: UMA REALIDADE EM POTÊNCIA PARA A CI

A atual conjuntura sociocultural digital que permeia a ultramodernidade foi um dos fatores determinantes para a CI mais uma vez contribuir na reformulação do conceito de patrimônio e agregar a ele o termo digital. Muito dessa contribuição vem da íntima relação da CI com a área da memória, que também foi transformada pelas realidades digitais contemporâneas, como veremos no capítulo 5 (cinco).

Desde a apropriação do conceito de patrimônio, principalmente do conceito de patrimônio cultural, pela Ciência da Informação, muitas categorias de conhecimento agregaram-se ao termo, como vimos anteriormente, e impuseram-lhes novas configurações semânticas além de exigirem novas práticas pela área, que sempre se desloca pelo espaço-tempo de acordo com a contextualidade do espaço sociocultural vigente.

O regime de informação do PCD é diferenciado do ordinário. Podemos entender como regime de informação uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços (BEZERRA, et al., 2016).

Para Reis, Albernaz e Silveira (2015) o Patrimônio Cultural Digital surge da intersecção de patrimônio cultural com o campo de Tecnologias da Informação e Comunicação. Assim, para os autores, de maneira abrangente, o Patrimônio Cultural Digital contempla formas de transpor bens patrimoniais para o ciberespaço, processo esse que deve usar ferramentas digitais, como computadores, em pelo menos uma etapa, seja durante a produção, edição, armazenamento ou apresentação de dados.

Nesse sentido, o patrimônio digital carrega, segundo Mark (1998), o poder de ampliar as transformações, não apenas a forma como os sujeitos trabalham, se relacionam, ou se divertem, mas também pode transformar o mercado mundial. Contudo, podemos discordar em certo ponto e afirmar que o papel fundamental cabe à cultura, sendo o digital uma ferramenta. Ela que potencializa a cultura. Isso se dá principalmente pela natureza imediatista da internet e da transferência de dados, dando aos sujeitos a oportunidade de atuar sem interferência do tempo, sem aguardar que as informações sejam filtradas por intermediários.

Destarte, três das principais mudanças propostas pela virtualidade são: a desvinculação das ideias de acumulação, permanência e integridade patrimonial no meio digital, afetada por uma relação diferente de tempo-espaço. Esse paradigma é

altamente complexo quando relacionado a um campo tão tradicional como o campo patrimonial, por muito mercantilizado. A produção de singularidades patrimoniais surge na era digital como um fator enriquecedor para a área, mas também desafiante, principalmente para o campo da memória.

Esse pensamento de mudança fundamenta-se em Choay (2006), que enfatiza o patrimônio cultural com estruturas que devem ser salvaguardadas de maneira que estejam disponíveis no futuro, com o mínimo de intervenções possíveis. Logo, o patrimônio cultural digital já proporciona uma quebra nesse pensamento, ao ter em sua gênese a liberdade de ser potência, uma vez que a informação, principal meio representacional do patrimônio cultural digital, é viva, atualizável e em permanente construção e modificação. Contudo, nosso pressuposto, como dito, é que o patrimônio seja categoria de pensamento, como defende Gonçalves (2003), pois está na dinâmica cotidiana de seus atores. O patrimônio é então recurso representacional e conectivo com sujeitos e realidades não mais presentes, os quais existem somente quando seus sentidos tem ressonância social.

Além das apropriações já assimiladas pelo conceito de patrimônio, novas espécies conceituais, ou seja, novos conceitos e categorias são criados, o que só comprova a continua expansão que o conceito desencadeia. Para Dodebei (2008), os próprios adjetivos digital e virtual modificam o conceito de patrimônio de uma forma singular, ao especificá-lo com propriedades próprias da filosofia (virtual) e da Cibernética (digital), apoiado em uma inteligência coletiva, a qual para Lévy (2007) apoia-se no ideal da coletividade inteligente, tornando os indivíduos mais fortes quando unidos, com terreno fértil no ciberespaço.

Assim, bem como acontece com o conceito de cultura, que ao dilatar-se, aumenta a complexidade do entendimento de seu sentido e função, o conceito de patrimônio quando colocado ao lado da virtualidade e da digitalidade também sofre de significação e apreensão de sentido, seja pelo conceito em si, já de difícil delimitação, ou pelos seus adjetivos, que também não compartilham de uma única definição.

Pensem que mesmo após muitos anos desde a constituição de 1824, ainda há disputas ao se definir o que deve ser tomado como patrimônio no Brasil. Logo, apesar de a virtualidade não ser novidade, pensar nos patrimônios em ambiente virtual ainda não é tarefa fácil para a sociedade, mesmo que o assunto seja discutido há alguns anos em pontuais áreas do conhecimento, como a ciência da informação.

Ainda segundo Dodebei (2008), o modo mais compreensível de entender o Patrimônio Digital é ligá-lo ao conceito de memória documentária, e possui uma abstração que reúne os atributos informação/memória/documento, ao passar pela atualização da ultramodernidade, leva a compreensão do Patrimônio Digital como um composto de informações que transitam no ciberespaço. A autora constrói essa relação por meio da organização do conhecimento efetuada pela memória documentária a partir dos dois conjuntos teóricos que lhe dão sustentação. O primeiro conjunto é representado pela Teoria da Informação, que é parte integrante da Cibernética de Wiener (1947) e explicitada pela Teoria Matemática da Comunicação de Shannon (1948). O segundo conjunto teórico seleciona das teorias da Memória Social, o conceito de memória virtual em Henri Bergson e o conceito de memória digital em Pierre Lévy (DODEBEI, 2008, p. 2).

Relembramos que segundo Le Coadic (2004), o documento pode ser entendido como todo artefato que traz em si a representação ou expressão de um objeto, ideia ou informação, seja por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (inscritos em suporte). Assim, não há limites para tal definição dentro do universo digital.

Quanto à diferenciação conceitual dos termos digital e virtual, podemos distinguir ambos quanto à sua vinculação: ao processo, quando falamos dos objetos digitais; ao ambiente, quando falamos do virtual.

Enquanto os objetos digitalizados, os quais representam um objeto analógico que foi transformado em *bits*, podem continuar a existir em ambiente analógico, (coexistindo com o ambiente virtual), os objetos virtuais são apenas digitais e habitam apenas lá. Ambos podem se configurar como patrimônios digitais, contudo com grau de redundância e risco de “perda” diferenciada, já que um agrega uma coexistência com o analógico, e o outro possui apenas sua gênese digital.

Na Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2003), afirma que o patrimônio cultural digital consiste de:

recursos únicos do conhecimento e expressão humana. Abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativo, assim como técnicos, legais, médicos e outros tipos de informação criada digitalmente, ou convertida para forma digital a partir de recursos analógicos já existentes. Onde recursos são de ‘gênese digital’, não há outro formato que não o objeto digital. Materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens estáticas e em movimento, áudio,

gráficos, software e páginas web, dentre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são geralmente efêmeros e necessitam produção, manutenção e gerenciamento intencional para serem preservados. Muitos desses recursos tem valor e significação duradouros, e, assim, constituem patrimônio que deve ser protegido e preservado para gerações atuais e futuras (UNESCO, 2003, p. 1-2, tradução nossa).

Esse trecho do documento retrata parte do que foi exposto na Conferência Geral da UNESCO, em 17 de Outubro de 2003. A carta visa reconhecer práticas já existentes em âmbito nacional, reafirmando sua importância, a necessidade iminente de preservação, e algumas diretrizes para ação, manifestando a necessidade de os Estados membros, incluindo o Brasil, estabelecerem políticas e ações para salvaguardar o patrimônio digital, cabendo a responsabilidade pela execução à sociedade como um todo, ou seja, instituições de preservação, o setor privado, os meios de comunicação, a sociedade civil, e organizações não-governamentais. O patrimônio digital impõe particularidades da era digital, como o engajamento e a conectividade entre pessoas, órgãos de poder e iniciativas privadas.

Contudo, segundo Reis, Albernaz e Silveira (2015) essas definições não ilustram o que é propriamente o patrimônio cultural digital, e mesmo outros autores e instituições não elucidam tal problema, o que não impede que essa nomenclatura seja usada em projetos comerciais, educativos e de preservação patrimonial. Para os autores o patrimônio cultural digital diz respeito ao uso de ferramentas tecnológicas para pesquisas primárias e para o armazenamento de dados, onde, em determinados casos poderão ser acessados pelo público.

O que se pode apreender do trecho em destaque da UNESCO é a multiplicidade de áreas socioculturais e formatos de arquivos que são incluídos quando se é gerado o patrimônio em meio digital. Também fica evidente o destaque quanto aos recursos de gênese digital, sem mais uma relação com o objeto original em meio analógico. Nesse ambiente, o original é o próprio digital. Esse fator traz uma nova dinâmica para o campo patrimonial e não pode deixar de ser evidenciado, pois a efemeridade do digital, que sofre com constantes atualizações e modificações exige atenção redobrada e atualizada sobre o assunto. Ou seja, o patrimônio, aqui tomado pela informação em meio digital é altamente suscetível de cair tecnicamente em desuso e em inutilidade física. Assim, manter um acesso aos recursos informacionais em meio virtual requer um compromisso de longo tempo.

Além do trecho destacado, o documento ainda aborda, no artigo nove, sobre a necessidade de disponibilização para acesso de recursos categorizados como patrimônio digital, exaltando a rede mundial e sua potencialidade do ciberespaço de interconectar informações e pessoas, pois “a herança digital é inerentemente ilimitada pelo tempo, geografia, cultura ou formato. É específico da cultura, mas potencialmente acessível a cada pessoa no mundo. Minorias podem falar com majorias, do indivíduo a uma audiência global.” (UNESCO, 2003, p. 2). Isso, para Stuedahl (2009), marca um novo legado, pois a partir deste momento os recursos digitais de informação e expressão criativa produzidos, distribuídos, acessados e mantidos na forma digital também constituem o patrimônio cultural.

Segundo Addison (2008), mesmo com as intercorrências socioculturais na era digital, podemos categorizar em três períodos a trajetória do patrimônio cultural digital: o momento inicial, com o advento das tecnologias digitais, o Patrimônio Cultural Digital 1.0 e o Patrimônio Cultural Digital 2.0. Para o autor, o momento inicial surgiu durante o ano de 1970 com o advento da fotogrametria e estações primitivas de rastreo as quais

possibilitaram a obtenção de esboços de componentes visuais chave, como pedras de uma fachada patrimonial. Nos anos 1980, o crescimento de ferramentas de desenho assistido por computador (CAD) possibilitaram documentação e desenho de superfícies retilíneas e de bordas retas. Já nos anos 1990, sistemas de informação geográfica (GIS) começaram a possibilitar a ligação contextual de dados para mapas 2 ou 2.5D e contornos. E na última década, a disponibilidade crescente de varrimento de scanner laser 3D e softwares de nuvens de pontos associados possibilitaram a captura detalhada de condições das superfícies (ADDISON 2008, 9).

Ainda segundo o autor, o Patrimônio Cultural Digital 1.0, relacionado à Web 1.0⁵, nasceu da observação utilitária do digital para a criação e visualização dos bens, objetos e sítios patrimoniais, por meio de modelos 3D. Nesse instante, o foco ainda recai sobre criação e visualização, não há interação nem disponibilização ao público pela internet, devido a resistências culturais e problemas de direitos autorais. Isso deu e ainda dá muito mais amplitude aos patrimônios digitais culturais quando ligados a Arqueologia.

⁵Para Silva e Miranda (2013) a web 1.0 tratava da conexão entre computadores, tornando a informação acessível, tratava-se de uma fase da internet em que praticamente não havia interatividade e as regras eram ditadas pelos proprietários dos websites, no chamado modelo top-down (cima para baixo).

No avançar dos anos, O patrimônio cultural digital atingiu para Addison (2008) o estágio 2.0, principalmente pela relação estabelecida com o conceito de Web 2.0⁶, dado vez à disponibilização na internet, à criação de redes de esforços e à integração de pessoas não necessariamente ligadas a instituições patrimoniais, dando voz aos sujeitos coletivos. Para o autor, a digitalização ainda reina no campo do patrimônio cultural digital, mas a potencialidade está na difusão, na disseminação e na utilização, principalmente no que diz respeito à educação.

Tal potencialidade do ciberespaço, com foco patrimonial, pode ser visualizada, por exemplo, nas redes sociais e redes colaborativas, principalmente no que diz respeito à disponibilização, disseminação, divulgação e interconexão de pessoas a novos lugares, culturas e patrimônios. Esses ambientes são, além de potencialmente ricos para o campo patrimonial, são potencialmente férteis para a implementação de ações da inteligência coletiva.

Buscando identificar as apropriações e reformulações do conceito de PCD na produção da Ciência da Informação no Brasil, efetuamos uma revisão de literatura, fazendo uma pesquisa com o termo “Patrimônio Cultural Digital” na Base de dados da Brapci, perfazendo uma busca por título, palavras-chave e resumo, abrangendo os anos de 1972 a 2020. Foram recuperados 2 (dois) trabalhos inéditos, os quais, por sua vez, são partes integrantes de teses de doutorado. Entretanto, para melhor cobertura do tema dentro da área, abrangemos a busca para incluir o termo “Patrimônio Digital”. Após essa segunda busca, foram recuperados 20 (vinte) trabalhos inéditos no Brasil, os quais foram publicados em 33 revistas/eventos diferentes, como veremos no quadro 1.

QUADRO 1 – Patrimônio Cultural Digital e locais de publicação
(Continua)

REVISTAS	QUANTITATIVO
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB	4
Ciência da Informação	3
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	3

⁶Para Silva e Miranda (2013) a web 2.0 configura-se como uma internet feita pelas pessoas conforme suas colaborações. Essa atitude de liberdade e colaboração também é conhecida como web social.

DataGramaZero	2
Perspectivas em Ciência da Informação	2
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	1
Arquivística.net	1
Biblionline	1
Informação & Sociedade: Estudos	1
Liinc em revista	1
Memória e Informação	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com essa busca podemos analisar que o primeiro artigo sobre o tema na área da CI foi publicado por Rocha e Silva (2004), no trabalho intitulado de “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro”, onde as autoras buscam conscientizar e ampliar discussões sobre o problema, segundo as autoras, da instabilidade do legado digital, que está em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A partir da leitura desse objetivo podemos vislumbrar como o patrimônio digital surgiu na área trazendo grande insegurança perante a sociedade acadêmica, principalmente nos anos iniciais onde as pesquisas começaram a ser publicadas em periódicos da área.

Três anos depois, podemos vislumbrar o desenrolar das pesquisas sobre patrimônio digital com grande foco na memória e nos repositórios institucionais, com autores defendendo a confiabilidade dessa rede, como no trabalho de Thomaz (2007), onde a autora afirma que devido às organizações perceberem a necessidade de se preservar o patrimônio digital representado nos documentos, investimentos foram feitos na segurança dos repositórios.

Além disso, começam a aparecer trabalhos envolvendo a tríade política, cultura e diversidade quando falamos do patrimônio digital. Para Cavalcante (2007) o patrimônio digital é essencial nos estudos contemporâneos e discutir os desafios de salvaguarda e acesso ao patrimônio digital, com ênfase nas questões culturais, econômicas e políticas que envolvem a temática é fundamental para a preservação desses bens, questão que levou a autora a desenvolver sua pesquisa de pós-doutorado.

Dodebei (2008) apresenta outra dimensão essencial a ser analisada quando falamos de patrimônio cultural digital: a identidade. Para a autora discutir a memória

“nessa época de quebra de fronteiras espaciais, de crise de identidades e de ubiquidade” é imediato. E, mesmo tendo se passado doze anos, essa questão continua a ser discutida em suas pesquisas, o que concordamos ser fundamental em uma era onde as coisas, os objetos e as humanidades continuam a se transformar continuamente, em uma cibercultura imediata e futura.

Outra questão importante, como bem nos lembra Dodebei (2008) é que ao tratar do patrimônio digital os debates incentivam os pesquisadores a pensar a memória social como um composto em movimento, distanciando-a do sentido de acumulação característico das sociedades de escrita. Esse diálogo é importante para as atuais discussões em torno da memória social dentro da CI, a qual, segundo Galindo (2012) deve se preocupar, inclusive, com o acesso, pois a “memória e o acesso são faces comuns do complexo processo do conhecimento, sem o acesso, a função social da memória é nula” (GALINDO, 2012, p. 38).

As mídias sociais (ou redes sociais) começam a tomar forma dentro das publicações na área nos trabalhos de Dodebei (2009) com os *Weblogs* e Dodebei (2011) que ao tratar dos objetos digitais representados pelas mídias híbridas (do físico para o digital) que modificam a trajetória da ciência da informação e formatam a memória social, começa a dar espaço aos atuais objetos digitais que constituem o patrimônio digital, indo além dos até então documentos tradicionais entendidos como patrimônios digitais (documentos arquivísticos, por exemplo).

No que se refere aos problemas relativos à preservação digital dos bens configurados como patrimônio digital, Galindo (2012) faz uma importante análise, tomando como base a Carta da UNESCO para a preservação do Patrimônio Digital, onde para o autor

o contexto atual do problema da preservação e acesso ao patrimônio digital exige instrumentais eficientes e mais produtivos, capazes de gerar dados empíricos que permitam: 1) a monitoração do risco; 2) a quantificação e qualificação refinada do tamanho e natureza da ameaça; 3) avaliar o potencial de impacto e profundidade dos sinistros a que estão expostas as coleções e 4) planejar políticas e estratégias; 5) empreender ações sistêmicas de prevenção (GALINDO, 2012, p. 38)

Podemos verificar após leitura de sua pesquisa que novos quesitos surgem quanto à preservação do patrimônio digital, indo na direção de soluções e aperfeiçoamento de metodologias de preservação, e deixando de lado a confiabilidade ou não da tecnologia. Esse pensamento desmitifica muitos

questionamentos ainda existentes sobre a segurança dos patrimônios digitais devido à confiabilidade tecnológica.

Esse pensamento é confirmado como tendência também na pesquisa de Silva (2015) que faz um levantamento sobre a preservação digital na literatura especializada brasileira. Silva Júnior e Mota (2012) também já davam segmento a essa linha e abordam a preservação para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados visando à superação da obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes. Também baseados na Carta de 2003 da UNESCO os autores analisam as políticas existentes no Brasil e concluem que poucas instituições e empresas estabeleceram políticas de preservação digital. Dentre elas, até então, apenas a Câmara dos Deputados e a Universidade Estadual de Campinas elaboraram uma política inicial e publicaram-na em seus respectivos portais.

Entretanto, antes de falar de políticas públicas para o PCD é necessário debater conceitualmente o patrimônio digital, assim como fizemos nessa tese e como nos lembram Reis, Serres e Nunes (2016). Para os autores a discussão e problematização são essenciais tendo em vista que um dos maiores desafios atuais do patrimônio cultural digital está em compreender as possibilidades trazidas pelo ambiente digital, principalmente no que diz respeito aos espaços colaborativos para ativação patrimonial e acesso à memória. Ainda segundo Reis, Serres e Nunes (2016) o patrimônio cultural digital emerge a partir do uso de tecnologias disponíveis e por vontade de tornar bens patrimoniais acessíveis ao grande público. É, assim, meio para educação patrimonial, para difusão de informações, ao mesmo tempo em que possibilita proteção aos originais. Sua potencialidade é alta, como vislumbramos no decorrer dessa seção de pesquisa. Isso nos leva a confirmar que problematizar conceitualmente e analisar as mudanças que isso agrega à sociedade é fundamental para o melhor uso e preservação dos patrimônios culturais digitais.

Ferreira e Rocha (2017) também evidenciam as potencialidades dos patrimônios digitais e afirmam que um dos fundamentos dos patrimônios é o acesso e no que se refere ao patrimônio digital isso implica em poder usufruir de bens culturais que devem ser disponibilizados e vivenciados por todos os públicos, sem limitação de espaço e tempo. Para tanto os autores destacam o uso das redes sociais como potencial emergente no campo patrimonial.

Em 2018 as pesquisas envolvendo patrimônio digital na área da Ciência da Informação ganham o maior número de publicações até então, incluindo publicações no ENANCIB, com ênfase na preocupação com os bens patrimoniais atrelados à curadoria digital. Ferreira e Rocha (2018) destacam que o conceito de Patrimônio Digital encontra-se em processo de maturação dentro do campo Museologia, o que demanda maior discussão entre os pares, tanto no âmbito terminológico, quanto no metodológico e operacional.

As redes sociais aparecem novamente nas pesquisas de Grimaldi et al. (2019) e Viana (2019) destacando as potencialidades emergentes que os novos paradigmas impostos na ultramodernidade das redes proporcionam aos sujeitos e aos patrimônios, como foco na rede social Instagram, como veremos na subseção 6.3 dessa pesquisa.

Após analisarmos as apropriações do conceito de Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural Digital no desenrolar dos anos podemos comparar suas perspectivas conceituais, o que nos ajudará a elucidar visualmente o que entendemos por PCD.

O Patrimônio Cultural surge e é problematizado por muitos anos, principalmente por questões políticas e ideológicas, como a emergência do Estado Nacional, quando situamos as problemáticas em âmbito brasileiro. Inicialmente dominado pela cultura de pedra e cal, enxerga no tombamento seu maior aliado quanto à preservação. Ao emergir outras compreensões sobre o patrimônio, principalmente como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003), surgem novas possibilidades, que ultrapassam o campo material e seu campo visível. Estudos começam a despontar evidenciando a necessidade além da preservação, chegando à comunicação, identificação e conexão com objeto cultural patrimonializado, dando ênfase, segundo Mensch (2009), aos seus sentidos sociais. Encontramo-nos, quanto ao Patrimônio Cultural, dentro da perspectiva da preservação e acesso a bens culturais, com pesquisas que desenvolvem novas e melhores metodologias para alcançar esse objetivo.

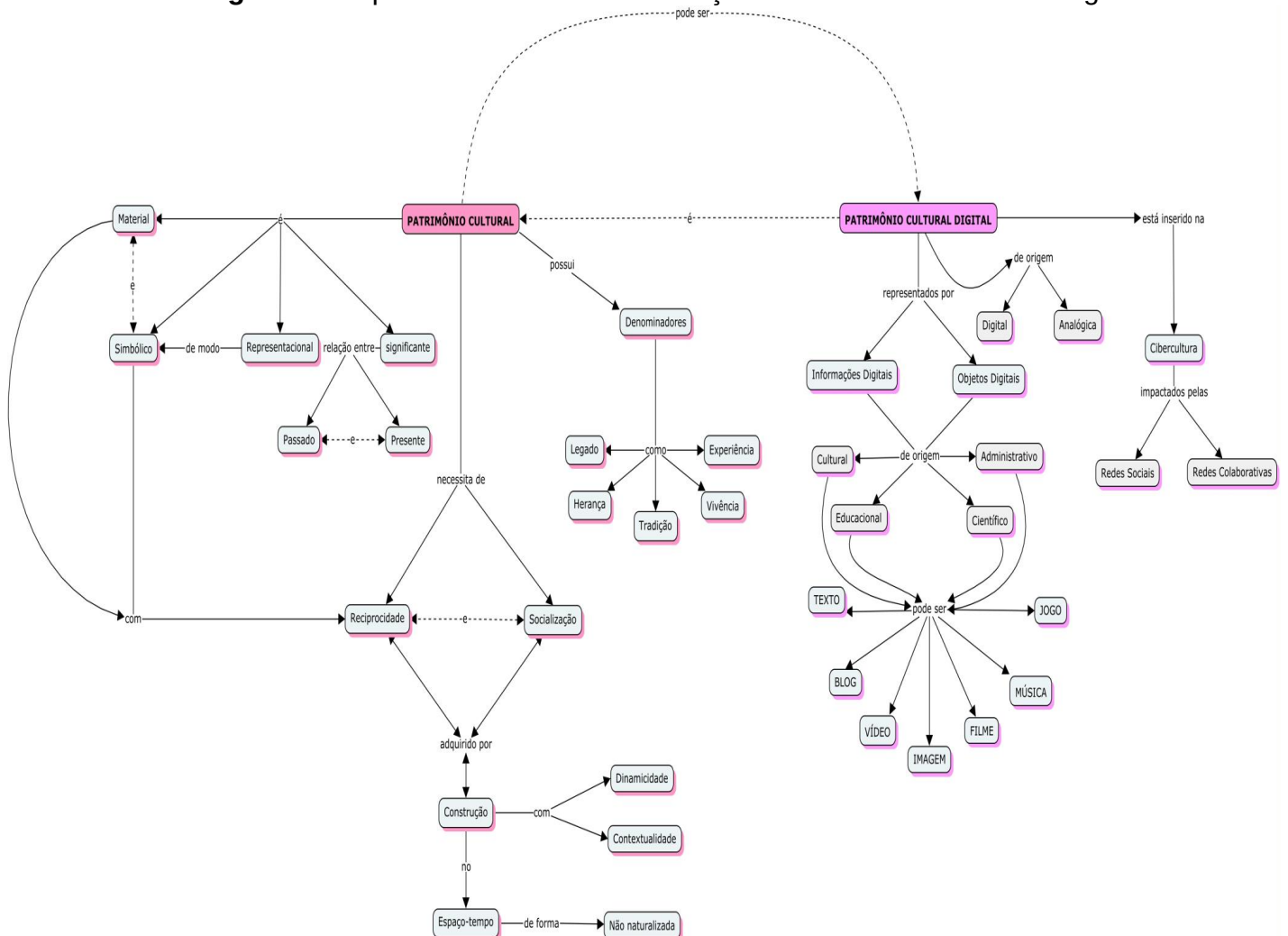
Quanto ao Patrimônio Cultural Digital estamos testando seus limites e potencialidades. Analisando as definições apresentadas para o patrimônio digital nos trabalhos recuperados, podemos evidenciar que a maioria (quinze trabalhos) apresenta a apenas definição da UNESCO, com exceção dos trabalhos de Dodebei

(2008, 2009), Reis, Serres e Nunes (2016) e Grimaldi et. al (2019) que buscam problematizar o PCD e sua conceitualização.

Perfazendo a mesma busca que efetuamos na BRAPCI com o tempo “patrimônio cultural” encontramos, dentro da CI, 208 trabalhos publicados. Apenas com esse comparativo quantitativo já podemos ter ideia do longo trajeto que ainda temos quanto à necessidade de pesquisas no que se refere ao conceito de patrimônio em ambiente digital.

Com isso, e para melhor visualização do que entendemos como Patrimônio Cultural Digital, apresentamos a figura 3 (Ver também em apêndice B).

Figura 3: Mapa Conceitual da Constituição do Patrimônio Cultural Digital



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Esse mapa nos mostra que, conforme defendemos nessa pesquisa, o Patrimônio Cultural Digital é, antes de tudo, um Patrimônio Cultural que está

materializado em outro ambiente (o digital ou virtual). Assim, ele carrega os atributos do Patrimônio Cultural e requer as mesmas condições de reciprocidade e socialização, os quais são adquiridos por construções dinâmicas e contextuais no espaço e no tempo de forma não naturalizada. Além disso, assim como todo e qualquer patrimônio, ele representacional de modo material e simbólico. Sua diferenciação, além do ambiente, está em suas tipologias, em sua origem e em sua natureza, posto que esteja inserido e contextualizado pela cibercultura, a qual é diretamente impactada pelas redes colaborativas e sociais.

Entretanto, ainda iremos discutir nas seções seguintes como as memórias, parte essencial dos patrimônios, estão a se estabelecer e como os quadros das memórias estão a se modificar com o aumento exponencial das redes sociais, tendo como foco as redes sociais destinadas à exposição de fotos e vídeos, públicos e privados, como no caso da rede social *Instagram*, rede a qual escolhemos como recorte analítico.

Os patrimônios chegaram às redes. Cabe saber até onde vai sua disseminação e a preservação de sua memória em ambientes digitais, redes sociais e ambientes colaborativos, os quais lidam com influências particulares de cada usuário que manipula sua própria conta social. Além disso, cabe saber qual o papel da Ciência da Informação nesse momento da história do Patrimônio Cultural Digital.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL

Quando as coisas “ascendem” ao patamar de se caracterizarem como patrimônios culturais, sua importância singular é substituída por sua significação coletiva, exigindo que práticas para seu desenvolvimento, preservação, acesso, divulgação e disseminação sejam efetuados. Nesse sentido, as políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural torna-se uma das questões mais importantes para a sociedade, ou deveria se tornar. Lembramos que todos os setores sociais que têm por finalidade benefícios coletivos são, em essência, responsabilidade do governo e do Estado, os quais devem gerar iniciativas públicas, as quais devem ser vistas e revistas continuamente, acompanhando o contexto sociocultural e econômico da sociedade.

Quando pensamos em política de maneira geral, estamos falando de sujeitos diferentes os quais devem conviver unificadamente em torno de algo em comum,

onde o principal agente modificador é o próprio sujeito. Este postulado tem embasamento em Hannah Arendt e Aristóteles. Para Arendt (2006) a política é baseada principalmente na pluralidade dos homens, sendo seu principal objetivo o de tratar da convivência coletiva entre os diferentes. Já para Aristóteles, o qual se utilizava do termo “*zoo politikon*”, considerava que o homem, através de relações estabelecidas, torna-se naturalmente político, sendo impraticável essa dissociação, uma vez que a sociedade força o homem a ser político e exercer a política, ainda que inconscientemente, em sua forma mais primitiva. Cabe ao homem, em sua natureza desenvolvida, exercer a política conscientemente.

Considerando esses pensamentos, os sujeitos, nascidos apolíticos, se organizam politicamente para determinadas coisas e setores em comum, os quais consideram essenciais em um vasto espectro do caos absoluto que são as diferenças presentes na sociedade e a diversidade de setores socioculturais e econômicos. Tanto para a filosofia quanto para a teologia, o homem existe e se realiza na política no momento em que são estabelecidos direitos equânimes aos mais diferentes. É através da convivência e da relação homem-meio, que surgem articulações entre os seres humanos, tornando-os socialmente políticos. A política seria assim um sinônimo de liberdade para os sujeitos que aceitam exercer sua influência política na sociedade.

Globalmente, com a chegada do neoliberalismo (em termos de conceitualização) ocorreu uma consequente diminuição da intervenção estatal, acarretando em uma maior flexibilidade dos governos no gerenciamento orçamentário. Essa mudança proporcionou a abertura para preocupações sobre a inexistência de políticas que exercessem, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico e inclusão social, dando voz para reflexões coletivas acerca do processo decisório e a implementação de políticas públicas.

As políticas públicas, como área de pesquisa, surgem, segundo Souza (2006), na América do Norte, mas especificamente nos Estados Unidos da América (EUA), através dos pensamentos acerca das ações impostas pelo governo. Para a autora, cabe uma diferenciação quanto o desenvolvimento das pesquisas sobre políticas públicas na América do Norte e na Europa, principalmente no que diz respeito à produção dos governos. Na medida em que os europeus desenvolveram estudos sobre políticas públicas através de sua origem e desenvolvimento, como consequência de desdobramentos das pesquisas baseadas em teorias explicativas

que analisavam o papel do Estado e do governo, os EUA seguiram outro caminho de raciocínio e desenvolvimento, mais curto e objetivo, dando ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, os produtores, por excelência, das políticas públicas.

Nessa pesquisa, consideramos o Estado como estrutura, sendo o governo móvel e delimitado pelo tempo. O Estado sofre assim micro ou macro movimentações de acordo com o governo e o contexto sócio, político e cultural instaurado. Sendo assim, o pressuposto analítico que deu seguimento aos estudos sobre políticas públicas nessa pesquisa é o de que, nas democracias consideradas estabilizadas, todas as ações governamentais são passíveis de serem formuladas e reformuladas cientificamente e analisada por pesquisadores independentes, os quais atuam direta ou indiretamente como sujeitos agentes e agenciadores dos micropoderes.

Consideramos, nesse sentido, as políticas públicas como constituintes de um sistema que impõe uma relação entre a formulação da política, seus resultados e o ambiente em que ela foi implantada. Alguns autores fundamentaram nosso pensamento, como Lynn (1980) o qual afirma que as políticas públicas são um conjunto das ações do governo que irão produzir efeitos específicos durante o tempo, onde para Dye (1984) as políticas públicas são as escolhas que o governo escolher fazer, ou não fazer, incluindo, para Bachrach e Baratz (1962) a escolha de não fazer nada em relação a um problema. Já para Mead (1995) a política pública funciona como um campo dentro do estudo da área geral da política e analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Souza (2006) esse campo do conhecimento busca a integração de quatro elementos: a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas.

Há de se acrescentar que, além dos aspectos concebidos nas definições mencionadas, existe o embate em torno das ideias e interesses, que incluem o lado conflituoso das decisões políticas, além da possibilidade de existência da cooperação entre governo, instituições e grupos sociais, esse último configurando-se como o ponto forte existente nas formulações das políticas públicas.

Sendo assim, concebemos nesta pesquisa as políticas públicas como um sistema que inclui desde a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que ele faz realmente, sua abrangência, sua intencionalidade, indo até o envolvimento

de atores formais e informais, os quais participarão dos processos de decisão, proposição, implementação, execução e avaliação.

Quanto à formulação e análise das políticas públicas, existem diversos modelos que compreendem enfoques diferentes. Souza (2006) faz um apanhado de nove principais modelos, os quais servem para se entender melhor como e porque o governo faz ou deixa de fazer alguma ação a qual repercutirá na vida de toda a sociedade, sendo possível elucidar por meio desses pensamentos e modelos apresentados pela autora que, além de não haver uma única definição sobre o tema nem um único modelo, este campo de estudo é interdisciplinar, o que acarreta em várias áreas do conhecimento que podem e devem analisar o campo das formulações, atentando o objeto por olhares distintos e contribuindo de formas variadas e complementares. Esse pensamento corrobora com as afirmações de Dye (1984), Bachrach e Baratz (1962) e Mead (1995). Deste modo, nenhuma política pública deve ser estabelecida com apenas especialistas de uma área, pois, para um completo uso social, é necessário o intercâmbio entre os olhares distintos das áreas científicas.

Quanto às políticas públicas direcionadas ao Patrimônio cultural digital, uma precariedade cerca esse setor. As iniciativas iniciadas pela UNESCO desde 1972 podem ser consideradas como uma importante inovadora ação política quando falamos da salvaguarda do patrimônio, dando respaldo para importantes iniciativas e manifestações populares. Contudo, ainda reina o questionamento: Como desenvolver políticas de identificação daquilo que pode ser considerado patrimônio digital?

Nesse sentido a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital da UNESCO (2003) ainda desponta como principal norteador e ação no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural digital. No entanto, a UNESCO enfatiza em sua carta que a responsabilidade pela execução do que é ali afirmado como essencial a preservação e disseminação do patrimônio é da sociedade como um todo, incluindo instituições de preservação, do setor privado, dos meios de comunicação, da sociedade civil, e de organizações não-governamentais, delegando aos países membros e signatários a responsabilidade de zelo e aplicações. No Brasil a Biblioteca Nacional foi o agente responsável do governo e criou o primeiro acervo de patrimônio digital em 2005.

Para Reis, Serres e Nunes (2015) um dos principais empecilhos e riscos do Patrimônio Digital é a obsolescência tecnológica, pois o acelerado ritmo de atualização das tecnologias digitais faz com que o que é atual hoje seja ultrapassado amanhã, o que pode, por vezes, impossibilitar o acesso à conteúdos online ou armazenados em bancos de dados. Esse risco é um dos fatores que torna essencial políticas públicas direcionadas a salvaguarda desse patrimônio, levando em consideração suas particularidades materiais e simbólicas.

De acordo com Moraes (2009) as políticas públicas exigem opções, hierarquias de prioridades, cronogramas de ação e uma agenda social, e, quase como regra, sua elaboração e implementação são permeadas por diferenças políticas que conseqüentemente irão por à mostra relações de poder e lutas ideológicas, como todo sistema cultural. Nesse sentido, ainda não podemos afirmar que existe de fato uma política pública universal para a preservação do Patrimônio Cultural Digital. A cultura digital espelha uma infinidade de espectros que não foram cobertos pelas políticas até então.

Logo, cabe nos perguntar, especialmente dentro do universo dessa pesquisa, qual a apropriação que a Ciência da Informação utiliza-se do Patrimônio em meio digital e quais ações, políticas ou não, defendem como necessárias para que haja a salvaguarda desses bens digitais, pois todo esse ciclo influencia diretamente os quadros ultramodernos das identidades e das memórias sociais.

Entretanto, apesar de até o momento não estarem bem delineadas políticas públicas para o patrimônio cultural digital, existem práticas essenciais na ultramodernidade destinadas, inclusive, a preservação digital nas quais o Patrimônio Cultural Digital vem a se beneficiar cada vez mais, das quais, dentre todas, destacamos a prática da curadoria digital, a qual vem gerando importantes iniciativas de salvaguarda desses bens e de sua memória.

3.4 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL PELA CURADORIA DIGITAL

Independente da responsabilidade estatal para com a preservação do que foi categorizado como patrimônio, seja ele material, imaterial, ou digital (que não é desassociado da materialidade), visando perpetuar a memória social, existem

práticas importantes e fundamentais para que instituições de memória e organizações em geral possam salvaguardar seus objetos digitais.

Inicialmente, quando tudo o que se referia a digital era novo, para muitos bastava digitalizar determinado documento e salva-lo em uma mídia digital para preservar ele digitalmente, enquanto outras práticas eram aplicadas ao material analógico. Uma preservação por duplicidade – analógico e digital. Por vivência prática, para muitas instituições isso ainda é o bastante, ao que lhes parece.

Entretanto, na ultramodernidade, isso já não mais se configura como suficientes e várias indicações apontam para isso, mas há duas principais. A primeira delas é a gênese já digital das informações, as quais não necessitam mais serem digitalizadas, mas precisam de praticas curatoriais distintas. A segunda é a natureza volátil das tecnologias, que necessitam de ciclos pré-determinados para garantir a real preservação dos objetos digitais.

Com esses dois pensamentos em vista, além de outras peculiaridades, a curadoria digital é, atualmente, uma prática essencial aos objetos digitais, principalmente aos patrimônios culturais digitais, pois ela se constitui da “gestão ativa e preservação de recursos digitais ao longo do seu ciclo de vida completo” (TIBBO; HANK; LEE, 2008, p. 235) “para acesso e uso atual e futuro” (SIEBRA; BORBA; MIRANDA, 2016, p.2).

A curadoria digital consegue garantir a preservação em um ciclo completo de vida devido, principalmente, a combinação de práticas tecnológicas, comunicacionais, gerenciais, cognitivas, de geração de conhecimento e informacionais. Para Longair (2015) o termo curadoria remete ao termo latino *curare*, o qual significa “cuidado para” que expressa a custódia e preservação, estando atrelado a uma ampla gama de atividades, tais como: cuidar, preservar e salvaguardar.

Para Santos (2014) a curadoria digital é um conceito relativamente novo, se comparado a preservação digital, e incorpora aspectos dos termos curadoria de dados e preservação digital, utilizados, respectivamente, pela comunidade científica e de bibliotecas eletrônicas ou digitais, onde incluímos também os museus digitais.

Foi, Segundo Siebra, Borba e Miranda (2016), a partir dos anos 80 e 90 que surgiu o termo "curadoria de dados" relacionado à gestão de dados científicos. Porém apenas a partir de 2003, passou-se a se dar mais atenção à ideia de curadoria de dados dentro do contexto da *e-science* e da infraestrutura cibernética.

Para as autoras, foi a partir do ano 2003 que o termo curadoria passou a ser trabalhado nas áreas de Ciência da Informação e Ciência da Computação, motivados pelo crescimento exponencial da informação digital, dando origem à noção de Curadoria Digital.

Para Lee e Tibbo (2011) a curadoria digital é um conceito amplo, abrangendo atividades de diversas profissões, instituições, atores e setores, onde para Dallas (2007), a curadoria digital representa importante conceito na teoria e gestão da informação (considerando aqui nessa pesquisa a natureza multidimensional na informação), devido a gestão dos registros organizacionais, além da sua aplicabilidade, inclusive, frente aos problemas e domínios advindos de acervos do patrimônio cultural, *e-science*, mídias e redes sociais.

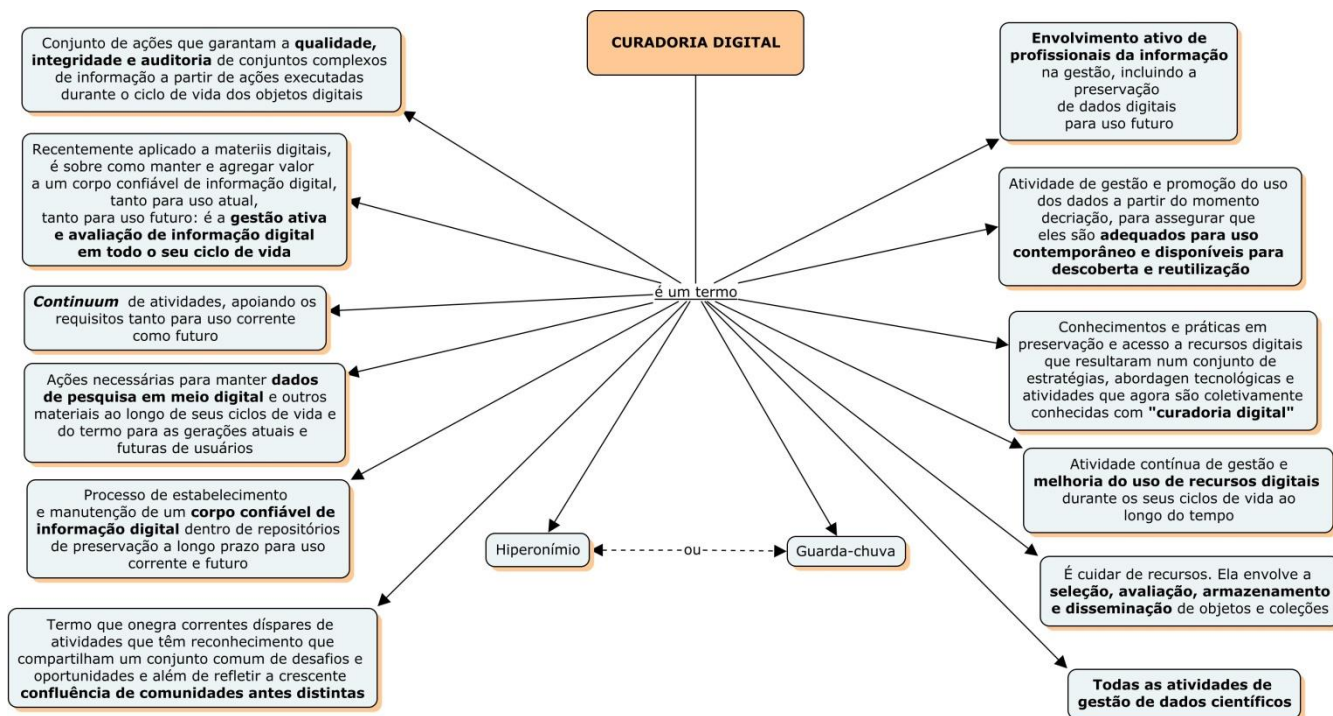
Segundo Siebra, et al. (2018) vale ressaltar que gestão ativa de objetos digitais se refere, dentro da curadoria digital, a uma variedade de atividades gerenciais e técnicas e reforça a ideia que as ações devem ser sistemáticas, planejadas e intencionais, de forma a fazer a informação digital atender a um propósito. Logo, para os autores, a curadoria digital deve ser considerada como um conjunto de boas práticas para permitir o acesso em longo prazo de informação, podendo ser enquadrada na disciplina híbrida de Humanidades Digitais, sendo a curadoria originalmente uma práxis humana direcionada ao contexto digital.

Para Santos (2014) devido às atividades pertinentes à curadoria digital irem desde o planejamento de criação, práticas de digitalização e documentação, assegurando a sua disponibilidade e adequação para a descoberta e reutilização no futuro, todos os profissionais da informação envolvidos no ciclo de vida de documentos, possuem, portanto espaço de trabalho nas atividades da curadoria digital. Assim, digitalizadores, criadores de metadados, financiadores, políticos e gestores de bibliotecas digitais, museus digitais e exposições virtuais, tendem a encontrar novos nichos de trabalho.

Ainda segundo Santos (2014), conforme acepções adquiridas em sua dissertação de mestrado, as definições de curadoria digital se enquadram como um conceito hiperonímio ou guarda-chuva onde todas as atividades interventivas necessárias para transformação da informação para preservação ao longo do seu

ciclo de vida – ou seja – da sua criação ao seu acesso pelo usuário final, como vemos na figura 4⁷.

Figura 4: Mapa Mental sobre acepções conceituais de curadoria



Fonte: Adaptado de Santos (2014).

O que podemos apreender com esses pensamentos é que a curadoria digital vai além do arquivamento e da preservação digital, pois luta contra a obsolescência digital, algo comum ao efetuar, por exemplo, a digitalização de documentos. A curadoria digital vem dar vida, em um ciclo completo, aos objetos digitais, tornando-os acessíveis ao longo dos tempos, seguindo princípios de confiabilidade, acessibilidade e permanência. Nesse sentido, o principal desafio da curadoria digital é a necessidade da preservação além do conjunto de dados e objetos digitais, preservando, sobretudo, a capacidade que ele possui de transmitir conhecimento para uso futuro das comunidades interessadas. Sua necessidade vem diretamente, primeiramente do bug do milênio⁸, além das acepções contemporâneas de

⁷ A figura 4 se configura como mapa mental, diferentemente das outras construções que fizemos através de mapas conceituais. A diferença fundamental entre ambos se dá na sua forma e estruturação. Enquanto os mapas conceituais são redes de conceitos interligadas por verbos ou locuções, nos mapas mentais há sempre uma ideia central (raiz), a partir da qual se derivam as ideias conectadas, não havendo necessidade da utilização de apenas conceitos, mas sim de pensamentos.

⁸ O Bug do Milênio foi um acontecimento que ocorreu no fim do século XX, e passou de um simples problema relacionado à informática para a preocupação de todo o mundo, que receava um erro geral nas máquinas.

informação e objetos digitais, os quais necessitam, além da salvaguarda, de confiabilidade. Essas ações são cabíveis a todos os profissionais da informação. Tais princípios são fundamentais a categoria patrimonial, que agora emerge ao digital.

Para sistematizar a aplicação das atividades pertinentes à curadoria, foram desenvolvidos modelos de ciclos de vida, os quais segundo Hodge (2000) envolvem todas as etapas do âmbito do ciclo de vida das informações - criação, aquisição, catalogação/ identificação, armazenamento, preservação e acesso.

Dentre as principais, encontram-se o modelo de ciclo de vida do *Digital Curation Centre* (DCC), o Ciclo Documentário, o *Cultural, Artistic and Scientific Knowledge for Preservation, Access and Retrieval* (CASPAR), o *Dataone Data Lifecycle*, o *Uk Data Archive Data Lifecycle* e o *Digital Curation process model* (DCU). Além do Modelo *Open Archival Information System* (OAIS) o qual serve como referência e padroniza as atividades de preservação digital, tendo se tornado uma norma internacional em 2003 (ISO 14721:2003).

Contudo, apesar de tantos modelos e diretrizes, Siebra, et.al. (2018) afirmam que existe o desafio de aplicação de modelos de curadoria digital e de assegurar que a informação presente e passada poderá ser acessada, usada e compreendida agora e no futuro, onde nem toda instituição ou organização está preparada para enfrentá-lo. Seja por falta de infraestrutura tecnológica e recursos financeiros ou por falta de pessoal capacitado para implementar processos de curadoria aos seus acervos. Assim, algumas considerações cabem nesse ponto.

Os primeiros anos da revolução digital foram marcados por uma desenfreada corrida dos produtores de tecnologia para estabelecerem seus padrões tecnológicos como hegemônicos no competitivo mercado de tecnologia que se apresentou. Tanto no hardware como no software, surgiu grande variedade de formatos até que, o próprio mercado elegeu aqueles que administrariam e aqueles que sucumbiriam à escolha do consumo.

Esta ferramenta de mercado estendeu seus efeitos sobre as memórias digitais e conseqüentemente ditou os rumos da curadoria e da preservação na cultural digital contemporânea. Logo foi dito que havia uma fragilidade inexpugnável dos formatos digitais, seja de segurança ou confiabilidade. De fato, a instabilidade da tecnologia digital em seus primeiros dias (em hardware e software) fez com que muitos consumidores esperassem com desconfiança o desenrolar deste capítulo.

Por outro lado, esta natureza vulnerável levou ao desenvolvimento das primeiras estratégias de preservação digital de acervos, por exemplo, baseando-se principalmente no refrescamento tecnológico e na redundância dos registros, requisitos essenciais, como bem nos lembra Marcondes (2019)

Acervos digitais são um novo acervo, adicional aos acervos físicos das instituições de Memória e Cultura, como novas potencialidades que os acervos físicos não possuem. Requerem uma curadoria especial, novas habilitações técnicas para isso e, em especial, cuidados específicos dada à fragilidade do meio tecnológico digital, em termos de volatilidade, armazenagem e obsolescência. (BITTENCOURT; MARCONDES, 2019, p.50).

Um quarto de século da revolução tecnológica deveria ser suficiente para afastar os demônios escatológicos e afirmar que temos uma tecnologia muito mais estável e pacífica para a preservação dos acervos digitais. Contudo, como vemos no trecho citado acima, ainda há medo quanto à suposta fragilidade digital.

Entretanto, ações contínuas quanto à segurança, redundância, transparência e acesso estão avançando a cada dia. No Brasil, por exemplo, existe o Marco Civil da Internet no país por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado. Além disso, a Política Nacional de Dados Abertos, Decreto nº 8777/2016, visa contribuir para o aumento da transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle social das ações governamentais. Enquanto isso, uma nova geração tecnológica se insinua no horizonte próximo, prometendo ainda mais eficiência, segurança e transparência em termos de preservação e acesso.

De fato a preservação digital, hoje abrigada no campo da curadoria digital, tem preocupações maiores com o planejamento e a gestão sistemática de coleções do que com a preservação física dos acervos. A gestão em escala do *bigdata* e a preservação de longo tempo estão na ordem do dia.

Contudo, percebe-se com as análises feitas nessa tese que, apesar de importante e bastante útil, a curadoria digital ainda não é amplamente utilizada pelas instituições de memória e organizações que mantêm informações em meio digital, por inúmeras razões. Isso influencia diretamente na preservação dos Patrimônios Culturais Digitais (PCD).

Entretanto, existem algumas iniciativas, nacionais e internacionais que merecem um delineamento nessa pesquisa, as quais vêm gerando significativa contribuição na salvaguarda patrimonial em meio digital.

3.5 ALGUMAS INICIATIVAS PARA SALVAGUARDA DO PCD

Apesar de ainda não existir uma política pública universal direcionada a salvaguarda do patrimônio cultural digital, algumas iniciativas despontam como essenciais para a construção de uma política, com a mobilização social de pesquisadores e interessados na área.

Além da já mencionada carta da UNESCO sobre a conservação do patrimônio digital produzida em 2003, alguns eventos e documentos produzidos significativos merecem ser mencionados, como: a Iniciativa de Budapeste para Acesso Aberto, realizada em fevereiro de 2002; a Declaração de Bethesda para edição em livre acesso, em junho de 2003; a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital – Preservar para Garantir o Acesso efetivado pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em 2003; a Declaração de Berlim sobre o Livre Acesso ao Conhecimento em Ciências Exatas, Ciências da Vida, Ciências Humanas e Sociais, em outubro de 2003; a Declaração da *International Federation of Library Associations* (IFLA) sobre o livre acesso a literatura científica e aos documentos de pesquisa, em dezembro de 2003; Carta do Grupo de Ouagadougou, em setembro de 2005; a 4ª conferência internacional sobre aplicações das mídias digitais para o patrimônio cultural (*Digital Media Applications for Cultural Heritage - DMACH*), promovida pelo Centro de Estudos de Arquitetura da Região Árabe (CSAAR) e pelo Instituto de Fabricação Digital da *Ball State University*, em novembro de 2008; o Colóquio Internacional sobre o Patrimônio Digital em Contexto Ibérico: Entre a Prática e a Crítica, novembro 2017 e o 1º Festival de Cultura Digital do Rio de Janeiro, em março de 2018.

Além disso, algumas iniciativas correntes existem atualmente para disseminar e preservar o patrimônio digital, as chamadas bibliotecas digitais. A Biblioteca Digital *del Patrimonio Iberoamericano*⁹ é um exemplo de biblioteca virtual que tomou como lema oferecer a sociedade o acesso ao patrimônio cultural digital da América Latina. Em seu site são disponibilizados materiais como, mapas, gravações de som, jornais e revistas, dentre outros conteúdos.

Contamos também com a Biblioteca Digital Mundial¹⁰, a qual dispõe de livros, manuscritos e mapas interativos. Nela é possível pesquisar materiais sobre 193

⁹ Disponível em: <http://www.iberoamericadigital.net/pt/Inicio/>. Acesso em 10 de julho de 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/>. Acesso em 10 de julho de 2018.

países por período de tempo, lugar e idioma. Já a Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹¹ reúne acervo fotográfico do IBGE, materiais de apoio à coleta de dados nas pesquisas realizadas pelo IBGE, mapas, livros e periódicos.

Um dos destaques da literatura brasileira online fica disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin¹². Sua página do acervo virtual disponibiliza livros, almanaques, manuscritos, entre outros conteúdos. O leitor pode fazer pesquisas por autor e assuntos como, por exemplo, História do Brasil e Literatura Brasileira.

A Biblioteca Brasileira (Brasileira Digital) ainda se envolveu com em parceria com a Casa de Cultura Digital e o Ministério da Cultura (MinC) para organizar em 2010 o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, evento que teve como proposta reunir especialistas e profissionais do mundo para que se pudesse efetivar uma troca de experiências e discutir uma política de digitalização, devido ao entendimento da necessidade e da importância de uma política pública na área. O Simpósio teve como resultado o esboço de uma política pública que, conforme aponta Puntoni (2017), infelizmente não foi adiante, pois

Não foi possível ainda estabelecer uma política pública para a digitalização dos acervos e as articulações em rede das instituições da memória são fracas e pouco operativas por falta de recursos, por falta de capacidade, por falta de orientação. [...] Todavia, a força da cultura digital (do ativismo de seus atores) está hoje claramente associada às instituições memoriais, pelo menos em uma parte importante delas. (PUNTONI, 2017, p.146).

Ainda nas bibliotecas, contamos com o Project Gutenberg¹³ onde são disponibilizados mais 38.000 livros e o catálogo conta também com livros-áudios. A busca de obras pode ser feita por autor e títulos. Além da Biblioteca Fernando Pessoa, a qual conta com um acervo que pertenceu a Fernando Pessoa. O catálogo possui temas como, Matemática, Geografia, História e Biografias¹⁴.

Além das bibliotecas digitais, existem atualmente iniciativas que contam com a colaboratividade dos usuários para a construção de seu acervo online. Um desses projetos é o *Maine Memory Network* (MMN), uma rede digital colaborativa sobre o patrimônio do estado do Maine, nos EUA. Desenvolvido no ano de 2000 pela *Maine*

¹¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>. Acesso em 10 de julho de 2018.

¹² Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1>. Acesso em 10 de julho de 2018.

¹³ Disponível em: <http://www.gutenberg.org/>. Acesso em 10 de julho de 2018.

¹⁴ Disponível em: <http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/index/index.htm>. Acesso em 10 de julho de 2018.

Historical Society, criada em 1822. A MMN é constituída como um museu digital, um arquivo e um recurso educacional que busca levar de forma gratuita a história do Maine (estado americano) para o grande público, por meio de fotografias e documentos digitalizados. O projeto conta com a disponibilização de informações locais, dando a oportunidade da sociedade, das bibliotecas e de outras instituições culturais do estado fazerem uso desse espaço para centralizar e catalogar o seu acervo. Seu banco de dados digital armazena mais de 20.000 itens históricos oriundos de mais de 200 parceiros, e recebe mais de 500.000 visitantes por ano¹⁵.

Outra iniciativa que merece destaque, dessa vez em âmbito nacional, são os projetos disponibilizados pelo Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento (LIBER), do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o qual vem há 20 anos desenvolvendo parcerias, em especial com as instituições da Rede Memorial de Pernambuco, a fim de colaborar para que documentos históricos, de pesquisa, culturais e memoriais possam ser preservados para a posteridade e disponibilizados para acesso e uso pela população brasileira e/ou mundial (SIEBRA; et al, 2018). Além disso, a Rede Memorial é um importante movimento para a construção de uma política pública no que se refere a cultura digital, pois

[...] As ações pensadas e realizadas sob a lógica da Rede Memorial tendem a se aproximar das relações ecológicas. Estas se fazem importantes em virtude da percepção de um novo paradigma, que engendra uma visão holística do mundo, e o apreende não como a reunião das partes dissociadas, mas como um todo integrado. Começamos, então, a perceber que o sucesso na gestão partilhada da memória depende da combinação entre mudanças tecnológicas e comportamentais e do intercâmbio e socialização de experiências. Esse conjunto de princípios sustenta a intenção coletiva de se construir uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições, não apenas de Pernambuco, mas de vários lugares do Brasil (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p.90).

Visando isso, a Rede Memorial elaborou a Carta do Recife 2.0, onde se aponta que as instituições culturais vêm desenvolvendo iniciativas de digitalização e publicação de seus acervos, contudo, de maneira desconexa, diminuindo o potencial de integração e disseminação dos acervos digitais.

¹⁵ Dados de 10 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.mainememory.net/>. Acesso em 10 jul. de 2018.

Voltando as iniciativas referentes ao LIBER, em sua página online¹⁶, o laboratório disponibiliza vários projetos digitais do patrimônio cultural, dentre eles: a Oficina Guaianases; o Atlas do Brasil Holandês; a Visão Holandesa; o projeto Ultramar; o Memorial da Justiça; a memória do Golpe; o Monumenta Hygínia; os Selos do Brasil; o acervo de Pereira Costa; de Frans Post e Joaquim Caetano. Além disso, o Liber disponibiliza o acervo da iniciativa Rede Memorial, a qual conta por acervos da Tevê Universitária (TVU), do Jornalista Samarone Lima e da gravadora Rozenblit.

Utilizando-se da aplicação do modelo de curadoria digital do Digital Curation Centre (DCC) existem quatro acervos no LIBER de riqueza histórica, cultural e social que vem sendo trabalhados especialmente, de forma a permitir a encontrabilidade (Miranda, 2012). São eles: O da gravadora Rozenblit, composto por um conjunto de registros fonográficos, em audiotape, gravados entre 1953 e 1986; acervo discográfico (compact discs e long play); registros datilográficos de gravações e catálogos; além das fitas magnéticas; que são as matrizes originais de gravação; O acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL), que abrange o período de 1959 a 2001, salvaguarda informações tais como: documentos bibliográficos, arquivísticos, administrativos, audiovisuais, sonoros e cartográficos, a respeito do desenvolvimento do Nordeste do Brasil; O acervo da TV Universitária do Recife (TVU) que engloba 1037 fitas UMATIC e 1342 fitas BETACAM e diversas outras em formatos variados, que reúnem documentos fílmicos pertinentes às atividades da TV, tais como: a cobertura de eventos importantes e tradicionais do Recife (ex: eventos da cultura popular), entrevistas com personalidades e registros da vida cotidiana na cidade; O acervo do jornalista e professor Samarone Lima, que em 1993 desenvolveu um trabalho de pesquisa em busca daqueles que viveram a fase do regime político brasileiro, iniciado com o golpe militar de 1964. Os relatos e entrevistas coletados com pessoas que ainda vivem e viveram no Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, estendendo-se até outros países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai, foram guardados em uma coleção de 130 fitas K-7, intitulada “Memórias do Golpe: O Brasil de 1964 a 1985” (SIEBRA; et al, 2018).

Além das iniciativas dispostas até o momento, destacamos também as iniciativas colaborativas que vem crescendo amplamente na velocidade impostas

¹⁶ Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/>. Acesso em 10 de julho de 2018

pelo ciberespaço, as iniciativas nas redes sociais. O ciberespaço é moldado, em grande parte, pelo conjunto de redes sociais existentes, infligindo diretamente sobre a cultura, ou cibercultura. A quantidade de redes sociais ativas é imensurável, bem como o número de usuários ativos que dialogam cotidianamente nas redes, tecendo novos diálogos culturais.

No que se reflete as mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade, o qual nos aprofundaremos no capítulo referente a memória, tomamos como fundamental a representação das multifaces da informação na cibercultura, incluindo as imagens e vídeos que predominam socialmente o ambiente virtual.

Segundo Oliveira, Malta e Gouveia Júnior (2016) o caráter documental e de registro da fotografia constitui uma rica fonte de informações, e tem sido reconhecido como tal por diversas áreas do conhecimento, configurando importantes trabalhos e projetos científicos e sendo utilizado para subsidiar grandes obras de intervenção urbanística, influenciando diretamente no campo patrimonial. Contudo, é quando a imagem se torna digital que há migração da categoria de documento para a categoria de informação (RIBEIRO, 2001).

Nesse sentido, ao fazermos uma comparação entre as conceitualizações de Patrimônio Cultural Digital na CI e as políticas públicas confirmamos que elas ainda são incipientes. Muitas iniciativas privadas estão mais atualizadas quanto ao que se configura como PCD e devem servir de parâmetro para a construção de uma política pública para o PCD. Inclusive, as políticas atuais devem levar em consideração as redes sociais e seu impacto nos patrimônios digitais.

3.5.1 As redes sociais e o PCD

As redes sociais são estruturas constituídas por sujeitos ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns. Seu diferencial se dá na configuração de sua estrutura, de forma aberta, permitindo relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os integrantes. Duarte e Frei (2008) vão além e afirmam que as redes não são apenas outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente. É a modernidade líquida tomando forma no ciberespaço.

Dentre as mais famosas redes sociais, encontra-se o *Facebook*, líder de mercado, com mais de 2 bilhões de usuários ativos. Seu impacto foi, e ainda é, tão significativo no século XXI, que já se tornou assuntos de variados artigos, teses e dissertações das mais distintas áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação. Esse número, contudo, tende a crescer ainda mais devido às novas aquisições efetuadas pelo *Facebook*, que procurou adquirir outras redes sociais e agregá-las, com o objetivo de sanar os desejos e anseios de diversos públicos, “os limites das redes não são limites de separação, mas limites de identidade. [...] não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações” (CAPRA, 2008, p. 22).

Dentre essas aquisições, encontra-se o *Instagram*, uma rede social destinada à postagem de fotos e vídeos dos usuários. Seu número de usuários já ultrapassa a casa dos 700 milhões, sendo a sétima rede social mais utilizada no mundo e a quinta mais utilizada no Brasil, segundo dados do portal de estatísticas Statista. No geral, o *Instagram* se beneficia de uma forte integração social, já que os usuários conseguem compartilhar seus conteúdos com uma variedade de redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Flickr* e *Tumblr*.

Mais do que uma rede social de fotos, o *Instagram* desponta como um instrumento de mercado, sendo essencial para campanhas e estratégias de marketing. Segundo dados da *ContentTrends* 2016, a rede social que apresentou maior crescimento em adesão pelas empresas foi o *Instagram*, passando de 42% de adoção para 47,9% se tornando a segunda colocada em preferência pelas marcas no Brasil.

A influência dessa rede tem sido tão significativa para o mercado que cursos de graduação estão sendo criados com o propósito de formar *digital influencers*, ou influenciadores digitais. O Centro Universitário Brasileiro (Unibra), no Recife, anunciou a criação da primeira turma de graduação do curso de *Digital Influencers*. O Brasil é assim o segundo país a oferecer o curso, atrás apenas da China. Tal segmento profissional atua por meio de indivíduos que se disponham a usar determinadas marcas, comer em determinados restaurantes ou ir a determinados lugares, sempre divulgando tais produtos ou segmentos com objetivo de influenciar seus seguidores a também consumir o que ali é apresentado. Uma maneira mais rápida de consumo, que poupa tempo. Bosi (1995, p.2) já nos falava que a

tecnologia, vem para "multiplicar imagens, multiplicar palavras, multiplicar elementos de informação e multiplicar instrumentos práticos cujo desígnio é abreviar o tempo e poupar esforço, quer o esforço muscular, quer certo tipo de esforço mental, como, por exemplo, o da memória".

Essa rede social por meio dessa influência de mercado revoluciona não apenas a rede social *Instagram*, mas o modo como às pessoas interagem com as outras nas redes, como vivem suas vidas e como preservam suas memórias. Não há quase espaço para verdades, mas sim para o espetáculo, para divulgar o melhor dos indivíduos, mesmo que esse melhor não exista propriamente. O *Instagram* pode vir a se tornar o que Debord (2003) chamou de acumulação de espetáculos, onde não há mais vida direta, só fumaças de representações.

Para o campo patrimonial, existe um campo de grande valia no que diz respeito à divulgação e acesso aos patrimônios, tendo em vista a amplitude da disseminação das informações no *Instagram*. Os mesmos influenciadores digitais que são empregados para aumentar o consumo das grandes empresas, acabam por contribuir para um tipo atual de preservação dos patrimônios digitais: o acesso.

Um exemplo evidente tornou-se visível após a tragédia que acometeu o Museu Nacional. Estudantes e pesquisadores da museologia e profissionais da informação estão pedindo em suas redes sociais que enviem e compartilhem fotos e vídeos do Museu Nacional, visando construir uma memória digital do muito que se perdeu.

Algumas iniciativas de preservação e acesso já se utilizam do *Instagram* para fazer valer sua causa. Ainda em ambientes colaborativos, temos as iniciativas no *Instagram*. Um exemplo é o perfil "Infopatrimônio"¹⁷ (@infopatrimonio), que de modo colaborativo alimenta sua rede social com fotografias de patrimônios brasileiros. Seu perfil conta com mais de 24 mil seguidores e dispõe de 208 imagens de acesso livre. Além disso, o perfil disponibiliza um site que informa sobre algumas festas e locais patrimoniais, além de dispor do e-book sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Nacional da UNESCO.

Outro perfil disponível na plataforma *Instagram* é o "Museu Patrimônio Efêmero"¹⁸ (@museupatrimonioefemero) o qual busca, também por meio de uma curadoria colaborativa, a criação e disponibilização de fotografias do patrimônio

¹⁷ Dados de 10 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.instagram.com.br/infopatrimonio/>. Acesso em 10 jul. de 2018.

¹⁸ Dados de 10 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.instagram.com.br/museupatrimonioefemero>. Acesso em 10 de julho de 2018.

cultural brasileiro, com atualizações diárias. Seu perfil conta com mais de 8.000 (oito mil) seguidores e já dispõe de 708 fotografias disponíveis, em menos de um ano de criação.

Outra iniciativa de destaque foi realizada recentemente, em julho desse ano, onde o Instituto Estadual do Patrimônio e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) em parceria com o coletivo Nitro Imagens, realizou o Circuito Liberdade (@circuitoliberalidade) de concurso de fotos do *Instagram*, que já consta com três edições, com o tema "Meu olhar sobre o patrimônio". O objetivo do concurso foi o de estimular os cidadãos mineiros a construir memórias, registrando objetos de sua história e da cidade onde vive, fortalecendo os conceitos de patrimônio afetivo. No final, todo o material resultou em uma mostra fotográfica que objetivou valorizar a identidade do povo mineiro e seu patrimônio cultural e agora também digital. Tais iniciativas mostram que o patrimônio ocupa lugar significativo nas redes sociais, incluindo o *Instagram*, seja de modo intencional ou ocasional.

Entretanto, apesar do foco experimental utilizado para demonstrar a delineação do patrimônio cultural digital por meio das imagens disponíveis na internet e, principalmente, nas redes sociais, o núcleo do patrimônio na ultramodernidade digital é a informação, que agora perfaz seu caminho de modo singular e permite diversas expressões patrimoniais, como por exemplo, as imagens as quais delineamos nesse capítulo.

Nesse sentido, delinea-se os percursos do fenômeno informacional na Ciência da Informação (ambiente de estudo dessa pesquisa), até seu momento líquido, ambientado na rede mundial de computadores. Na cultura ultramoderna se inserem os patrimônios culturais digitais, constituídos de informações digitais, e elas necessitam de um mapeamento para seu melhor entendimento enquanto fenômeno e objeto da área.

4 INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

É um erro terrível teorizar antes de termos informação.

Arthur Conan Doyle

A Ciência da Informação possui as mais variadas ramificações de pesquisa, entremeando relações com campos diversificados e multifacetados, seja das ciências humanas, exatas ou da saúde, surgindo a cada dia novos temas inter-relacionados e por vezes inovadores dentro da CI.

Todavia, as pesquisas não fogem por completo ao objeto de pesquisa central da Ciência da informação, a própria informação, como objeto e fenômeno. Le Coadic (2004) já alvitrava que a Ciência da Informação teria como objeto de estudo os processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e utilização. Já para Borko (1968), em sua definição clássica, sob o ponto de vista prático e tecnicista dentro do paradigma físico, do campo e de seu objeto de estudo afirma que a

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da **informação**, as forças que regem seu fluxo e os métodos para processá-la, a fim de obter acessibilidade e utilização ótimas. Está interessada num conjunto de conhecimentos relacionados com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da **informação**. Inclui a investigação das representações da **informação** nos sistemas naturais e artificiais, a utilização de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, o estudo de instrumentos e técnicas de processamento da informação, tais como computadores e seus sistemas de programação. [...] relacionada com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia de computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, a comunicação, a biblioteconomia, a administração [...] Tem componentes de uma ciência pura, que investiga o assunto sem relação com sua aplicação, e componentes de uma ciência aplicada, que cria serviços e produtos (BORKO, 1968, p. 3, destaque nosso).

Tal objeto de pesquisa germina desde antes da década de 1960, quando ocorreu a *Conferences on training Science information specialists*, fomentada por um grupo de professores e profissionais bibliotecários da *Geórgia Institute of Technology* os quais procuravam treinar um grupo de especialistas da informação, pois como nos lembra os pesquisadores Brasileiro, Loureiro e Freire (2015) não foi o acontecimento em si o qual deu origem ao campo da CI e de seu objeto de

pesquisa, pois outras manifestações mais importantes em épocas anteriores e países distintos foram significantes para a constituição do campo e de sua área do saber, impulsionadas pela explosão informacional fomentada pelas revoluções científicas e tecnológicas sucedidas entre os séculos XVI à XX, onde encontrou seu ápice devido aos acontecimentos envoltos na Segunda Grande Guerra.

Assim, ainda segundo os autores, o campo da CI seguiu diversos caminhos que podem ser vistos por prismas diversificados, tornando a Ciência da Informação um campo flexível e próspero para a produção de novos conhecimentos, por meio da informação, com o objetivo principal de ampliar novos horizontes configurando-se como uma

área do conhecimento que estuda o fenômeno da informação no contexto social, quando a informação for agenciada por atores sociais, com o intuito de resolver problemas de informação ou refletir sobre a origem desses problemas, seja eles científicos ou não (BRASILEIRO; LOUREIRO; FREIRE, 2013, p. 149).

Nesse sentido, seguindo o pensamento dos autores ora supracitados, onde há informação, independente do meio ou da forma, há objeto de estudo para a CI, que pode variar de acordo ao foco ao qual o prisma for intencionalmente direcionado à investigação. Intencionalidade fundamental quando falamos de informação, a qual, em qualquer ambiente, jamais será neutra ou imparcial. Segundo Miranda (2018) a informação deve ser entendida como um fenômeno interpretativo dependente da experiência, pressupostos, contextos e envolvimento, no âmbito dos quais um sujeito busca informação. Sendo assim, ainda segundo a autora, o que torna a “informação um objeto tão complexo e variável quanto à conceituação e definição é o fato dela estar relacionada aos processos cognitivos e ao contexto de quem enuncia” (MIRANDA, p. 37, 2018).

Corroborando a esse pensamento e ajudando a demonstrar a imparcialidade e evidenciar a intencionalidade nas quais as pesquisas na área da CI decorrem ao longo dos anos, evidenciamos um estudo de Araújo (2017) que realizou uma pesquisa sobre a história da Ciência da Informação em seus três tempos: o período fundacional, em que a ciência da informação nasce como resultante de cinco fenômenos distintos (década de 1960); o período de ampliação das problemáticas, com a constituição de seis subáreas (décadas de 1970 a 1990); e as perspectivas contemporâneas, com a identificação de treze distintas abordagens desenvolvidas nos últimos vinte anos, envolvendo o objeto informação. Para melhor visualização

das abordagens das seis subáreas as quais a CI desenvolveu e continua a desenvolver suas pesquisas, elaboramos o quadro 2.

QUADRO 2 – Subáreas da Ciência da Informação

(continua)

Subárea	Problemas / Desafios
Estudo dos fluxos de informação científica	• Necessidade, por parte de cientistas, de acesso a informações, resultados de pesquisas, documentos, com eficiência e rapidez; • Fenômeno da explosão informacional científica e tecnológica, tornando cada vez mais difícil para os cientistas acompanhar a evolução dos conhecimentos em seu próprio campo de atuação; • Preocupação em conhecer e caracterizar as fontes, os serviços e os sistemas de informação; • Gerou estudos que caracterizam fontes de informação, formais e informais, definindo cada tipo, com suas peculiaridades, vantagens e desvantagens em termos de rapidez, acessibilidade, perenidade, custo, etc.
Organização, Representação e recuperação da informação	• Desafio de buscar a melhor forma de estabelecer critérios/padronização de aspectos classificatórios e descritivos envolvendo a informação pensando na otimização da sua recuperação; • Surgimento de diversos instrumentos de linguagem controlada e de sistemas de classificação, todos com objetivos de imprimir ao máximo a economia de custos, diminuição dos ruídos, supressão da redundância, a aplicação de princípios lógicos; • Busca da melhor linguagem, da melhor representação – o objetivo inicial deste subcampo da ciência da informação; • Construção de linguagens de representação e sistemas de informação voltados para os usuários, ou para as estratégias cognitivas deles.
Estudos dos usuários da informação	• Surgiram a partir de pesquisas em comunicação científica sobre os fluxos de informação e hábitos informacionais dos cientistas; • A partir de 1970 desenvolveram estudos embasados em teorias com uma perspectiva cognitivista: busca-se entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que dela necessitam, que a buscam e que a utilizam; • A informação passa a ser compreendida considerando as estruturas mentais dos usuários, baseada na cognição; • Os estudos recentes são desenvolvidos em torno das práticas informacionais, com um enfoque mais interpretativo, além das pesquisas sobre as necessidades de informação e sobre o comportamento informacional.
Gestão da informação e do conhecimento	• Percepção da importância da informação como recurso dentro das organizações; • Seu excesso constituía um problema, tanto em termos de uso, quanto dos entraves à sua circulação e mesmo em relação ao seu volume físico; • As primeiras reflexões sobre a gestão da informação incidiram, pois, sobre sua natureza física: reduzir o excesso, otimizar a circulação, identificar com precisão as necessárias e descartar as inúteis ou redundantes;

	• Seguiram-se estudos empíricos para se determinar os tipos e a importância estratégica das diversas fontes de informação utilizadas no contexto organizacional, tanto no ambiente interno quanto no externo, mediante determinados critérios estabelecidos acerca de sua qualidade, tomando como referência os objetivos organizacionais.
Economia política da informação	• Percepção da informação como recurso gerou, para além da compreensão da dinâmica de sua produção e transferência (no ambiente científico ou no organizacional), também um conjunto de preocupações sobre a sua posse e sua desigual distribuição entre os diferentes países; • Desenvolveram-se estudos voltados para a democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, e mesmo estudos sobre a contra-informação, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos;
Estudos métricos da informação	• Origina-se com a bibliometria, adotando também denominações como informetria, cientometria e webometria; • Aplicação de técnicas estatísticas para a contagem e estabelecimento de padrões de regularidade em itens informacionais como número de livros, de edições, de autores que publicam em periódicos, entre outros. • Os estudos bibliométricos aliaram-se às perspectivas de estudo sobre a informação científica e técnica com a criação do <i>Institute for Scientific Information</i> (ISI) por Garfield, com a proposta de analisar as citações bibliográficas presentes nos artigos publicados nos periódicos científicos.
Memória	• Surge na criação da área da CI, por meio da documentação. • Diálogo com o efêmero e a velocidade ultramoderna e a permanência e construção da memória; • Desenvolveram-se estudos sobre os registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados em acervos, arquivos, bibliotecas e museus, ou não.

Fonte: Adaptado de Araújo (2017).

Nesse sentido, como podemos visualizar no quadro acima, há múltiplas definições que acarretam aplicações em inúmeros contextos socioculturais, científicos, políticos e educacionais.

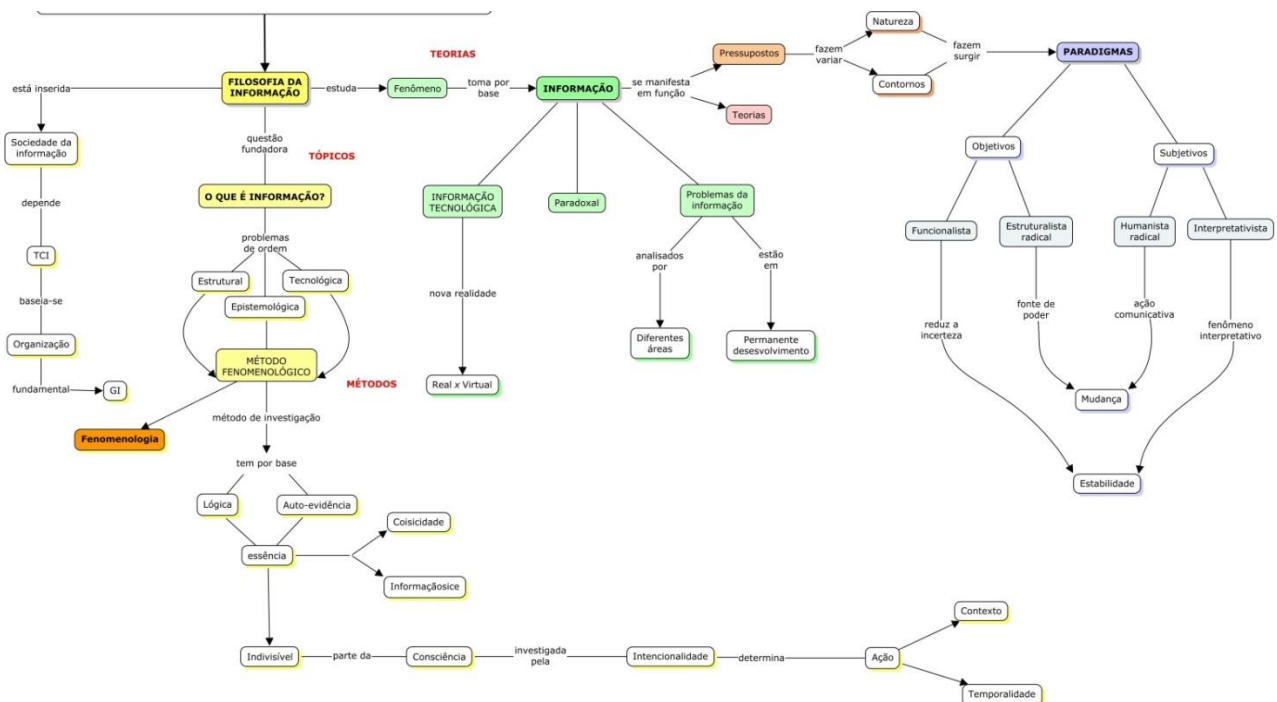
Contudo, apesar da completude científica que nos agrega a análise do quadro acima, não devemos esquecer-nos da informação além de sua forma científica lembrando seu caráter social, onde está envolta nas atividades humanas cotidianas, bem como nos lembra Lancaster (1989) ao afirmar que a

Informação é uma palavra usada com frequência no linguajar cotidiano e a maior parte das pessoas que a usam pensam que sabem o que ela significa. No entanto, é extremamente difícil definir informação e até mesmo obter consenso sobre como deveria ser definida. O fato é, naturalmente, que informação significa coisas diferentes para pessoas diferentes (LANCASTER, 1989, p.1).

Na prática da vida somos produtores de narrativas, discursos e possibilidades, nas quais utilizamo-nos da informação pra enuncia-las e convencer, entretanto, o que se deve deixar de lado são a formação de doutrinas e a construção de verdades absolutas, sobre qualquer coisa, principalmente sobre o que é informação.

Um dos campos de estudos mais significativos sobre a informação é o da Filosofia da Informação, o qual possui como questão fundadora a pergunta “O que é informação?” Seu norte direcionador é a investigação crítica da estrutura conceitual, dos princípios básicos da informação e ainda da elaboração e aplicação da teoria da informação e das metodologias computacionais aos problemas filosóficos, segundo definição do filósofo Luciano Floridi, mas é também objeto de estudos da Ciência da Informação. Fernando Ilharco (2003) trabalha minuciosamente essas questões em sua obra e apresenta teorias, tópicos e métodos pertinentes a informação e a seus problemas de ordem estrutural, epistemológica e tecnológica, de modo fenomenológico. No mapa conceitual abaixo (figura 5) podemos vislumbrar as principais questões abordadas pelo autor e sua intrínseca relação com os questionamentos dados à informação dentro da CI.

Figura 5 – Mapa conceitual da Filosofia da informação



Fonte: Elaborado a partir de Ilharco (2003)

Tomando tais pensamentos, consideramos assim a informação como fundamental em todo e qualquer âmbito social na qual se insira científico ou não. Entretanto, quando inserida dentro do campo científico, mas especificamente na Ciência da informação, sua importância adquire status de destaque e inevitavelmente torna-se campo de disputa de micropoderes que os querem para si em busca de definições mais adequadas a seus próprios âmbitos de pesquisa. Assim, não há elementos de discurso inteiramente verdadeiros ou falsos, mas sim discursos desempenhados para fundamentar da melhor maneira possível os objetivos propostos.

Assim, além de Borko (1968), outras definições sobre informação na ciência da informação surgiram, e muitas se perpetuam até a ultramodernidade. Shera (1971) nos diz que a informação é baseada na trindade do atomismo, significando a operação tecnológica, do conteúdo, como aquilo que é transmitido, e do contexto, como o ambiente social e cultural, o qual define características dos dois primeiros aspectos. Já para Belkin e Robertson (1976) informação é tudo aquilo capaz de alterar uma estrutura. Brookes (1980) também aposta na modificação de estruturas, mas incrementa dizendo que são as estruturas individuais as quais sofrem alteração, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.

Como um elo entre passadas e futuras acepções sobre informação, Saracevic e Wood (1986), em documento oficial da ONU, afirmam que a informação se consolida. Ao afirmar isso, os autores trazem, o aspecto relacional da informação, que se apresentam em definições como a Buckland (1991) que enxerga a informação como um processo, informação como conhecimento e informação como coisa, todos relacionados como sendo informativos. Ainda como aspecto relacional, Gónzalez de Gómez (2000), diz que a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos em contextos concretos de ação.

Para Barreto (2002, p. 71) a Ciência da Informação vive desde 1995 o “tempo do conhecimento interativo”, devido às novas configurações espaço-temporais derivadas das Tecnologias da Informação e Comunicação. Mas, Saracevic (1996, p.42) ressalta que mesmo com essa relação “a Ciência da Informação teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”. O que para nós representa o importante papel social que a CI deve inserir nas informações que estão ambientadas na atual era digital.

Assim, a CI se ocupa de questões complexas relacionadas à informação, por tratar dos aspectos objetivos relacionados à informação registrada (paradigma físico), dos elementos subjetivos e cognitivos dos sujeitos (paradigma cognitivo) e aos contextos histórico, sociais e culturais os quais infringem influência na produção da informação (paradigma social) (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Silva e Ribeiro (2002) apresentam uma das definições que nos é mais significativa, pois a definem como um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizados e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada. Esse entendimento dos autores une nossa tese quanto ao conceito de cultura, informação e memória, todos influenciados na ultramodernidade dominada pela era digital.

Essa compreensão se apoia na definição de informação como signo proporcionada por Oliveira (2011), apoiada na Teoria Geral dos Signos, por meio dos conceitos de objeto imediato e interpretante¹⁹, definição válida, inclusive, para documentos da cultura, estes que por primazia são suportes informacionais. Para a autora, essa relação se valida no momento em que, do ponto de vista da semiótica, a distinção excludente entre documentos arquivísticos, documentos biblioteconômicos ou documento da cultura material, ou imaterial, não se sustenta, porque não faz referência ao objeto dinâmico (documento na sua materialidade), mas sim ao objeto imediato, um “já-quase-signo”. Logo, considerando o objeto imediato do signo, todo e qualquer documento pode ser estudado e tratado pela Ciência da Informação, inclusive a cultura material, imaterial, ou digital, com várias apreensões significativas, posto que não seja possível esgotar o potencial semiótico de um objeto do mundo, seja ele real ou em potência (OLIVEIRA, 2011, p.6).

Para Silva e Gomes (2015) o caráter relacional conceitual de informação se apresenta em três distintos níveis: o semântico, contemplando o conjunto de significados em comum entre informação e outros termos; epistemológico, o qual revela as diversas facetas histórico-semânticas da informação, de acordo com suas

¹⁹ A autora disserta sobre o conceito de objeto de signo, que Peirce dividiu em objeto dinâmico e objeto imediato. Para Oliveira o objeto dinâmico independe das percepções e julgamentos que podemos fazer dele. Já o objeto imediato é um objeto-signo na medida em que é uma primeira representação do objeto. Sendo assim, é o objeto imediato que explica o caráter contínuo da semiose na medida em que representa não só o representável, mas o já-representado. Quanto ao interpretante configura-se como o horizonte da ação dos signos, sua comunicação, é a visão e interpretação de uma ação do mundo. OLIVEIRA, Lizete Dias de. Informação e semiótica. Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista, v. 3, p. 1-17, 2011.

particularidades; ontológico, onde embora a informação seja relacional, possui sua dependência e interdependência semântica e epistemológica. Assim, para os autores a informação, por meio de uma visão hermenêutica, semanticamente se configura em

Uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a inter-comunicação humana e promover exposições e descobertas para construção de conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito / usuário por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito / usuário efetivando um caráter de compreensão (SILVA, GOMES, 2015, p.148).

Esse pensamento dos autores da Ciência da Informação encontra ressonância na filosofia da informação de Zeman (1970), por meio do materialismo dialético, onde a informação significa colocar em forma ou representar uma ideia ou noção, não existindo fora do tempo e do espaço, fora do processo, inseparável da matéria. Pires (1998) complementa esse pensamento ao afirmar que a informação além de proporcionar uma forma, ou um suporte material a uma vivência pessoal ou a uma imagem mental do emissor é diretamente necessária à associação a uma série de símbolos e signos convencionais entre os sujeitos da informação (emissor, receptor e usuário) de forma a torna-la transmissível, de forma a obter seu objetivo principal que é o de informar e tornar-se significativo a alguém.

Pinheiro e Loureiro (1995) enfatizam, contudo, que a informação só existe na presença do sujeito, como seu receptor, por meio do reconhecimento da informação, incluindo o sujeito como ser e ator social, infligindo nos micropoderes que os cercam, sendo para Loureiro (2001) essencial na construção de sentidos em contextos socioculturais heterogêneos.

Nesse sentido, podemos pensar a informação como produto e agente fundamental ao ato da comunicação humana e a perpetuação e mutação dos significados eternizados durante a existência do ser humano nas diversas fases evolucionárias nas quais somos agentes e agenciados socioculturais.

Como apresentamos, não há consenso sobre o conceito de informação, mesmo na Ciência da Informação. Mas muitos autores, apesar de suas diferenças, parecem convergir para alguns pensamentos, como o fato da propriedade relacional da informação, além de sua propriedade de informar e modificar o *status quo*.

na heterogeneidade. Assim, a informação pode ser conceituada a partir de diferentes concepções, sempre associada ao seu contexto.

Para Oliveira (2005, p. 4) o fenômeno informacional evidencia que quando se fala sobre informação “não é possível perceber uma diferença sem uma estrutura através da qual se possa medir se o que se vê é ou não uma diferença”. Tal concepção revela toda a subjetividade característica da informação, tendo em vista os diferentes aspectos que marcam a sua construção: sujeitos, contextos, relações, interesses, compreensões e representações. Nesse sentido, segundo Miranda (2018), este entendimento de informação a partir da análise fenomênica insere o significado como algo dependente do contexto em que surge.

Tal concepção revela o aspecto transformador da informação, enquanto um fenômeno que carrega a possibilidade de desencadear transformações estruturais geradoras de novos conhecimentos. Nesse sentido, tendo como fundamento as concepções de Oliveira (2005) e Capurro e Hjørland (2007), a informação pode ser compreendida no sentido de uma diferença ou mudança em relação a uma estrutura prévia. É a diferença que faz diferença.

Quando falamos em diferença, pretendemos trazer a luz o outro, a alteridade, a multiplicidade a diversidade, a heterogeneidade e indeterminação nas relações intersubjetivas e transculturais. A informação é assim multidimensional, criando uma impossibilidade de simplesmente definir ou “dizer” a informação de forma singular.

A alteridade de modo etimológico e ontológico refere-se à capacidade do sujeito em conceber distinções, bem como sua capacidade de coexistir na diversidade. Em termos epistemológicos, Silva e Gomes (2014) nos lembram de que a alteridade revolta como uma temática eminentemente relacionada à sociedade e seus reflexos na ciência contemporânea e monta suas bases teóricas e epistemológicas a partir da filosofia. Os autores ainda nos lembram de que a importância dos estudos da alteridade ligada ao estudo da informação como na filosofia da informação e na Ciência da Informação está diretamente relacionados à cultura do individualismo, da identidade singular, necessitando de estudos que configurem na fundamentação do ser para o outro (a imanência da alteridade), viabilizando a construção de “espaços e ações info-comunicacionais onde confluem heterogêneos atores sociais, saberes, ‘visões de mundo’ na busca da concretização de objetivos coletivos e/ou individuais” (LOUREIRO, 2002, p. 2).

Assim, entendemos a informação como fundamental a sociedade ultramoderna e corroboramos ao pensamento de Capurro e Hjørland quando afirmam que a informação é uma condição básica para o desenvolvimento econômico, em conjunto com o capital, o trabalho e a matéria-prima, sendo que na ultramodernidade “o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é a sua natureza digital” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.149), não de forma apenas matemática como apresentada por Shannon (1948), mas sim em suas múltiplas materializações em meio digital que são constituídas por informações, tornando-se assim objeto da Ciência da Informação e necessitadas de uma visão da informação pelo viés da alteridade, mesmo em uma era dominada pelo individualismo, ou ultraindividualização.

Almeida (2014, p.296) nos traz um importante questionamento sobre nossas prioridades quando falamos sobre informação, cabendo a dúvida se na ultramodernidade o verdadeiro desafio da Ciência da Informação não seja o de reformular as próprias “perguntas de informação”, incluindo a reflexão sobre os formatos informacionais. Seriam hoje os novos ambientes de informação, na verdade, ambientes culturais da informação, aparatos, dispositivos e tecnologias mediadoras, capazes de comunicar conhecimento intercultural?

Os novos ambientes de informação são circunscritos na era digital e impõe a seus moradores novas formas de interação e impões novas necessidades, mesmo que nem mesmo 50 (cinquenta) anos tenham nos fornecido uma definição exata de informação, agora ela já dispõe de uma nova vestimenta, a informação digital.

4.1 INFORMAÇÃO DIGITAL: NATUREZA, UTILIZAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Desde o aparecimento do ambiente virtual na década de 1980, a informação vem se tornado a cada dia mais digital, levando a Ciência da Informação (CI) em seu encalce. Vamos esclarecer esse pensamento. Primeiramente, acreditamos que a informação sempre existirá em sua forma tradicional, registrada e materializada em suportes analógicos. Essa constituição é, e será indefinitivamente, objeto de estudo da CI.

Entretanto, durante o ano de 2006, onde ocorreu o grande impacto informacional em ambiente virtual, mais de 160 milhões de *gigabytes* (GB) de informação digital teriam circundado a Terra. Toda essa quantidade de informação

digital é constantemente produzida por seres humanos, mesmo que seja abundantemente reproduzida pelas máquinas. O quantitativo informacional digital na ultramodernidade do século XXI poderia ser não quantificável, pois o volume de informação digital disponibilizado hoje em dia é cerca de três milhões de vezes superiores ao de todos os livros já escritos, boa parte cabe em apenas um laptop conectado à Rede. Para Gantz (2008) ocorreu uma verdadeira explosão do universo digital, no que se refere à informação.

Quando falamos em rede, apenas no Brasil, segundo dados do IBGE (2016) em sua mais recente pesquisa, existem mais 116 milhões de brasileiros conectados à internet, um total de 64,7% da sociedade, produzindo informação digital diariamente. Podemos confirmar essa afirmação ainda seguindo a pesquisa do IBGE (2016) na qual apontou que dentre as finalidades para as quais os brasileiros navegam na internet ou usam serviços conectados, a principal dessas atividades, apontada por 94,6% dos internautas, é trocar mensagens (de texto, voz ou imagens) por aplicativos de bate-papo. Assistir vídeos (programas, séries e filmes) foi apontado por 76,4% dos brasileiros conectados e superaram as conversas por chamadas de voz ou vídeo, indicadas por 73,3%. Contudo, ainda são mais de 72 milhões de brasileiros sem acesso à web.

Com a emergência da tecnologia e do crescente número de usuários, uma nova faceta, no que se refere ao registro da informação, ocorre, segundo Pinto (2009) acarretando em uma mudança na forma de registro e consequentemente na forma de comunicação informacional.

Em estudo realizado por Hilbert e López (2011), as informações digitais cresceram de 2,6 *exabytes* compactados no ano de 1986 para 15,8 *exabytes* em 1993, mais de 54,5 *exabytes* em 2000 e para 295 *exabytes* compactados em 2007. Mais importante ainda, de acordo com a previsão feita no estudo de Gantz e Reinsel (2012), entre os anos de 2005 a 2020, o universo da informação digital vai acender por um fator de 300 (de 130 *exabytes* para 40.000 *exabytes*), isso equivale a 40 trilhões de *gigabytes* (mais de 5.200 *gigabytes* para cada indivíduo em 2020). Ou seja, até 2020, a informação digital duplicará a cada dois anos.

Entretanto, vale fazer uma ressalva, como bem nos lembra Siebra, Borba e Miranda (2016) que, apesar de grande parte do aumento do fluxo de informação ser de informação de gênese digital, uma significativa parte da vastidão da informação digital resulta, também, de iniciativas de conversão de dados analógicos para digital.

Mapas históricos, gravações de áudio, livros, documentos, fotografias, são convertidos infringindo que as bibliotecas, arquivos e museus estejam em transição do analógico para coleções digitais e do manual para processos automatizados de gestão de coleções.

Logo, onde antes contávamos apenas com registros em suportes tradicionalmente analógicos, atualmente contamos com registros inscritos em plataformas por dispositivos constituintes dos sistemas tecnológicos de informação. Logo, passamos de um produto bidimensional – informação-suporte -, para um produto tridimensional – informação-suporte-tecnologia (SILVA, 2006).

Por essa definição do autor supracitado, consideramos nessa pesquisa que mesmo em meio digital, a informação possui um suporte, não podendo assim ser considerada neutra e destituída de forma. Apesar de fugir ao tradicional objeto palpável, como livros que podem ser impressos, os vídeos que podem ser gravados em cassetes ou *dvd's*, a informação digital mantém sua materialidade ligada a sua existência.

Alguns autores, como Belotto (2014) afirmam que os documentos digitais, ou mais amplamente as informações digitais, não possuem existência física a não ser que sejam impressos. Discordamos desse pensamento e corroboramos ao pensamento de Pinto (2009), autora que afirma que ao pensarmos desse modo voltamos ao princípios do paradigma custodial onde era exigido manuseio e manipulação palpável, além disso, quebramos algo importante do paradigma pós-custodial, o qual ganha total liberdade de existência no ambiente cibercultural. Para a autora o suporte da informação e documento digital²⁰ é “de facto o ambiente digital” (PINTO, 2009, p.116). Dodebei (2015) corrobora a esse pensamento e afirma que devido à materialidade das informações digitais, elas constituem parte da cultura material.

Não deveria mais ser objeto de dúvida, nesse sentido, que a CI acompanhe esse deslocar informacional para o ambiente virtual e também o tome como objeto de estudo, pois o conceito de informação para a CI pode ser entendido, segundo Le Coadic (2004, p.4) como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual em qualquer suporte”.

²⁰ Quando falamos em informação digital, diferenciamos apenas de informação eletrônica, essa última a qual surgiu em um período onde as máquinas ainda eram dependentes da realidade, ou seja, careciam de uma gravação, reprodução ou materialização em suportes analógicos como fitas, impressões, etc..

Mas o que seria a informação digital, fenômeno esse constituinte basilar da ultramodernidade circunscrita pela cibercultura?

No final dos anos 1930, Claude Shannon demonstrou com o uso de interruptores (*switches*) fechados (significando verdadeiro), e abertos (significando falso), que era possível efetuar operações lógicas associando o número 1 para 'verdadeiro' e 0 para 'falso'.

Destarte, de modo geral, uma informação em meio digital se configura por uma codificação em código binário, o qual é inscrito por uma linguagem-máquina, isto é, uma linguagem de programação de nível mais baixo, composta por dígitos binários (sequências de zeros e uns – 0,1). Essa codificação permite a entrada/leitura e processamento das informações pelo computador. Assim, apoiada na mediação do *hardware* (equipamento constituído por componentes físicos – computador, periféricos, cabos de ligação) e *software* (suporte lógico composto pelos programas, procedimentos, regras e documentação associada ao sistema de processamento da informação), a codificação se interpõe entre o leitor e o acesso as ideias registradas (PINTO, 2009).

Quanto a sua utilização, não há mais segmentos nos quais não se gerem ou se utilizem de informações digitais, nas suas mais variadas formas. Para Pinto (2013) existe uma verdadeira dependência social da informação digital, seja para os governos, a administração pública e privada, a pesquisa científica e tecnológica ou a expressão cultural, os quais dependem cada vez mais, para o exercício das suas atividades, de “recursos” digitais, alguns já não mais disponíveis de outra forma, seguindo o pressuposto no qual está garantida a autenticidade, fidedignidade e integridade de informação a utilizar, quer como recurso de gestão, quer como memória de organizações e indivíduos. Pressuposto esse que retomaremos no capítulo concernente a memória.

Na área de Ciência da Informação sobre Informação digital, efetuamos uma revisão de literatura com a pesquisa do termo “informação digital”, na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) publicadas no Brasil. Com a busca por título, palavras-chave e resumo, para os anos de 1972 a 2020, foram recuperados 100 documentos, que após a limpeza de duplicação, encontramos um total de 96 (noventa e seis) documentos. Com a análise desse total, os artigos inéditos que tratam sobre o tema em algum aspecto totalizam 72 (setenta e dois), distribuídos em 33 revistas/eventos diferentes, como veremos no quadro 3.

QUADRO 3 – Informação digital e locais de publicação
(continua)

REVISTAS	QUANTITATIVO
Informação & Informação	6
Ciência da Informação	5
DataGramaZero	5
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	5
Em Questão	4
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB	4
Liinc em revista	4
Biblionline	3
Perspectivas em Ciência da Informação	3
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	3
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	2
Ágora	2
Informação Arquivística	2
Informação em Pauta	2
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	2
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	2
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	2
Archeion Online	1
Arquivística.net	1
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	1
Brazilian Journal of Information Science	1
Inclusão Social	1
Informação & Sociedade: Estudos	1
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1
Ponto de Acesso	1
REVISTA ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Bibliomar	1
Revista de Biblioteconomia & Comunicação	1
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	1

Revista Informação na Sociedade Contemporânea	1
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	1
Transinformação	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após análise dos artigos recuperados podemos vislumbrar que a primeira publicação utilizando o termo informação digital ocorreu nos anos 2000 e o mais recentes no ano de 2019.

Foi possível observar que dentre as subáreas que mais se utilizam do termo, estão: gestão da informação, competência informacional, educação infantil, além da preservação digital. Nota-se, inclusive, que o conceito de patrimônio vem sendo atrelado ao termo informação digital como uma necessidade de atenção da CI.

Entretanto, apesar de todos os 20 (vinte) artigos destacarem a importância da informação digital na ultramodernidade, inclusive sendo incluído nos títulos de seus trabalhos, apenas 4 (quatro) apresentam estudos e/ou definições sobre informação digital, sem apenas citar sua autoridade.

Preocupado com o ciclo da informação digital, Machado et. al. (2016, p. 156) afirma que “estudos que associem informação digital e ciência da informação podem ser úteis para verificação do ‘estado da arte’ e da evolução do desempenho no gerenciamento, tratamento e recuperação das informações digitais”. Contudo, os autores não chegam a definir informação digital, nem delimitar a que tipo de informações se refere.

Também conscientes da importância da informação digital para os cientistas da informação, Pizzorno e Corrêa (2016) procuram em sua pesquisa, segundo as autoras, a conscientização da importância do desenvolvimento de competências em informação digital, fundamentais na atividade profissional do bibliotecário, bem como o incentivo do uso institucional de mídias sociais pelas bibliotecas. Todavia, não evidenciam quais as configurações das informações digitais nas redes sociais para o desenvolvimento de competências relacionadas a elas.

Rodriguez e Muñoz (2015, p.70) apresentam a perspectiva da educação infantil à importância da adequação dos profissionais a lidarem com essa nova vertente informacional e os instrumentos digitais, considerando a informação digital

como toda a informação disponibilizada em suporte digital onde, para as crianças, aparecem como lúdicas, em “jogos, histórias, fábulas e outros, na internet”.

González, Filho e Borges (2001) definem a informação digital como documentos não estáticos, com âncoras para novas informações e com recursos naturais de navegação – os hipertextos –, onde se pode vir a obter um aumento da capacidade intelectual humana. O que, de forma pragmática é descrito por Sobrinho (2011, p.2), como toda aquela informação a qual “está armazenada em uma base de dados eletrônica controlada por um sistema de gerenciamento de base de dados (SGBD) proprietário (tal como DB2, e Oracle) ou não (como MySQL, Interbase 4, entre outros)”.

Le Coadic (2004), por sua vez, nos apresenta uma definição com bases na ciência da informação por completo e afirma que a informação digital se constitui de todo conhecimento comunicado a um ser consciente por meio de uma mensagem (signos), inscrita sobre um suporte digital (sinais digitais e ópticos), com aplicações variadas, como jornais, livros, revistas, fóruns, conferências, sites, bibliotecas, museus, etc., todos e todas eletrônicas.

Nesse sentido, observamos que a informação digital, pode ser encontrada nas mais variadas representações informacionais. Ou seja, a informação digital pode aparecer em formato de texto, vídeo, imagem, áudio, dentre outras variadas configurações, e todas são tomadas como objetos de estudo pela Ciência da informação, mesmo que não se utilizem do termo informação digital. Essa apreensão amplia a complexidade da relação entre memória, patrimônio cultural e informação digital, foco desse estudo.

Entretanto, não podemos nos prender apenas ao conceito de informação digital, pois como nos referimos no capítulo referente à cibercultura, os movimentos ultramodernos são ágeis e contínuos, incluindo nosso vocábulo. Atrelado a esse fator, seguindo o método, no polo teórico evidenciamos a necessidade de abordar outro conceito que de modo dedutivo poderia nos levar a confirmação de nossa hipótese, o conceito de objetos digitais, como sinônimo auxiliar de informação digital, como preferem chamar alguns autores, como Pinto (2009) utilizando variações de vocábulo, ou Siebra, Borba e Miranda (2016) autores que se utilizam sempre na nomenclatura objetos digitais.

Essa nomenclatura já pode ser observada em documentos oficiais, como no Guia para preservação dos patrimônios digitais, elaborada pela Biblioteca Nacional

australiana e adotada pela UNESCO desde 2003. Nesse documento encontramos os termos materiais digitais (*digital materials*), objetos digitais (*digital objects*) e recursos digitais (*digital resources*).

Elaborada por Kallinikos, Aaltonen e Marton (2010), na teoria de objetos digitais os mesmos são distintos por um conjunto limitado de atributos, os quais conferem distinção e funcionalidades em relação aos objetos físicos, sendo eles: editabilidade (característica intrínseca dos objetos digitais, podendo ser alcançada suprimindo, adicionando, modificando elementos ou fazendo a atualização regular e contínua); interatividade (principal qualidade, através da qual o agente humano pode ativar funções incorporadas no objeto); aberto e reprogramável (possibilidade de ser modificado por outro objeto digital); e distribuídos (raramente estar limitado a uma única fonte).

Owen (2007) considera que os objetos digitais constituem a fábrica da sociedade contemporânea, pois englobam sites institucionais e pessoais, listas de discussão, e-mails, mensagens (SMS, MMS, IM), *blogs*, fotografias, filmes, músicas, *videoblogs*, *jogos*, *etc.*. Corroborando a esse pensamento, Thibodeau (2002) resume que os objetos digitais são objetos de informação, incluindo qualquer tipo de informação e formato, expressos na forma digital, sendo todos eles entidades múltiplas, ou seja, são de forma simultânea entidades físicas, lógicas e conceituais, onde

Um objeto físico é simplesmente uma inscrição de sinais em alguns meio físico. Um objeto lógico é um objeto que é reconhecido e processado pelo *software*. O objeto conceitual é o objeto como é reconhecido e compreendido por uma pessoa, ou em alguns casos reconhecido e processado por um aplicativo de computador capaz de executar negócios e transações (Thibodeau, 2002, p.6, tradução nossa).

Pinto (2009, p.131), já dentro da Ciência da Informação e levando em consideração a carta de preservação da UNESCO, ora supracitada, e ambientada dentro de seu projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade do Porto acerca da preservação da informação digital, considera ainda uma quarta dimensão, a dimensão essencial. Segundo a autora existem elementos essenciais os quais incorporam a mensagem, seu propósito ou suas características pelas quais se decide preservar o objeto digital, incluindo aspectos relacionados a autenticidade e ao ciclo de vida. Nesse sentido, a dimensão essencial é composta por duas

categorias de elementos: a informação (essência) e a metainformação (a qual a descreve, além de representar e garantir as condições de sua preservação).

Refazendo nossa busca na BRAPCI, dessa vez incluindo o termo “objetos digitais” incluindo a mesma temporalidade da busca anterior sobre informação digital (1972 a 2020), perfazendo uma busca por título, palavras-chave e resumo, recuperamos um total de 61 (sessenta e um) artigos inéditos publicados no Brasil, sendo o primeiro publicado em 2008 e o último em 2019, em um total de 30 (trinta) revistas/eventos, cabendo destaque para o crescimento das publicações sobre o tema no ENANCIB, que acaba por ser o maior local de publicações sobre o tema na área da CI. Esse resultado é inverso ao que vêm ocorrendo com as pesquisas com o tema “informação digital”, dando lugar ao termo “objetos digitais” dentro do principal evento da área.

QUADRO 4 – Objetos digitais e locais de publicação

(Continua)

REVISTAS	QUANTITATIVO
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB	8
Ciência da Informação - Ci. Inf.	4
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	4
Informação & Informação	4
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	4
Archeion Online	3
DataGramaZero	3
Informação & Sociedade: Estudos	3
AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	2
Em Questão	2
Informação & Informação	2
Informação & Tecnologia	2
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	2
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2
Ágora	1
Biblionline	1

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	1
Informação Arquivística	1
Informação@Profissões	1
Liinc em revista	1
Memória e Informação	1
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	1
Ponto de Acesso	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Conhecimento em Ação	1
Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som – Policromias	1
Revista Folha de Rosto	1
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	1
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	1
Transinformação	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para Dutra e Macedo (2016) os objetos digitais são equivalentes aos recursos informacionais, onde para Santos e Flores (2014), por meio de uma visão arquivística, os objetos digitais são todos os componentes necessários à apresentação fidedigna dos documentos arquivísticos digitais. Os autores ainda acrescentam mais uma dimensão aos objetos digitais, proposto por Thibodeau (2002) e Pinto (2009), o objeto experimentado, referente à representação de cada pessoa conforme sua cognição e conhecimentos prévios.

Marcondes (2018) lembra que a principal diferença quanto ao objeto digital existe em sua potencialidade, pois quando comparados aos objetos físicos, os objetos digitais têm propriedades específicas: um alcance e uma plasticidade muito maiores. O autor ainda complementa ao falar sobre o alcance que os objetos digitais proporcionam a sociedade, pois

Um objeto digital disponível na Web pode ser acessado por qualquer usuário, a qualquer hora e desde qualquer lugar; seu valor cultural se propaga em uma proporção impossível aos objetos físicos. Também o acesso de um usuário não impede o acesso de outros, já que, o que são acessadas por diferentes usuários são cópias do objeto (MARCONDES, 2018, p. 105).

Dodebei (2015), em pensamento similar ao defendido nessa pesquisa apresenta os objetos digitais, modeladores das informações e dos conhecimentos,

como imagens visuais ambientadas no ciberespaço. Para Rodrigues (2008) e Silva e Siebra (2017), essas imagens (mesmo que textuais) podem ser classificadas em objeto digital simples em formato por um único arquivo (arquivos textuais, imagens ou arquivos de som, agregados aos seus metadados) ou como objeto digital complexo formado por múltiplos arquivos (como websites, que podem ter textos, imagens, hiperlinks, animações). Silva, Silva e Furtado (2017) resumem esses pensamentos e consideram os objetos digitais como toda tipologia de textos, bases de dados, imagens, páginas web, material gráfico, enfim material multimídia.

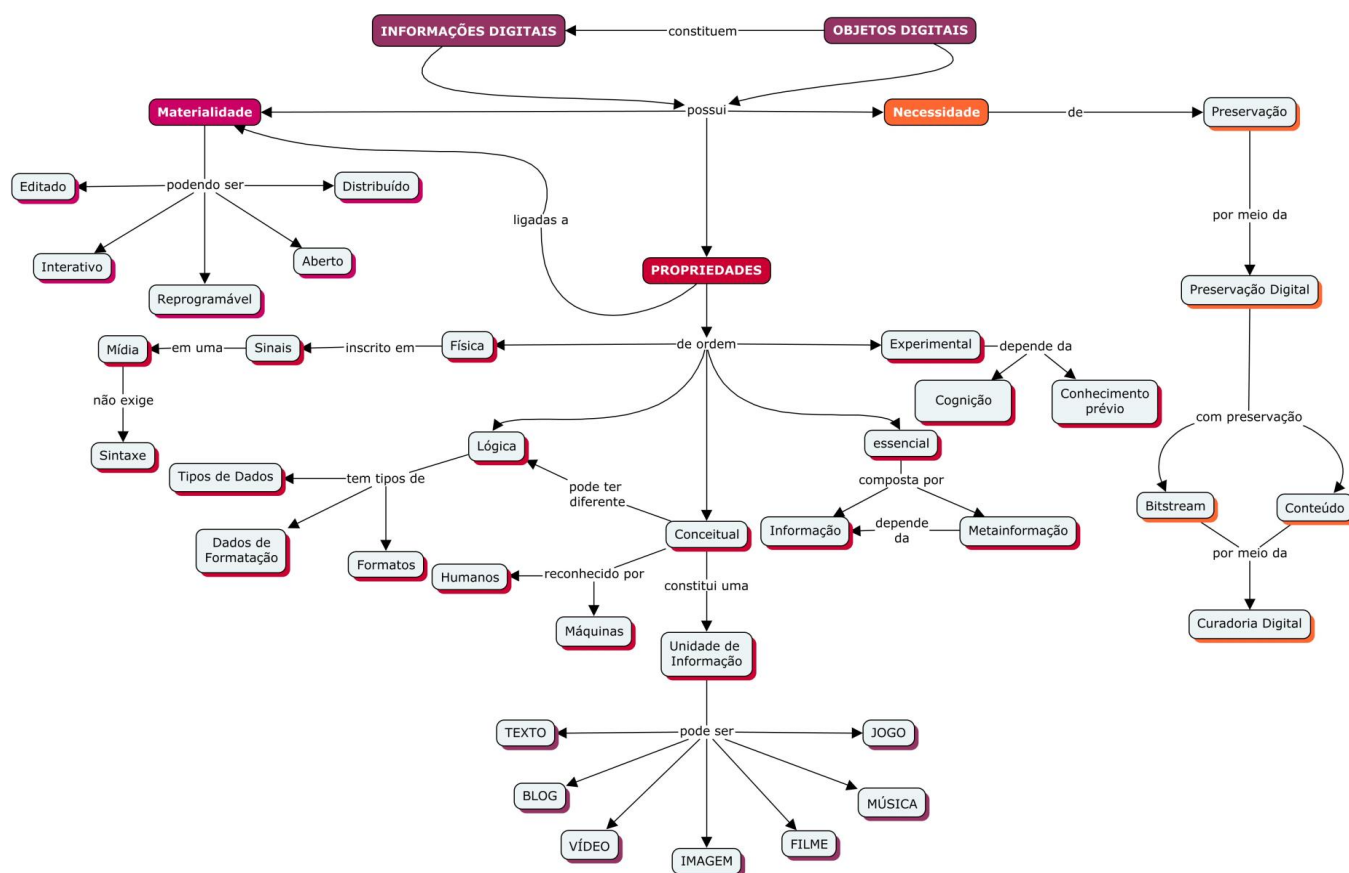
Alves et al. (2017) em seu trabalho sobre a Fiocruz, corroboram a essas definições e ressaltam que os objetos digitais compõem o patrimônio da instituição, tanto pelo seu caráter histórico, probatório e informativo, como pela sua função científica e cultural e, embora tratem-se de objetos distintos, com especificidades e características próprias, é fundamental o estabelecimento de um padrão mínimo de metadados descritivos e de preservação digital.

Nesse sentido, a maioria dos autores, apesar de pequenas singularidades, concordam com o entendimento de Thibodeau (2002). Acreditamos, entretanto, que os acréscimos conceituais apresentados por Pinto (2009), Dodebei (2015) e Siebra, Borba e Oliveira (2016) são essenciais à Ciência da Informação. Essas colaborações são fundamentais, pois os autores levam em consideração a informação como objeto principal ao se analisar os objetos digitais e compartilham da mesma preocupação com os autores que tratam de informações digitais ou objetos digitais: a preservação digital e a curadoria digital.

Consideramos assim que os objetos digitais somam múltiplas configurações informacionais, mas são, em última instância, constituídos por toda a informação digital, sejam eles independentes dos seres humanos, ou não. Nos abstermos de nos aprofundar na diferenciação de documento e informação por considerarmos, após análise dos termos, que os documentos digitais são um subcategoria dos objetos informacionais, tomando como pressuposto a intencionalidade na transformação de objetos em documentos, compostos por estruturas e significações próprias.

Para melhor ilustrar o entendimento de informação digital e objetos digitais, elaboramos o mapa conceitual representado na figura 7 (ver também apêndice D).

FIGURA 7 – Mapa conceitual da informação e objeto digital



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Como nosso intuito basilar é o de analisar conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital na Ciência da Informação, tomado pela informação digital, consideramos assim que a informação digital torna-se sinônimo de objetos digitais na cibercultura, composta pela heterogeneidade de elementos, contextos, sujeitos e micropoderes.

Entretanto, as mudanças informacionais são contextuais e a cultura ultramoderna é a determinante na delineação dos caminhos percorridos pelo objeto de estudo da CI. Tendo isso em vista, a cultura e suas relações na ultramodernidade merecem um delineamento teórico nessa pesquisa.

5 DA HIBRIDAÇÃO DAS CULTURAS À CIBERCULTURA, O CIBERESPAÇO E AS NOVAS SIGNIFICAÇÕES

Se você cometer a fraqueza de pensar que alguém é ignorante, procure em que contexto o que essa pessoa sabe é ouro.

Pierre Lévy

A cultura, ou as culturas, são instáveis, desde sua conceitualização até sua constituição e aplicação prática, visto que sua forma (se é que as culturas possuem uma forma específica) é intrínseca à natureza. Entretanto, visando uma estabilização do termo diferimos cultura de natureza e assim criamos as condições para estudar os fenômenos humanos e sociais que constituem a sociedade, devido ao fato de as culturas permearem a centralidade do universo social.

Diante de tal centralidade, são muitos os estudos nas Ciências Sociais que se baseiam nos pressupostos culturais para compreender as origens do homem e seu ambiente sociocultural, como por exemplo, Geertz (1978), antropólogo que ao estudar nichos culturais, consegue traduzir a cultura de modo mais genérico, pela análise da prática simbólica. Já outro antropólogo, Canclini (2001), esmiúça especificidades culturais, principalmente com seus estudos voltados para a América Latina. Bauman (2001), com sua visão de sociólogo e filósofo, apresenta a cultura em termos latentes à sociedade e ao mercado capitalista. Já Cuche (2003), também com veias na antropologia, busca reconstituir a gênese da noção de cultura, com foco nas Ciências Sociais.

Assim, essa pesquisa leva em consideração as contribuições desses quatro autores ao construir sua linha conceitual sobre cultura e entende que o estudo da cultura sempre foi de fundamental importância para a explicação dos fenômenos sociais, ainda que observados e compreendidos de formas distintas (GEERTZ, 1978; CANCLINI, 2001; BAUMAN, 2001; CUCHE, 2003).

Para Cuche (2003), esse fenômeno é natural das culturas e jamais o deixará de ser, posto que as culturas embriona-se das relações sociais as quais são sempre desiguais aonde, cada coletividade, no interior de um determinado contexto, tende a defender sua especificidade. Entretanto, cada especificidade cultural carrega em si uma multiplicidade de costumes e valores os quais coletivamente, mediados por símbolos, são aceitos, todavia de forma a prevalecer à alteridade.

As diversas observações e compreensões do conceito de cultura são consequências das variações, tanto em extensão como em aplicação, as quais o termo agregou, de modo que este fenômeno etimológico alcança o século XXI com importante influência nas pesquisas relacionadas ao tema.

São múltiplos os questionamentos sociais sobre o que realmente se pode nomear de cultura. Podemos citar como exemplo as definições de cultura adotadas pelos Estados, os quais podem direcionar suas fundamentações para interesses específicos, ou podem adotar o termo de forma mais ampla. Tais definições não são aleatórias e são sempre influenciados pela sociedade, a qual não se pode separar por completo do Estado. Suas movimentações, de forma micro ou macro, é que se dão de acordo com o governo e o contexto sócio, político e cultural instaurado.

As adoções de compreensões e definições sobre o tema são importantes, pois influenciam diretamente seus segmentos e os setores governamentais, ditando quais deles serão considerados culturais, e como se darão as políticas direcionadas a atender esse fundamental aspecto social e suas intercorrências. Silva, Garcia e Loureiro (2014) evidenciam que muitos dos obstáculos os quais as políticas culturais enfrentam em suas implementações e concretizações se dão, justamente, pela imprecisão conceitual dos termos, principalmente sobre cultura e seus intervenientes.

Tantas variações, devido a sua abrangência conceitual, nem sempre proporcionam uma melhor clarificação que auxilie os mencionados questionamentos, o que para Geertz (1978) acabou por agregar ao termo “cultura” uma aura de má reputação perante os antropólogos sociais, no que se refere a sua evocação em demasia.

A cultura, de modo redutor, costuma ser disseminada pelas mídias como um segmento específico da sociedade, responsável pela distração do ser humano dentro de sua realidade cotidiana, como eventos, palestras, espetáculos e outras atividades ligadas ao lazer passageiro e imediato o qual muitas vezes o governo proporciona como meio de distração perante a árdua realidade do dia-a-dia. É assim entendido como um segmento de dispersão voluntária separado dos demais setores que constituem a sociedade.

Outrora, mas ainda nos dias atuais, cultura costumava remeter a algo erudito e elitizado, por consequência de uma visão eurocêntrica de uma sociedade em constante evolução civilizatória alcançada por meio de obras, peças, músicas e

poemas eruditos, diferenciando assim uma cultura erudita de uma cultura popular, o que para Cucho (2003) também pode ser compreendido, erroneamente, como a cultura dominante e a cultura dominada. Essa racionalização de mundo pode ser notada quando embriona-se a modernidade, no período entre 1200 e 1600 d.C., a qual Weber descreve como desencantamento de mundo.

Essas compreensões são apenas algumas, e talvez as mais simplistas e não científicas, dos vários entendimentos e conceitualizações que o conceito de cultura agregou desde o século XVIII, onde surgem suas raízes etimológicas. Inicialmente intitulado de *Kultur*, o termo embrionário, remetente ao vocábulo germânico, simbolizava os aspectos relacionados à espiritualidade de um determinado agrupamento social local. Já para os franceses surge o termo *Civilization*, o qual traduzia as realizações materiais de uma sociedade (LARAIA, 1986) e relaciona-se a diferenciação entre erudito e popular.

Mais próximo da compreensão do termo na ultramodernidade, tendo em vista a exemplificação da conceitualização do termo quando usado no século XXI, Edward Tylor (1958) sintetizou os termos, por meio de uma visão antropológica mais atual, e trouxe para o vocabulário inglês o termo *Culture*. Para o referido autor, o termo se traduz em todo um sistema complexo que inclui os conhecimentos, crenças, artes, moral, lei e costumes, além de qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Entretanto, tantas abrangências terminológicas, quando situada nas sociedades contemporâneas, acabam por agravar os problemas sociais instaurados. Isso decorre do fato de os estudos socioculturais serem o alicerce para a resolução de tais problemas, que sem uma base teórica delineada, podem acabar por culminar na ineficácia das iniciativas geradas a partir desses estudos além de impossibilitar a convergência entre ações culturais diversas.

Gertz (1978) faz uma síntese das 14 (quatorze) conceituações que Clyde Kluckhohn (1944) fez em apenas 27 (vinte e sete) páginas sobre o conceito de cultura, sendo elas: 1) o modo de vida global de um povo; 2) o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; 3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; 4) uma abstração do comportamento; 5) uma teoria, elaborada pelo antropólogo sobre a forma como um grupo de pessoas se comporta realmente; 6) um celeiro de aprendizagem em comum; 7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; 8) comportamento aprendido; 9) um mecanismo para a

regulamentação normativa do comportamento; 10) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; 11) um precipitado da história; 12) um mapa; 13) uma peneira; 14) uma matriz.

Podemos vislumbrar que as definições por muito são amplas e sem sentido concreto, por vezes são apenas comparações simplistas, como um mapa, uma peneira ou uma matriz. Antes de tudo, já podemos afirmar que, sem dúvidas, as culturas não podem ser reduzidas a tais categorizações. Mas, vendo essa difusão teórica sobre um único conceito vindo de um único autor, não é de causar espanto o fato dos pesquisadores necessitarem de uma delimitação do que compreendem como cultura para fundamentar suas pesquisas socioculturais e tornar o pensamento e as ações mais contundentes.

Posto isto, faz-se necessário evidenciar de que maneira a cultura será abordada dentro desta pesquisa, de modo a evitar flutuações conceituais e tornar o termo mais disposto e sistêmico, visando auxiliar na compreensão do estudo aqui proposto e evitar mais de 20 (vinte) diferentes compreensões do termo. Essa relação se faz necessária, pois a cultura permeia todos os campos sociais e seu estudo e delimitação torna-se fundamental para a compreensão de toda e qualquer pesquisa científica a qual, obrigatoriamente, ambienta-se em um determinado contexto sociocultural e conseqüentemente relaciona-se a uma interpretação cultural específica, ambientada em um tempo social determinado. Lembramos, contudo que tais categorizações são apenas negociações de sentidos, pois toda separação é, em si mesma, artificial e não exclui o estatuto complexo no qual se constitui a malha sociocultural ultramoderna. Além disso, ressaltamos que todo corpo dominante de conhecimento é moldado, inclusive pelo que ele exclui ou elimina.

Dito isso, sendo a cultura um sistema complexo onde, segundo Laraia (1986), não existe a possibilidade de um sujeito dominar todos os seus aspectos, em qualquer tipo de sociedade, esta tese delimita o estudo da cultura no que se refere à sua relação teórico-conceitual com a memória, o patrimônio e a identidade, todos inseridos nos ambientes socioculturais da ultramodernidade diretamente impactados pelo âmbito do universo digital.

Assume-se assim a definição dada por Geertz (1978, p. 9), na qual leva em consideração a semiótica, sendo a cultura um documento de atuação constituída em estruturas de significados socialmente estabelecidos, definidas em um contexto. Ou seja, a cultura se constitui em

um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas de forma simbólica por meio do qual os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida (GEERTZ, 1978, p. 66).

Esse conceito antropológico leva em consideração os pensamentos de Max Weber, em que o homem é um animal amarrado a teias de significados, tecidos pelo próprio homem. A cultura apresenta-se assim como sendo as teias e sua análise. Apoiamo-nos nessa visão, pois ela tem como fundamento a semiótica, a qual se configura como um campo ou ciência que estuda interpretativamente os significados dos signos (tomado pelo autor como símbolos os quais abrangem todas e quaisquer coisas, atos, acontecimentos, qualidades ou relações que servem como vínculo a uma concepção), sendo a ciência geral de todas as linguagens. Assim, para Durham (2013) o conceito de cultura pela visão antropológica traz como fundamental a noção de produção simbólica e permite concentrar no problema central do conceito: a questão do sentido.

Seguindo essa linha, Gertz (1978) apresenta a cultura como a base para as formulações e reformulações de mundo nas quais o ser humano irá desenvolver e por consequência se refletirá em todas as áreas na qual se relacionar socialmente. São estruturas estruturantes, mas não estruturadas (SCHWARTZMAN, 1997). Ou seja, são condicionantes, mas não determinadas.

Assim sendo, a cultura é algo público, bem como seu significado, não definido geneticamente, mas construído e vivenciado socialmente. Não podemos entender a cultura como uma entidade de poder na qual pode ser atribuída casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos (GERTZ, 1978). Esse conjunto de mecanismos de controle (planos, receitas, regras, instruções e políticas) para governar o comportamento carrega em si suas particularidades tendo em vista o contexto, não sendo jamais profética.

Esta assertiva tem como pressuposto a ideia na qual o pensamento não ocorre de maneira privada, “na cabeça”, mas sim no ambiente social, tendo a capacidade de reter e disseminar as informações pelas futuras gerações (de forma memorial), onde os dados já estão dispostos em uso corrente na comunidade, com sua significação atribuída. O sujeito os retém, os utiliza, os modifica e os dissemina socialmente. Sem tais padrões culturais (sistemas organizados de signos significantes) o comportamento humano seria um caos de atos sem sentido, em uma

experiência sem forma, o que evidencia a cultura como uma condição essencial à existência humana, não existindo natureza humana independente da cultura (GEERTZ, 1978). Para Ortega Y Gasset (2006) a cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.

Indo um pouco além, para Turgot (1780 apud LARAIA, 1986) e para Geertz (1978) o conhecimento e as ideias produzidas pelo homem são constituintes de uma herança cultural em permanente crescimento, um patrimônio.

Esses pensamentos constroem uma linha de raciocínio que evidenciam o papel da cultura na constituição da mentalidade humana. Consideramos assim a cultura como um atuante modificador do sujeito enquanto agente de mudança, na medida em que vão ocorrendo aprendizados de significados ou alterações significantes. Neste sentido, o que tem relevância para o ser social em tudo depende da significação dada ao objeto em questão, pois a cultura é um ingrediente basilar ao pensamento e não apenas seu suplemento.

As significações, segundo Schwartzman (1997), servem de estratégias de organização e ação social e, como tais, estão sujeitas a serem adotadas, modificadas, ou deixadas de lado, de acordo com a apreensão significativa dos sujeitos que as adotam, os quais atuam duplamente, como agentes e agenciadores dos micropoderes que circundam a cultura.

Durante esse processo de agência ou agenciamento no ciclo dos sistemas de significação, uma das etapas se constitui de problemas ou indagações, os quais são considerados como motivadores da natureza questionadora do ser humano. Nesse momento, Geertz (1978) afirma que se inicia uma busca por informações que visem tornar a conjuntura coerente e organizada, amenizando o caos para o qual o sujeito não está preparado nem confortável. Por conseguinte, através da manipulação dos recursos culturais, são produzidos estímulos no ambiente fomentando uma incessante busca informacional para solucionar os problemas ou indagações, principalmente os de ordem emergencial. Nota-se com isso que a relação entre cultura e informação se dá em sua própria natureza, sendo a cultura uma depositária da informação produzida socialmente, podendo ser considerada como a genoteca²¹ da sociedade humana (MARTELETO, 1995).

²¹ O termo “genoteca” foi empregado por Edgar Morin referindo-se ao sistema social o qual por meio de uma memória ou um repertório cultural (a genoteca) evidencia-se quando todo o sistema estiver

O que muda na ultramodernidade é a natureza da informação, ou ainda, o entendimento de sua natureza, devido, dentre outros fatores, a mudança na forma de enxergar o objeto informacional. O ambiente antes estático e sólido, agora é leve, líquido, fluido e dinâmico, assim como a cultura, as relações e seus objetos (BAUMANN, 2001). Ainda segundo o autor, a nova modernidade, ou ultramodernidade (YUS RAMOS, 1998) impõe mudança de forma constante, exigindo uma permanente adaptação. O que mais vale é o tempo de resposta, não mais o espaço de ocupação. No momento em que a cultura é tomada como depositária informacional e a informação tem seu gene alterado, parcialmente ou totalmente, a cultura a segue e se adapta. Esse fenômeno é observado no meio virtual, tomado por bits informacionais que se mesclam a cultura dominante.

Contudo, independente do meio no qual são dispostas as informações, elas são essenciais para ações fundamentais, como as tomadas de decisões cotidianas. Corroboramos ao pensamento de Geertz (1978, p.50) ao considerar que sem essa aquisição cultural (informacional), o ser humano seria “apenas uma monstruosidade totalmente sem mente e, em consequência, sem possibilidade de ser trabalhada”. O que se faz necessário é construir uma relação entre o que sabemos e como nos sentimos a respeito das coisas, relação esta que só pode ser alcançado por intermédio dos modelos simbólicos das imagens públicas (signos) as quais, segundo Geertz (1978) ,só o ritual e a arte podem fornecer.

Entretanto, segundo Laraia (1986) o comportamento relacional entre a sociedade e a cultura em muito depende de uma “endoculturação”, ou educação cultural, processo anterior à identificação do sentimento em relação às coisas. Em outros termos, Geertz (1978) e Durham (2013) contemplam o assunto sobre a perspectiva dos significados configuradores dos padrões culturais, esses que fornecem os conjuntos de instruções (fontes de informação) para a instituição dos processos sociais e psicológicos que modelam o comportamento público. Tais fontes extrínsecas ao ser são essenciais a sua vitalidade, posto que o ser humano difere-se em sua essência dos demais animais irracionais e carece de algo mais do que os “instintos naturais” de apreensão e significação.

Vamos usar como exemplo um Leão, o qual é um animal selvagem. Seu modo de agir para caçar comida satisfatória, dominar o território ou acasalar vem

puramente de forma instintiva, sua fisiologia os define e os leva a agir sem um ensinamento prévio. Já os seres humanos, seres racionais, necessitam de uma fonte simbólica (diagramas, textos, diretrizes) para auxiliá-los a uma concepção do significado das coisas e do modo como produzi-las e reproduzi-las. Tal discussão acerca do ser humano é remota, e afligia os estudiosos quanto às dificuldades biológicas inatas do homem, onde uma exageração do seu papel fundamentou teses pseudobiológicas. Todavia, para Leontiev (1979), uma orientação oposta, desenvolvida pela ciência progressista, desenvolveu a ideia na qual o homem é um ser de natureza social e que, por conseguinte, tudo o que possui de humano provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura existente. Tal pensamento é verificado ainda no século XIX, quando

pouco após o aparecimento do livro de Darwin, “A Origem das espécies”, Engels, sustentando a ideia de uma origem animal do homem, mostrava ao mesmo tempo que o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas as leis sócio históricas (LEONTIEV, 1979, p.261).

Essa linha de pensamento desenvolvida até o momento corrobora com as assertivas de Leontiev (1979) sobre a evolução do ser humano (de irracional à racional) por meio de três estágios fundamentais e nos ajudará a compreender os avanços (ou continuidades) que nos trouxeram até o estágio da hibridização cultural na ultramodernidade ou modernidade líquida.

O primeiro estágio é considerado como o da preparação biológica do homem por meio dos seus representantes, chamados australopitecos, animais que levavam uma vida gregária e que utilizavam utensílios rudimentares não trabalhados. Nesse estágio reinava ainda leis unicamente biológicas.

O segundo estágio constitui-se pelo início da fabricação de instrumentos e pelas primeiras formas de trabalho e da constituição de uma sociedade. Nesse momento ainda não houve o desligamento por completo das leis biológicas, contudo, ao mesmo tempo novos elementos eram agregados ao desenvolvimento do homem. Para Leontiev (1979) surgiam, sob a influência do desenvolvimento do trabalho e da comunicação, modificações na constituição anatômica do homem, tornado o seu desenvolvimento biológico interligado ao desenvolvimento de sua produção. Neste sentido, sendo a produção um processo social, desenvolvido perante leis sócio

históricas, a biologia pôs-se, portanto, a “inscrever” na estrutura anatômica do homem a “história” nascente da sociedade humana. Posto isso, o desenvolvimento do homem como sujeito do processo social de trabalho caminhava sob duas espécies de leis: as leis biológicas, na adaptação de seus órgãos às condições e às necessidades da produção e às leis sócio históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendrava (LEONTIEV, 1979).

Delineado os dois primeiros estágios, a formação do homem passa ainda por um terceiro, onde surge o tipo do homem atual, o *Homo Sapiens*, deixando a evolução de ser fundamentalmente biológica. O grande diferencial desse estágio é o processo de fixação das cognições adquiridas no decorrer dos tempos, alcançada por um mecanismo que só aparece com a sociedade humana, por meio dos fenômenos externos da cultura material e intelectual, o trabalho, pois é

pela sua atividade que os homens adaptam-se à natureza. Eles modificam-na em função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam os objetos que devem satisfazer as suas necessidades e igualmente os meios de produção desses objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e outros bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte (LEONTIEV, 1979, p.263).

Atingindo esse terceiro estágio e adsorvendo suas mudanças no contexto sociocultural, o homem foi capaz de produzir e dar continuidade a sua significação social, por meio de padrões culturais significantes como a arte, a Ciência e futuramente a tecnologia.

Com a fusão dessas três áreas, dentre outras, no avançar da caminhada humana, por meio de suas necessidades e de sua criatividade, tanto individual como coletiva, podemos afirmar que as culturas sofreram um processo de hibridação no que concernem as estruturas e práticas sociais, gerando novas estruturas e novas práticas, tanto nas artes, como na vida cotidiana, na ciência e na tecnologia.

A hibridação se constitui de, segundo Canclini (2001, p. XIX), “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Nesse sentido o autor conclui que ao ocorrer uma hibridação busca-se reconverter um patrimônio (entendido por ele como uma fábrica, uma capacitação profissional ou um

conjunto de saberes e técnicas) visando reinseri-lo em novas condições de produção e mercado.

A hibridação cultural é uma das marcas centrais da ultramodernidade, onde o tradicional e o moderno se mesclam e se ambientam dentro e fora no universo digital, por meio de um olhar transdisciplinar dos circuitos culturais, com uma mescla de memórias heterogêneas e inovações incompletas.

Para Canclini (2001) as percepções da hibridação são ainda mais visíveis na América Latina, onde as tradições ainda não são do passado e a modernidade ainda não chegou por completo, encontramos-nos em um ambiente fluido. Não que isso seja um ponto negativo para o autor, pois o mesmo não consegue enxergar como principal objetivo a modernização completa da sociedade e seus processos.

Atingimos nesse ponto a questão central da cultura na ultramodernidade do século XXI, sua liquidez e fluidez que não a acorrenta mais a modelos concretos e estáveis. Entramos na instabilidade e permaneceremos por tempos não quantificáveis.

Sem nomear como culturas híbridas, mas em alinhamento com esse pensamento, Santaella (2003) faz uma análise sobre a impossibilidade de separação entre culturas eruditas, populares e massivas, devido aos seus processos de caldeamento e mesclagem. Entretanto, a autora traz uma “categoria” de cultura intermediária para elucidar a grande virada que ocorreu da cultura de massa para a cultura digital (cibercultura), uma cultura que carrega em si a hibridação fluida: a cultura das mídias. A cultura das mídias surge nesse sentido como um campo fértil onde a cultura digital foi semeada por processos de produção, distribuição e consumo comunicacional. Foi uma transição gradativa e híbrida.

Santaella (2003) faz uma clara distinção de como pensa na consecutividade, sempre híbrida, até o momento da cibercultura. Para a autora, as sociedades passaram por algumas formações culturais, indo (de forma heterogênea) da cultura oral para a cultura escrita, seguida da cultura impressa para a cultura das massas, desembocando na cultura das mídias, proporcionando ambiente fértil para a cultura digital. A autora constrói sua linha de raciocínio e divisão com a convicção de que os meios comunicacionais, desde o aparelho fonador, até as redes digitais contemporâneas embora, efetivamente, não passem de simples canais para a transmissão informacional,

os signos que por ele circulam, os tipos de mensagens que engendram e os tipos de comunicação que possibilitam são capazes não só de moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também de moldar o proporcionar o surgimento de novos ambientes socioculturais (SANTAELLA, 2003, p.13).

Notamos assim que os pensamentos de Canclini (2001) e Santaella (2003) corroboram aos entendimentos Geertz (1978), Laraia (1986) e Durham (2013) no que diz respeito à importância dos signos e as atribuições de sentidos e significados como moldadores dos sujeitos agentes e dos ambientes socioculturais.

Enxergamos nesse sentido a cultura como um organismo vivo e adaptável, independente das formações culturais existentes, ou das técnicas e tecnologias disponíveis durante certo período temporal, ela sempre será fluida e adaptável, jamais determinada e fixada em significados pétreos e imutáveis. Mesmo que haja a supressão de suportes informacionais específicos, prevalecerão princípios semióticos que continuarão a ser perpetuados e modificados continuamente, principalmente na cibercultura.

A cibercultura, como conceito e como ambiente já é uma realidade contemporânea e ultramoderna que engloba todos os cantos da terra, seja em menor ou maior intensidade, a cibercultura é universal. Suas delineações ainda não são perfeitamente delineadas, nem muito menos a concretude das mudanças perpetuadas, em todos os setores sociais, mas há consciência de que elas existem, e isso não se pode mais negligenciar.

Antes de tudo, a cibercultura é jovem, não por ser apenas um novo padrão sociocultural, mas por carregar o espírito contínuo de mudança. Lévy (2010) justifica esse pensamento ao afirmar que o ambiente cibercultural foi proporcionado pelo movimento internacional de jovens ávidos para experimentar novas formas de comunicação coletiva, diferentes das já proporcionadas pelas mídias clássicas, ou cultura das mídias, como chama Santaella (2003). Esse pensamento inicial não foi apenas um ponto de partida, mas uma condicionante para sua perpetuação na ultramodernidade.

Dentre os defensores da cibercultura, com pesquisas relevantes a essa tese, destaca-se Pierre Lévy. Ao entrarmos nos pensamentos de Pierre Lévy devemos admitir abertamente que estamos abordando um autor puramente otimista quanto às realidades e implicações da cibercultura na ultramodernidade. Há outros aspectos os quais devemos ter em mente.

Lévy (2010) propõe que para uma compreensão válida do ambiente da cibercultura, inicialmente deixemos de lado a palavra impacto quando referida a ela, tendo em vista que o autor não enxerga as tecnologias como um ator autônomo à parte da sociedade e da cultura. Ao contrário, o autor enxerga a técnica de um ângulo de análise dos sistemas sociotécnicos globais, ou seja, um ponto de vista que dá ênfase a parte material e artificial dos fenômenos humanos, diferenciando-se de uma entidade real e independente. Assim, para Lévy (2010) as atividades humanas abrangem, de forma indissolúvel, interações entre pessoas vivas e pensantes, entidades materiais (naturais e artificiais), ideias e representações (toda representação aponta uma ausência).

Pensem um instante sobre esse aforismo e veremos que se utilizarmos o termo impacto para tratar das tecnologias inovadoras, realmente estamos deixando uma lacuna para pôr o sujeito de lado, não mais como agente ou agenciador das mudanças ocasionadas pela tecnologia, a qual possui total interferência das pesquisas humanas. Essa inadequação se dá no momento que vislumbramos os muitos conceitos que impacto pode abordar, mas se pensarmos em impacto como repercussão, resultado, influência, consequência ou efeito, nesses sentidos estamos pensando dentro do universo da cibercultura e podemos utilizar o termo impacto, mesmo contrariando a vontade de Lévy.

Voltando as entidades de Lévy, mesmo que existam três (técnica, cultura e sociedade), ao invés de dar ênfase no impacto das tecnologias, o autor sugere que pensem nas tecnologias como produtos da sociedade e da cultura, mesmo que a distinção traçada entre as entidades seja apenas no campo conceitual, pois não há um sem o outro. A tecnologia não é externa a cultura, mas sim emerge do interior para o exterior.

Esse pensamento corrobora com todos os demais autores até aqui mencionados ao impossibilitar a separação do sujeito de seu ambiente material e simbólico, dos signos, dos significados e das técnicas.

A separação dos segmentos é compreensível quando pensamos nos anos 1945, quando os primeiros computadores surgiram e constituíam-se de um enorme maquinário, sem interface (interação) com o usuário. Uma verdadeira máquina que ‘pensava’ e fornecia dados ‘automaticamente’, assim pensavam os computadores humanos, e era o que a enorme máquina da *International Business Machines* (IBM) transmitia visualmente a quem chegasse perto. Já nos anos 70 (setenta), com a

invenção dos computadores pessoais, em um movimento de “contracultura” alguma mudança já é notada quanto a aceitação da tecnologia agregada à vida cotidiana. Os anos 80 (oitenta) trazem a multimídia e proporciona uma associação com as telecomunicações e torna-se ainda mais evidente e cotidiana nas vidas dos sujeitos.

As grandes mudanças, contudo vieram no começo dos anos 90 (noventa) com um novo movimento sociocultural originado dos jovens, sem nenhuma interferência guiada das grandes corporações, as várias redes de computadores que se formaram desde os anos 70 (setenta) se conectaram na mesma medida que o numero de pessoas e computadores se conectavam a inter-rede. Surge nesse momento um novo movimento sociocultural, a cultura digital. Com as novas tecnologias surge em conjunto o ciberespaço, um novo espaço de comunicação, interação, de transação, bem como um novo mercado da informação e do conhecimento. (LÉVY, 2010).

Esse processo sociocultural de adaptação e integração da vida com as tecnologias informacionais e comunicacionais é nomeado por Lemos (2002) e Lévy (2010), de cibercultura. Para Castells (2010), o conceito formula-se a partir da alteração do significado do termo informática, que anteriormente opunha o homem à máquina, em uma relação opressiva e subjugada do primeiro pelo segundo, sucedendo a uma relação de convergência com a tecnologia, proporcionando ao homem a utilização das capacidades maquinarias tecnológicas. Tais aparatos compreendem desde computadores, *smartphones* à *smart tv's*, todos interconectados por meio da internet. Assim, a grande mudança se deu pela conexão, pois agora

o computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um coponente da rede universal calculante. Suas funções pulverizadas infiltram cada elemento do tecnocosmos. No limite, há apenas um único computador, mas é impossível traçar seus limites, definir seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si (LÉVY, 2010, p.45).

Nesse sentido, o ciberespaço não é apenas um amontado de máquinas, mas um espaço que agrupa, sem totalizar, materiais, informações, seres humanos e programas. Originalmente inventada em 1984 por William Gibson, o termo ciberespaço descrevia em seu romance um universo de redes digitais, um campo de batalha entre multinacionais, envolvendo fronteiras econômicas e culturais. Anos

depois, Lévy (2010, p. 94) o define como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos”.

Ambientada na rede mundial de computadores, a cibercultura é definida por Lévy (2010, p.17) como o tempo da conectividade, interação e difusão de informações, referindo-se ao “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Ainda segundo o autor, o ciberespaço configura-se como o contemporâneo meio comunicacional que emerge da *world wide web*, indo além da dos *hardwares* e *softwares*, dependente principalmente das informações e de seus agentes, os seres humanos, tendo como palavras de ordem a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

Ao atingirmos a cibercultura como modelo dominante sociocultural na ultramodernidade, a separação entre natureza e cultura, antes fundamental para isolamento científico do estudo dos problemas socioculturais, não se estabelece mais, pois

uma não pode mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. As máquinas do século XX tornaram ambíguas as diferenças entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumam aplicar aos organismos e as máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes. Em lugar das distinções entre natureza e cultura, sujeito e objeto, destaca-se a coabitação. Isto é, diferentes ciências e culturas coabitam entre organismos e máquinas (SILVA; GARCIA; LOUREIRO, 2014, p.78).

Esse pensamento elaborado pelos autores permite conversar com a hibridez de Canclini (2001) e conceber que além de uma cultura híbrida, habitamos em um mundo múltiplo de conexões em rede ou ciberconexões. Se pensarmos nos conceitos de tradução e mediação abordados por Latour (2012), onde o primeiro traduz a convergência entre natureza e cultura e o segundo como praticas de purificação que separam os humanos dos não humanos, teremos o que o autor chama da teoria do Ator-rede (onde a rede é assistemática, múltipla, caótica e complexa). Contudo, esse pensamento de Latour ainda não contempla a hibridez fundamental na qual a ultramodernidade se constitui e na qual Canclini consegue

vislumbrar. Desse modo, pensemos no conceito de malha, de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento, proporcionado por Ingold (2012), com base nas fundamentações de Heidegger e Deleuze. Por esse caminho poderíamos afirmar que vivemos em uma cibercolônia.

Deleuze e Guatarri (2004) são essenciais a esse pensamento, pois para ambos a relação fundamental não se dá entre a matéria e a forma (ou humanos e não humanos), mas sim entre materiais e forças e de como os materiais de todas as formas são avivados pelas forças. Com esse pensamento amórfico Ingold (2012) propõe uma ontologia que dê primazia aos processos, aos fluxos e transformações das coisas ao invés do estado morto da matéria dos objetos.

As linhas de Ingold se conciliam as teias de Geertz e traduz o pensamento no qual os significados vazam “sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas” (INGOLD, 2012, p. 29). Nesse sentido não podemos afirmar que ocupamos, mas sim que habitamos uma cibercolônia. Sem usar a cibercultura como ambiente propício a seus pensamentos, Ingold (2012) a define ao afirmar que um ambiente sem objetos não é um mundo material, mas sim um mundo de materiais, de matéria em fluxo e seguir esses materiais significa entrar em um mundo em constante fervura. Assim o autor vê esse mundo fervente não como um museu com objetos dispostos por atributos ou origens, mas sim como uma cozinha abastecida com ingredientes variados que podem nos proporcionar combinações intermináveis e transformações sem fim.

Lévy (2010), já pensava nesse sentido de ambiente de materiais em fluxo ao trazer em sua obra um exemplo da manifestação consagrada as artes visuais de 1996, a *Artifices*. Na exposição em questão o artista (Jeffrey Shaw) apresenta uma instalação dedicada ao bezerro de ouro, mas que ao adentrar na sala, há apenas um pedestal vazio, sem matéria concreta a se expor. Ao lado encontra-se uma tela de cristal líquido que serve como janela virtual para a realidade concreta do museu, que ao ser direcionado para o pedestal vazio apresenta uma magnífica estátua do bezerro de ouro, a qual só existe virtualmente, uma realidade virtual.

Essa magnificente realidade virtual disposta em um museu real é arte, mas também é crítica, pois vem mostrar que o virtual é o novo ídolo da ultramodernidade. Entretanto, também é clássica, pois a obra virtual apresenta a percepção concreta da natureza de todos os ídolos: uma entidade que não está realmente presente, uma aparência sem consistência, sem interioridade. Logo, o que se busca naquele

instante de contemplação da arte virtual não é exatamente a ausência da materialidade e sim o vazio da interioridade viva e subjetiva. O objetivo é a crítica de que o ídolo não existe por si mesmo, somente a que lhe é atribuída por seus adoradores (LÉVY, 2010).

Essa bela reflexão do autor sobre uma exposição virtual dentro de um museu real, uma edificação material, nos faz dialogar com a existência viva da coisa virtual, mesmo que sem materialidade no real, além de nos questionar do porque de considerarmos real apenas as coisas que consistem em matéria palpável, quando toda atribuição de sentido será sempre do sujeito agenciador e agente de significados e valores. A diferença é que devemos agora pensar, inclusive, na agencia dos sujeitos na virtualidade, tomada por informações diversas, incluindo hipertextos, hiperdocumentos e simulações interativas, como as do bezerro de ouro.

A virtualidade ou o Virtual é antes de tudo um novo espaço com a imposição de uma nova velocidade, ou seja, uma desterritorialização e o desprendimento do aqui e agora. Para Lévy (2011) o conceito pode ter três sentidos diferentes, o que gera boa parte da confusão quando falamos de realidade virtual. Para o autor o primeiro sentido diz respeito a técnica, o segundo a corrente e o terceiro filosófico.

Vamos nos ater ao sentido filosófico, que dirige seu conceito, que remete, segundo Galvão (2016) a terminologia escolástica medieval, aonde o termo virtual vem de *virtus*, significando força, potência. Desse modo, o virtual é algo que existe em potência e não em ato. Algo virtual tende a se atualizar através do tempo.

Se pensarmos na potencialidade das coisas, o virtual torna-se mais visível, como por exemplo, um espermatozoide é um ser humano em potência, que pode vir a ser. Se usarmos os termos de Lévy (2011), ele é virtualmente um ser humano. Já o humano é o espermatozoide em ato, após sua potencialidade ser efetivada. Ou seja, "em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes" (LÉVY, 2011, p. 15).

Esse pensamento é essencial para a tese aqui defendida sobre as trajetórias e transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital, permeado pela fluidez das relações humanas, além das consequentes mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade. Entretanto, precisamos ainda ambientar seu lugar ao mundo, ou

melhor, dialogar sobre a desterritorialização do ambiente virtual e a acuidade do digital.

Podemos considerar como virtual toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações em diferentes momentos e locais, sem, contudo estar presa a materialidade estável de uma localização (LÉVY, 2010).

Voltemos nosso pensamento à obra do bezerro de ouro e vejamos que sua visualização momentânea não está presa ao museu em si, pode ser atualizada em outros locais nos quais o artista decida expor sua obra virtual. Além disso, seu público não é mais restrito aos visitantes do museu, apenas oportuno na ocasião. Mas, apesar de sua liquidez, sua arte é real, pois existe de fato, mesmo sem estar presente, esperando apenas ser atualizado. Não há assim um limite de atualizações possíveis para o virtual, nem limites para as possibilidades que esse campo cibercultural proporciona a setores socioculturais, como os patrimônios.

Seguindo os pensamentos de Lévy, a cibercultura encontra-se ligada ao virtual de duas formas, direta e indiretamente. Diretamente pela digitalização das informações (a qual tomamos nessa tese no sentido semiótico da palavra) pode ser aproximada da virtualização. Digitalizar uma informação consiste, basicamente, em traduzi-las em números, o que pode ser feito com textos, imagens, sons e todo tipo de material que pode ser explicitado e medido. Para o autor, a perspectiva da digitalização geral das informações irá tornar o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória (“telememória”) da humanidade a partir do século XXI (LÉVY, 2010).

Nesse sentido temos a ubiquidade da informação, os documentos interativos interconectados, afetando diretamente as telecomunicações de forma recíproca e assíncrona. É o ciberespaço, um universo aberto, desterritorializado, virtual e não totalizante. É um espaço cultural e social que lida com a interconexão entre grupos e indivíduos, permitindo a conexão humana sem presença física. É um meio de metamorfoses baseadas pelo digital. Não há mais estoques informacionais e sim fluxos informacionais, fluxos de pessoas, fluxo de conhecimentos, onde as modalidades perceptivas são ampliadas e contamos exclusivamente com memórias virtuais.

Lyotard (2009) já previa na ‘pós-modernidade’ o fim das grandes narrativas totalizantes e a importância dos circuitos de comunicação com auxílio da tecnologia gerando deslocamentos por golpes e contragolpes em uma verdadeira teoria dos

jogos. Os jogos da linguagem já eram anunciados, com seus lances e regras a formarem os atuais vínculos sociais frágeis.

Torna-se cada vez mais lúcido a liquidez das relações e comunicações como aspecto significativo da cultura ultramoderna, o qual já apresenta consequências nas interações humanas, mas também na vida individual de cada sujeito, gerando um tipo particular de relação. Esses fenômenos são consequências das características e novas significações da cibercultura e do ciberespaço, um universo sem totalidade, um paradoxo que podemos considerar como um sistema caótico, que por suas próprias regras possui seu próprio sistema de organização, e sua ausência de totalidade a qual se dá pela constituição da cibercultura pelo conjunto de seres humanos, que não podem ser facilmente estabilizados.

5.1 AS CULTURAS E SUAS TEIAS NA SOCIEDADE LÍQUIDA DO SÉCULO XXI

Balandier (1955) já nos lembrava de que, por ser a cultura uma construção social inscrita na história, especificamente na história das relações entre os grupos sociais, para analisar um sistema cultural faz-se necessário analisar a situação sócio histórica que o produz como ele é.

Assim, podemos apresentar a situação cultural na ultramodernidade, mas não oferecer sua forma, pois para Bauman (2007) passamos da fase sólida da modernidade para sua fase líquida, para uma condição onde as organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois a velocidade com a qual se decompõem e se dissolvem é mais rápida do que o tempo necessário para tomar forma e se estabelecerem.

Assim, a contemporânea situação da sociedade e das organizações sociais ultramodernas é constituída por relações, ou melhor, por conexões mutáveis, ágeis, fluidas e líquidas. O espaço já não é mais definidor de fronteiras, como analisamos anteriormente. Hoje muito mais importa aos sujeitos o tempo e sua velocidade. Se acaso o tempo fosse comercializado, equivaleria aos itens mais onerosos e disputados nas prateleiras dos supermercados. Poderíamos passar muitas horas em busca de mais tempo para poder realizar todas as múltiplas tarefas que as conexões da ultramodernidade nos dispuseram e potencializaram.

Entretanto, Bauman (2001) nos faz pensar que a liquefação das relações sociais não é um movimento ou transformação inventada na ultramodernidade, mas

sim um processo que vem deixando de ser sólido há anos. Para o autor os acontecimentos os quais se desenrolam evidenciam que os tempos modernos encontram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração, mesmo com a intenção dos pré-modernos de construir uma solidez ainda mais duradora e eterna, sua busca foi incansável e incessante, acabando por derreter lealdades tradicionais, pois “a rigidez da ordem é o artefato e o sedimento da liberdade dos agentes humanos” (BAUMAN, 2001, p. 12).

A imprevisibilidade dos atos dos sujeitos nos levou a um momento sócio histórico que, além da liberdade dos agentes humanos, dos grilhões dos sólidos sociais e institucionais, estamos lidando com a individualização dessa liberdade, mesmo que em ações de cunho coletivo. Ou seja, estamos vivenciando o desligamento de ações individuais das ações coletivas, das políticas individuais (no sentido mais amplo do termo) das políticas coletivas.

Esse movimento de individualização não é emergente, mas não deixa de ser imperativo quando conjugado a ultramodernidade digital. Autores como Marx, Simmel, Durkheim, Weber e Beck já apontavam reflexões sobre a individualização quando em estudos sobre a modernidade, onde os conceitos são interacionados. Para alguns autores, como Ulrich Beck (2010, p.209), a individualização se constitui de “um processo no qual cada um mesmo se torna a unidade de reprodução vital do Social”. Isso nos aponta que os indivíduos enquanto agentes passam a estabelecer suas formas de vida individuais e coletivas expressando sua escolha, como por exemplo, no significado de família, para o autor basta perguntar a um sujeito o que é realmente uma família e seu significado. Não no sentido de crianças e filhos, mas no sentido de paternidade e maternidade, avós e avôs. Esses últimos são incluídos e excluídos sem meios de participar nas decisões de seus filhos e filhas. Do ponto de vista dos netos, o significado das avós e dos avôs já é determinado por decisões e escolhas puramente individuais (BECK, 2010).

Corroborando a esse pensamento, Bauman (2001) afirma que chegamos a um resultado na modernidade que se traduz como uma versão individualizada e privatizada da modernidade, dando vez à liquefação dos padrões de dependência e interação, onde nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro, dessa vez, líquido e maleável.

Se pensarmos nessas mudanças veremos que apesar da emancipação dos padrões sólidos impostos e procurados por tantos anos, “desfrutamos” de uma

liberdade individualizada, mesmo na era das conexões em malhas. Isso, de uma forma geral, mas também específica, altera o tempo e o espaço social, bem como as formas de trabalho que moldam a sociedade e constroem as comunidades. Mas também influenciam em todos os campos que o sujeito interage e molda sua vida, que não “podem” parar, pois não querem parar.

O primeiro ambiente que impõe importância ao sujeito como ser individual é a questão do tempo e espaço que ao serem diluídos são constituídos e reformulados pela cognição e capacidades humanas, as quais são colocadas em potência quando articuladas na cibercultura, em uma malha de possibilidades universais sem totalidade. São tempos de instantaneidades, de relações, de poder, de prazer e de vida. As teias culturais que construíram o elo social contemporâneo até o limiar do século XXI encontram-se flutuante, bem como suas significações atribuições socioculturais.

Em uma relação entre pensamentos, Bauman (2001) nos traz o Panóptico de Foucault (1987), uma figura arquitetural idealizada por Jeremy Bentham, um dispositivo que funcionava pela relação entre ver e ser visto. Nessa forma de poder, o sujeito é sempre visto, mas não pode ver quem o vigia da torre central. Cada sujeito é colocado em uma célula, uma divisória, e permanece isolado de outros estímulos. O poder está na mão do vigilante que deve estar lá presente. E essa é justamente a mudança, segundo Bauman (2001) na modernidade “pós-Panóptica”, pois agora as relações de poder tornam-se instantâneas e as pessoas as quais controlam inacessíveis, deixando os sujeitos ainda mais isolados. Assim, o sujeito moderno não se esconde (nem pode), pelo contrário, se torna constantemente visível, e por consequência, completamente individualizado. Houve a quebra do poder e da política (BAUMAN, 2007). Nesse sentido, para o autor, o pós-Panóptico é o arauto do fim da era do engajamento mútuo e do questionamento pessoal, da crítica sem ação, do pensamento social como valor. Segundo Touraine (2002, p. 177) estamos “no fim da definição do ser humano como um ser social, definido por seu lugar na sociedade, que determina seu comportamento e ações”. Sociedade essa que para Bauman (2007) dispõe-se mais como uma rede ao invés de uma estrutura. Ela é uma matriz de conexões e desconexões aleatórias, com infinitas permutações possíveis.

Estaríamos assim a mercê de nós mesmos para definir nossas especificidades culturais e psicológicas, não mais necessitando de normas,

princípios ou instituições sociais? Não constituímos mais uma comunidade dentro de uma sociedade que se constituem como forças determinantes culturais e definidoras de nossas identidades enquanto sujeitos coletivos? Estamos realmente satisfeitos em seguir a trajetória, sem questionamentos, da individualização do sujeito e de suas relações estabelecidas por conexões? E, acima de tudo, até onde vão os benefícios dessa nova liberdade adquirida que nos traz em seu tornozelo a individualidade e a fluidez das relações sociais?

Esses questionamentos pairam sobre a sociedade ultramoderna que de alguma forma opõe liberdade e sociedade. Contudo, entendemos que não há liberdade sem vida e significação cultural em sociedade. Concebendo a sociedade como um artefato efêmero, não encontramos raízes identitárias, pois não há reflexo nem união, há apenas identidades projetadas e idealizadas, mas jamais alcançadas, apenas individualizada internamente em desejo.

A individualidade não é uma escolha, mas uma fatalidade. Fatalidade que acarreta em graves riscos a sociedade, tornando o indivíduo o pior inimigo do cidadão, fazendo o público ser colonizado pelo privado, fazendo do interesse público apenas a curiosidade sobre a vida privada de figuras públicas, figuras essas que tornam sua vida uma exposição pública de sentimentos íntimos e privados (BAUMAN, 2001).

Pensem um pouco nas figuras públicas acima citadas. Na era da cibercultura elas são o que Bauman (2001) chama de autoridades, mas dessa vez, na nuance do ciberespaço possuem um poder ainda mais influenciador. Afirmamos isso por meio do seu pensamento sobre a autoridade pessoal dos sujeitos como as celebridades ou escritores de *best-sellers*. Para o autor o sujeito possuidor de autoridade amplia o número de seguidores, mas na modernidade líquida de fins incertos, é o número de seguidores que faz a autoridade.

Encontramos assim na cibercultura a concretização ampliada dos pensamentos de Bauman sobre as figuras públicas com poder de autoridade, segundo o número de seguidores e o aumento da individualização do sujeito por meio da transformação de sua vida em um espetáculo privado de longo alcance que ao mesmo tempo em que torna sua vida pública e notória, o faz mais individual, dividido e desorientado.

5.2 A HIPERVISIBILIDADE DOS SUJEITOS E A INDIVIDUALIZAÇÃO DO SER

Levantamos até esse momento o pensamento de que nos tornamos seres que vivem em uma sociedade, mas estamos a cada dia nos tornando mais individualizados e solitários por desassociarmos o poder de ser livre da necessidade de viver em sociedade, como se um fator se opusesse ao outro, ao invés de enxergar sua interdependência como basilar a existência do sujeito. Tomamos isso como uma fatalidade, não uma escolha. Uma consequência das configurações sócio-históricas que moldaram as teias culturais até a ultramodernidade líquida que é constituída por uma malha digital que exige do ser humano sua existência dentro desse ambiente.

Afirmamos o pensamento ao qual é exigido do ser humano estar digitalmente conectado, mesmo que em graus diferentes, por escolha ou imposição social, por habitar em uma sociedade que se alimenta de informações, onde para Bauman (2007, p.11) em um planeta “atravessado por auto-estradas da informação, nada que acontece em alguma parte dele pode de fato, ou ao menos potencialmente, permanecer do lado de fora intelectual. Não há terra nula...”. Desse modo, não pode haver sujeito desconectado do ciberespaço. E, quando falamos em ciberespaço vamos além dos computadores, mas um espaço que agrupa, sem totalizar, materiais, informações, seres humanos e programas, incluindo o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos.

Isso, em graus diferenciados, nos tornou hipervisíveis, principalmente aos que hoje habitam o que chamamos de mídias sociais ou redes sociais. As mídias sociais são, segundo Kaplan e Haenlein (2010) um conjunto de aplicações para a internet construída com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, e que permitem a criação e troca de conteúdos gerados pelos utilizadores (UCG). Mas há diferença entre mídias sociais e redes sociais, assim como o grau de visibilidade o utilizador (sujeito inserido no ambiente midiático social). Contudo,

Várias pessoas confundem os termos Redes Sociais com Mídias Sociais, muitas vezes usando-as de forma indistinta. Elas não significam a mesma coisa. O primeiro é uma categoria do último. Os sites de relacionamento ou redes sociais são ambientes que focam reunir pessoas, os chamados membros, que uma vez inscritos, podem expor seu perfil com dados como fotos pessoas, textos, mensagens e vídeos, além de interagir com outros membros, criando listas de amigos e comunidades. Sendo assim: Facebook, Orkut, MySpace, entre outros = Redes Sociais ou como chamava-se em

2005 sites de relacionamento. Twitter (microblogging), YouTube (compartilhamento de vídeos), SlideShare (compartilhamento de apresentações), Digg (agregador), Flickr (compartilhamento de fotos), entre outros + Redes Sociais = Mídias Sociais ou como chamava-se em 2005, novas mídias (TELLES, 2011, p. 111).

A criação de redes sociais não é ultramoderna, a hipervisibilidade que o é. Castells (2010) já nos dizia que

Uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. É por isso que as redes estão proliferando em todos os domínios da economia e da sociedade, desbancando corporações verticalmente organizadas e burocracias centralizadas e superando-as em desempenho (CASTELLS, 2010, p.7).

Castells estava prevendo um futuro longo ao dizer que as redes de informação energizadas pela internet (redes e mídias sociais) estavam proliferando e realmente desbancaram a verticalidade das corporações. Mas o autor não esperava que uma dessas “corporações” a serem desbancadas seria a própria sociedade como elo comunitário.

Vivemos em horizontalidade quando falamos da vivência nas redes, na internet das pessoas. Estamos hipervisíveis. Sejam pelas redes sociais as quais nos conectamos com nossos “amigos”, ou pelas mídias sociais as quais publicamos nossos textos. Em nossos bolsos carregamos a interação com todo nosso grupo de conhecidos por meio dos *smartphones* carregados de aplicativos sociais que nos acompanham no café da manhã, no almoço e no jantar, sem falar nas horas de lazer, independentemente do que consideremos como lazer nos dias atuais.

Keen (2012), em referência ao filme “a rede social” nos diz que os seres humanos viviam em aldeias, depois passaram a viver em cidades e hoje vivem na internet. Seu pensamento conclui que a mídia social é como estar em casa, uma arquitetura a qual nos habituamos e na qual habitamos. Com essa linha de pensamento o autor afirma que vivemos em uma vertigem digital, pois ao habitarmos nas mídias sociais estamos onipresentes, vivendo sempre em público, mesmo que sentados sozinhos em uma cafeteria. Uma liberdade de estar em todos os lugares estando parado, e de todos saberem exatamente onde o sujeito está. Enxergamos uma bela contradição do conceito de liberdade, uma vez mais.

Em sua obra Keen (2012) apresenta os pensamentos sobre a vida em rede pelo poder dos chamados “arcanjos” do vale do silício, os reis da conexão e atuais detentores dos mais numerosos seguidores nas redes sociais (o que Bauman aponta como atual autoridade moderna) e as consequências da hipervisibilidade ocasionada pela era do exibicionismo. Esses temas foram frutos de um debate no qual Keen teve com Reid Hoffman (fundador do *LinkedIn*) na Universidade de Oxford em 23 de novembro de 2008, o qual objetivava debater se as comunidades nas redes sociais iriam substituir o Estado-nação como fonte de identidade pessoal no século XXI. Nas palavras de Keen (2012) Hoffman afirmou que a mudança da sociedade baseada em átomos para uma sociedade fundamentada em bytes nos tornaria mais conectados e, portanto, socialmente mais unidos como seres humanos.

Vemos claramente que esse pensamento de Hoffman, poderoso investidor do vale do silício e atuante nas redes sociais, contradiz ao pensamento de Bauman e Keen, no qual estamos cada vez mais individualizados e desconectados apesar a malha tecnológica que cinge nossa cultura. Mas a quem interessa que toda uma sociedade esteja conectada em redes sociais? Com certeza a grandes conglomerados isso é um benefício, pois para eles não querer estar conectado é inadmissível e incompreensível.

Keen (2012) nos traz o pensamento de uma usuária do twitter (@alexia) que questiona que teríamos vivido vidas diferentes se soubéssemos que um dia elas poderiam ser vasculhadas. O sentido que nos prende a esse questionamento não é o que teríamos ou fazemos da vida, mas sim o que expomos ao nos credenciar as redes e mídias sociais (aceitando seus termos de utilização, os quais poucos leem) de forma indiscriminada, em um ambiente que não esquece. Pois a memória nas redes é infinitamente superior à mente humana.

Lembre-mos que o direito ao esquecimento na internet, movimento iniciado na Europa, é um debate latente, justamente devido à incapacidade de esquecimentos das redes proporcionado pelo compartilhamento ilimitado. Tal debate é incessante, pois quando tratamos do âmbito digital, o direito ao esquecimento não é legitimamente um direito de não ser lembrado, mas o direito de ter suas informações pessoais desindexadas pelos buscadores da Internet, sob critérios específicos de informações incorretas, irrelevantes e desatualizadas.

Como exemplo, temos a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 8 de maio de 2018, onde aplicou o “direito ao esquecimento” de uma promotora de Justiça do Rio de Janeiro, cujo nome era automaticamente associado ao tema “fraude em concurso para juiz” nas pesquisas efetuadas em buscadores da internet. Segundo a decisão do STJ, o fato causava danos à honra e à intimidade da promotora.

Outrora, apesar dos debates latentes e recentes, sua implicação é uma consequência do direito fundamental à privacidade e do direito à proteção dos dados pessoais, que são considerados princípios da disciplina do uso da Internet no Brasil, como enunciam os artigos 2º e 3º do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Esse é um caso específico sobre a vida particular que se torna publica na internet de forma não deliberada. Entretanto, há casos de exposição proposital em sua maioria da vida provada nas redes sociais. Para Keen (2012, p.19) a frase da ultramodernidade é “atualizo, logo existo”. Para o autor a visibilidade pessoal é o novo símbolo de status e poder na era digital. Vejamos, por exemplo, o caso da nova profissão do século XXI: os *digital influencers* (influenciadores digitais) Essa profissão, bastante rentável, digamos de passagem se constitui em divulgar nas redes sociais sua vida privada, incluindo em família, sempre utilizando marcas e produtos que pagam para serem divulgados de forma natural pelos profissionais da área. Se associarmos essa profissão ao pensamento de Keen, veremos que as pessoas ali apresentadas são apenas imagens delas mesmas, em um mundo que impõe transparência, mas não aceita amigavelmente verdades. Vemos os *supernodes* viciados em conquistar fama e atenção por meio dos seguidores.

Todavia, saber diferenciar as imagens das realidades, ou as realidades e das irrealidades, torna-se cada vez mais difícil na hiper-realidade, nas palavras de Eco (1983, p.6-7) “uma filosofia da imortalidade como duplicação”, pois as tecnologias apagam essas diferenças e atribui autenticidade a coisas falsas.

Lévy (2010) diz que a cibercultura nos proporciona um meio de desvincular da sociedade do espetáculo, apresentada por Debord (2003), pois a cibercultura não nos torna apenas espectadores, mas também interagentes no ambiente midiático da televisão. Mas não seria certo o pensamento de Keen (2012) ao dizer que a era analógica da grande exibição apenas foi substituída pela era digital do grande exibicionismo. Não seria assim uma nova forma de espetáculo?

Entretanto, devemos nos lembrar dos pensamentos de Geertz (1978) e Canclini (2001) onde cada cultura é moldada pelas significações atribuídas pelos sujeitos e sua utilização, sendo a cultura a base para as formulações e reformulações de mundo nas quais o sujeito se desenvolve. Logo lembremos que as culturas são estruturas estruturantes, mas não estruturadas (SCHWARTZMAN, 1997). Ou seja, são condicionantes, mas não determinadas. Para Lévy (2010),

A interconexão para a interatividade é supostamente boa, quaisquer que sejam os terminais, os indivíduos, os lugares e momentos que ela coloca em contato. As comunidades virtuais parecem ser um excelente meio (entre centenas de outros) para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, que seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos (LEVY, 2010, p. 135).

Contudo, o que acontece segundo Keen (2012) é que

Ao invés de nos unir entre os pilares digitais de uma pólis aristotélica, a mídia sócias de hoje na verdade estilhaça nossas identidades, de modo que sempre existimos fora de nós mesmos, incapazes de nos concentrar no aqui e agora, aferrandos demais à nossa própria imagem, perpetuamente revelando nossa localização atual, nossa privacidade sacrificada à tirania utilitária de uma rede coletiva (...) ao socializar de modo tão radical a revolução digital de hoje, nós, como espécie, saltamos coletivamente do penhasco. Se fracassarmos na construção de uma sociedade conectada que proteja os direitos à privacidade e à autonomia individuais do culto do social, não poderemos criar uma nova empresa. (KEEN, 2012, p. 23-25).

Esse pensamento corrobora ao pensamento de Foucault (1987. p. 200), quando relacionado à casa de inspeção, “a visibilidade é uma armadilha”. Mas, devemos concordar com Shirky (2011, p.54) ao evidenciar que a arquitetura digital é o novo “tecido conjuntivo da sociedade” e nos atentar as possibilidades emergentes vislumbradas por Lévy (2010) para garantir que não saltemos do penhasco, como previu Keen (2012).

5.3 O COLABORATIVISMO INTELIGENTE DA CIBERCULTURA

Quando tratamos da cultura na atual conjuntura sociocultural digital que permeia a ultramodernidade, ou mais especificamente da cibercultura, não há concordância quando a seu benefício ou malefício á sociedade. Existem pontos de vistas que tendem ao otimismo, visões que tendem ao negativismo e visões que procuram enxergar um meio termo. Entretanto, não há conflito entre os pensadores

no que reflete a existência da cibercultura e da sua inexorável caminhada sem volta e procuramos evidenciar isso até o momento.

Autores como Keen (2012) e London (2014), apoiados em pensamentos de Foucault, Orwell e Kafka sobre a ultra visibilidade, apontam os lados mais perigosos dos avanços tecnológicos do ciberespaço, principalmente no que se refere às redes sociais, que são consideradas hoje, por muitos empreendedores do vale do silício, por exemplo, como um meio de relacionamento essencial à humanidade, como a verdadeira sociedade ultramoderna.

London (2014) coloca os seres humanos ambientados nas redes sociais como sujeitos repletos de infindáveis aflições humanas, dadas à dominação tecnológica digital das redes sociais. Em parte Bauman (2001) corrobora a esse pensamento quando reflete sobre a grande solidão (depressão) que aflige a modernidade líquida. Theresa May, primeira-ministra do Reino Unido parece enxergar essa questão, pois em Janeiro de 2018 decidiu criar o Ministério da Solidão, uma resposta aos altos índices de depressão, suicídio ou mortes por quedas, mas também pelos dados de que os britânicos estarem morrendo sozinhos.

London (2014) já pensava nessas questões e fundamenta seu pensamento apresentando duas pesquisas alarmantes quanto ao comportamento humano frente às tecnologias. A primeira pesquisa aponta que segundo dados recolhidos pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando questionados sobre o que hoje é a solidão, a maior parte dos entrevistados respondeu que a solidão era sinônimo de não estar conectado. A segunda pesquisa apresentada pelo autor, realizada pelo mesmo órgão, afirma que os *Homo Sapiens* agora caminham a direção do *Homo Tela*, pois, segundo dados coletados, nós, integrantes da cibercultura (mais de 2 bilhões de seres humanos), passamos mais de 10 (dez) horas olhando para uma tela (televisão, computador, celular, videogame). Com outras palavras, Keen (2012) aponta o mesmo sentido em seus pensamentos sobre as redes sociais e a hipervisibilidade na qual os sujeitos se voluntariam, de modo fatal, a experimentar como meio de “sobrevivência” e aquisição de poder. Ambos os autores dialogam assim sobre a falta de senso crítico e de reflexão dos sujeitos quanto à qualidade de vida no seu presente, mas principalmente quanto ao seu futuro.

Fiquemos com a frase de London (2014, p.28) “não chore, não se desespere, apenas reflita” e utilizemos de seu pensamento sobre as novas teses dos

“novidadeiros” e pensemos que se estamos no amago das tecnologias digitais devemos então refletir sobre sua aplicação como motor produtivo e positivo para as sociedades, dedicando suas aplicações à coletividade e não a individualidade, colaborando para tornar os trabalhadores da inteligência livres do trabalho alienado ou da “neoescravidão” (LONDON, 2014, p.31), pois a cultura em rede e seu crescimento ainda não terminaram, não sendo tarde demais para refletir de maneira coletiva e tentar modificar o curso das coisas. Assim, não existe nenhum determinismo tecnológico ou econômico, abrindo espaço para escolhas políticas e culturais sábias acerca do assunto. (LÉVY, 2015).

Esse é o pensamento basilar de Lévy (2015), pois para o autor o atual curso dos acontecimentos globais converge para a constituição de novos meios de comunicação, de pensamentos e de trabalhos para as sociedades, pois não há como fugir da realidade na qual os dados, textos, imagens e mensagens de todos os tipos são digitalizados e cada vez mais produzidos diretamente sob a forma digital, colocando em novas bases os problemas do laço social no ciberespaço.

Pensar sobre o laço social no ciberespaço não é simples, nem fácil. Talvez por isso seja mais fácil apontar as individualizações e perigos quanto à cibercultura e a solidão do ser humano nas redes sociais. Mas esse é um movimento necessário, tendo em vista o novo estado nômade no qual se encontra a sociedade. Não nômade no sentido de deslocamento territorial, fase que já ultrapassamos, mas nômade no sentido de portabilidades eletrônicas, de transição de sentidos, da imigração das subjetividades, mesmo que parados, o mundo digital move e transforma, significa e ressignifica, pois sua habitação não é própria, ela é coletiva.

Keen (2012) e London (2014) não estão errados em seus pensamentos, apenas estão olhando de forma unilateral, buscando de alguma forma ultrapassar a era digital e seus infortúnios. Mas o trajeto ainda é inicial e apesar das grandes consequências negativas colhidas até agora, ainda há possibilidades de recolocar o coletivo em primazia e influenciar os rumos do ciberespaço, principalmente por meio de uma inteligência coletiva, de uma linguagem articulada.

Segundo Lévy (2015) a inteligência coletiva se constitui de um projeto que implica uma tecnologia, uma economia, uma política e uma ética, pois tudo repousa na flexibilidade e vitalidade de nossas redes de produção, comércio e troca de saberes. Ele é ético, estético, tecnológico e organizacional. “É uma inteligência

distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 2015, p.29).

Nesse sentido, a inteligência coletiva abrange capacidades cognitivas, técnicas, habilidades e conhecimentos dos sujeitos de forma individual, mas que só agregam valor quando unidos em uma coletividade, gerando uma rede informacional, por meio do enriquecimento mútuo no conhecimento das pessoas. É assim uma inteligência onipresente, pois é compartilhada por todos, habitantes de todos os lugares do globo, coordenada e avaliada em tempo real, conduzindo a uma mobilização efetiva de habilidades e competências, pois não há um sujeito que sabe tudo, mas sujeitos individuais que sabem algo, agrupando-se em um engajamento coletivo, subjetivo e social. É nesse ambiente cibercultural internacional de sujeitos coletivos, segundo o autor, que se darão os surgimentos e redefinições constantes das identidades distribuídas e singulares.

A inteligência coletiva vem proporcionar o que as redes sociais ambientadas no ciberespaço estavam por ameaçar: a relação com o outro, o conhecer o outro. Na ultramodernidade dominada pelo poder do tempo, como falamos anteriormente, o conhecer o outro é algo que está a cada dia tornando-se insignificante. Quando falamos em conhecer o outro, falamos de relações significantes, de interações humanas que agregam valor ao sujeito e o distanciam da solidão, trazendo-os de volta a suas origens sociais, aos laços afetivos e valoração do sujeito para com o outro e com que o outro tem a oferecer em informação e conhecimento, em um ciclo de aprendizagem permanente.

Não estamos em uma sociedade do conhecimento, mas em uma sociedade do humano (LÉVY, 2015). Ousado, no mínimo essa informação, porém compreensível pela valorização do sujeito ao qual o autor objetiva levar em sua obra, deixando de lado determinismos tecnológicos. Desse modo,

O setor do futuro da produção antrópica caminha sobre duas pernas indissociáveis: a cultura das qualidades humanas – especialmente as competências – e a administração de uma sociedade na qual se possa viver. É como se o ser humano, em toda sua extensão e variedade, voltasse a se tornar matéria-prima. Ora defendemos aqui que a inteligência coletiva se imponha como produto acabado por excelência. [...] É por isso que a transmissão, a educação, a integração, a reorganização do laço social deverão deixar de ser atividades separadas. Devem realizar-se do todo da sociedade para si mesma, e potencialmente de qualquer ponto que seja de um social móvel a qualquer outro, sem canalização prévia, sem passar por qualquer órgão especializado (LÉVY, 2015, p.46).

Compreendemos que a inteligência coletiva na cibercultura busca a diferença, o outro, a alteridade, a multiplicidade, a diversidade, a inventividade, a heterogeneidade e a indeterminação nas relações intersubjetivas e transculturais, valorizando o sujeito e sua subjetividade, mas acima de tudo, valorizando o coletivo plural de singularidades, indo contra a corrente da desterritorialização a qual muitas vezes gera exclusões e rompe laços sociais, ou os impede de florescer.

Entretanto, a valorização do humano, e uma sociedade e economia voltadas a ele necessitam de instrumentos (conceitos, métodos e técnicas) para tornar-se praticável e não ser apenas uma questão meramente utópica. Dentre as principais fontes para a prospecção da inteligência coletiva encontram-se as técnicas moleculares digitais (diferenciando-se das técnicas molares) graças a um controle total de sua microestrutura. Assim, para Lévy (2015) o tratamento molecular da informação abre um ciberespaço que interconecta virtualmente todas as mensagens digitais, generalizando as interações em tempo real, permitindo conceber formas de organização socioeconômicas centradas na inteligência coletiva e na valorização do sujeito, pois um grupo molecular não tem necessidade de uma mediação transcendente para se unir.

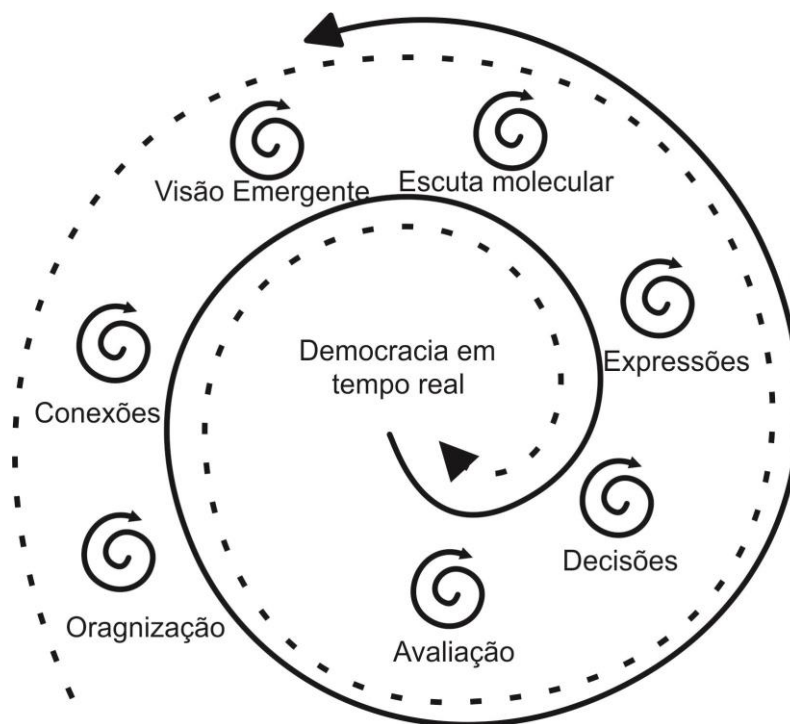
Por meio das técnicas moleculares, incluindo uma política molecular, Lévy (2015) propõe uma cidade inteligente, ambiente de uma ágora virtual, com intuito de experimentar as capacidades de aprendizado cooperativo, de urdidura e reconstituição do laço social de que dispõem os dispositivos de comunicação digital e molecular.

Esse pensamento contradiz as linhas de raciocínio de autores como Keen (2012) e London (2014), pois proporcionam ver a informática, incluindo as redes sociais, pelo seu uso social, fornecendo aos grupos sociais meios de reunir forças mentais coletivas para construir coletivos inteligentes, pensando no ciberespaço como um serviço público, destinado ao engrandecimento humano e não a sua individualização, diminuição e desorientação.

Na perspectiva de Lévy (2015) esse espaço público e democrático apoia-se em um dispositivo pós-midiático, uma rede de comunicação molecular sobre as práticas positivas, os recursos, os projetos, os saberes e as ideias. Na figura abaixo (figura 8) podemos vislumbrar melhor como se daria a dinâmica nas cidades inteligentes de Pierre Lévy, a qual modificamos e inserimos um ciclo inverso para

melhor vislumbre do ciclo continuo no qual se constitui a dinâmica das cidades constituintes da inteligência coletiva.

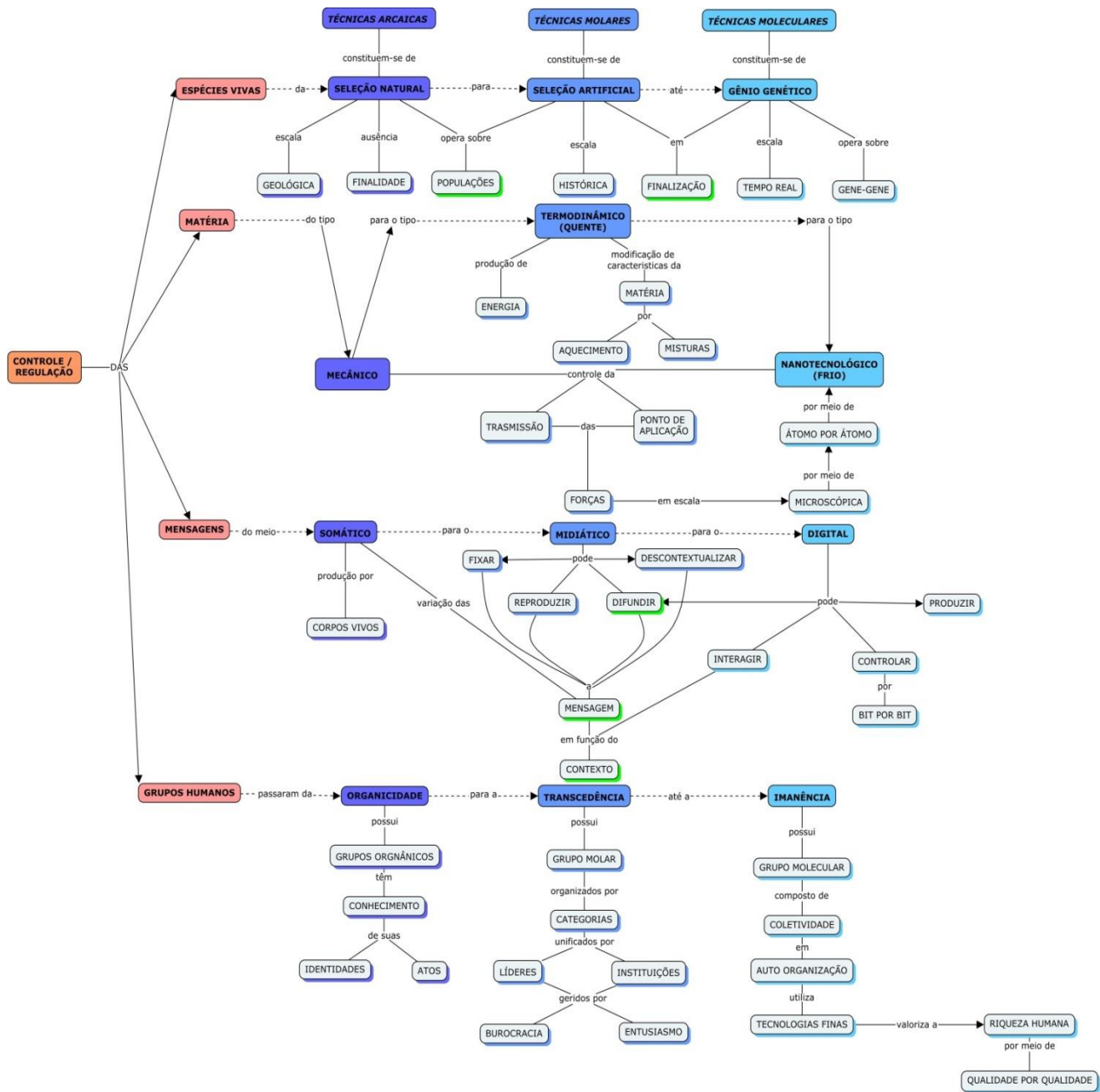
FIGURA 8 – Dinâmica das cidades inteligentes



Fonte: Adaptado de Lévy (2015)

Esse ciclo passa por a escuta do outro, a expressão de seus problemas, as decisões sobre como agir e a avaliação dos objetos. Por fora do ciclo, mas de forma contínua gira a organização, constituída de atribuições de funções divisão e reagrupamento de tarefas, favorecendo a conexão e cooperação transversal entre os sujeitos, emergindo interações e proporcionando uma nova visão, criando novos atratores.

No mapa conceitual abaixo (figura 9) evidenciamos a leitura de Lévy (2015) sobre as evoluções técnicas que possibilitaram a prospecção de uma inteligência coletiva. Decidimos por apresentar os conceitos na forma de mapa conceitual para demonstrar com maior nitidez os laços construídos no decorrer dos anos, até o momento na ultramodernidade que nos permite pensar em uma cidade inteligente com técnicas moleculares que visem captar dos sujeitos suas melhores contribuições para a vida em sociedade.

FIGURA 9 - As grandes evoluções tecnológicas

Fonte: Elaborado a partir de Lévy (2015)

O autor traz à luz um exemplo pertinente a essa pesquisa, que são as imagens proporcionadas pelo ciclo das cidades inteligentes: as imagens virtuais. Por sua disponibilidade de serem exploradas e desenvolvidas de um modo hipertextual, ao mesmo tempo em que inscrevem expressões dos indivíduos nos coletivos, permite a cada sujeito ou grupo social integrar uma visão comum do conjunto. Uma visão unificante da diversidade por meio de imagens ambientadas ou criadas em meio virtual.

A utilização da imagem por meio da inteligência coletiva é um dos meios pelo qual vislumbramos o avançar do patrimônio cultural em meio digital, por meio de sensações e significações partilhadas, desenvolvendo e agregando valor as inteligências e imaginações coletivas.

A hibridação cultural, já anunciada por Canclini (2001) irá para Lévy (2014) alcançar as técnicas e os meios de comunicação de massa “clássicos”, como o telefone, o cinema, a televisão, os livros, os jornais e os museus nos próximos anos. Podemos já afirmar o pensamento dos autores e confirmar que esse tempo já chegou. Assim, Lévy (2014) acertou ao afirmar que o ciberespaço pode ser portador de cultura, de beleza de espírito e de saber, como um templo grego, uma catedral gótica ou um palácio florentino. O bezerro de ouro trazido por Keen (2012) que não nos deixe negar.

“A inteligência coletiva só tem início com a cultura e cresce com ela”, como já nos dizia Lévy (2015, p.31). A cultura, nesse sentido abordado pelo autor, corrobora com o sentido de cultura que apresentamos pelos pensamentos de Geertz (1978), Canclini (2001) e Cuche (2003), onde os signos significantes moldam e são moldados pelo ser humano, não sendo estáticos nem predeterminados. Assim, Lévy (2015) ao dizer que por meio da transmissão, invenção e esquecimento, o patrimônio comum passa pela responsabilidade de todos, nos permite guiar nossa tese pelos campos do patrimônio cultural digital que ainda não possui delimitação clara, mas tem forte tendência a se frutificar por meio da inteligência coletiva proporcionada pela cibercultura no ciberespaço, proporcionando a construção de uma memória social, mesmo que no ambiente efêmero da cibercultura.

A memória é o elo essencial entre nossos conceitos teóricos, pois perpassa o patrimônio, a informação, a cultura e principalmente a identidade. Nesse sentido, é preciso discutir os quadros da memória social na CI e as identidades socioculturais contemporâneas impactadas devido às mudanças impostas pelo ambiente digital.

6 RELEVOS DICOTOMICOS NA MEMÓRIA SOCIAL – CULTURA, PATRIMÔNIO, INFORMAÇÃO E IDENTIDADE

Quando o interesse diminui, com a memória ocorre o mesmo.

Johann Goethe

Traçar diálogos com a memória é um caminho percorrido desde os séculos passados. A memória já foi endeusada, por meio da figura de *Mnemonise*, uma deusa poderosa, mãe das musas e constituinte das seis Titanidades. E, se a Memória era uma Deusa, o esquecimento também o era, por meio da personificação de *Léthê*. *Mnemosine* mantém uma relação com *Léthê* de veneno e cura, pois apresenta em si o antidoto para o esquecimento oferecido por *Léthê*, oferecendo a quem beber da fonte da memória, localizada no centro do rio de *Léthê*, saborear da imortalidade. As histórias de ambas as divindades e suas áureas à ciência.

Ao alcançar o campo científico, a memória, por meio de uma permanente dialética com o esquecimento, tornou-se objeto de interesse e estudo por várias áreas científicas, em segmentos e áreas da saúde, exatas e humanas. Sendo a própria ciência constituída de um processo memorialístico, efetuando atualizações constantes. Nas Ciências da saúde muitos estudos vieram a envolver a memória e a capacidade humana de retê-las, tomando por consideração que quando ocorre uma deficiência nesse determinado setor cerebral, gerar novas ideias e tomar decisões torna-se uma tarefa árdua, sendo a memória a base do conhecimento e facilitador das capacidades humanas, posto que a relação entre inteligência e memória seja intrínseca (LE GOFF, 2003).

A memória é dominante comum da constituição e na formação do ser humano, como existência em si e no outro, em sociedade, uma herança. Na consagração do tempo, ela evoca o contínuo. Assim, no decorrer dos séculos, diferentes áreas científicas e seus estudiosos, notaram a importância dessa habilidade primordial à natureza humana, ainda que não exclusiva, e começaram a estudar o conceito em diversos campos do conhecimento, como a neurociência e seus estudos sobre a aprendizagem significativa, ou ainda a psicologia e seus estudos comportamentais originados das atividades mentais com relação à memória.

Pensem que para proscrever o sujeito de si, nada mais bastaria além de extrair-se lhe a memória, torna-lo uma página em branco, extraíndo de seu cerne

seu passado e sua cultura, anulando a possibilidade da continuidade de um futuro por consequência ou planejamento. Isso nos difere dos animais irracionais, por exemplo, os quais nascem e existem, apenas, pois

o tigre de hoje tem que ser tigre como se jamais houvesse existido tigre algum: não tira proveito das experiências milenares por que passaram seus semelhantes no profundo fragor das selvas. Todo tigre é um primeiro tigre; deve começar desde o princípio sua profissão de tigre. Mas o homem de hoje não começa sendo um homem, mas, ao contrário, herda as formas de existência, as ideias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.30).

Somos, assim, sujeitos dotados de memória, as quais nós moldamos e ela nos molda em retorno. Sua constituição não é mais do que fragmentos dispersos, por vezes sem nexos aparentes, absurdos e submissos aos caprichos da reminiscência, participantes do jogo entre lembrança e esquecimento, fugitiva, mas que nos marca como tatuagens, exprimindo uma habitação ou coabitação, estabelecendo um “eu-pele” (LINS, 2000, p.9) e efêmera. Mesmo no século XXI, ainda possuímos cordas nas mãos de deusas gregas.

Lins (2000) nos lembra de que as memórias nos enlaçam pelos sabores, pelo olfato, sendo escritas nas continuidades e nas rupturas de vínculos familiares, amorosos e sociais, nas formas, transmitindo, segundo Bourdieu (2000) conteúdos de distinção e herança. Mas, um dos motivos que torna a memória tão apreciada e discutida nos tempos modernos, é porque ela já não existe mais (NORA, 1993), pelo menos não da forma como nossos antepassados a concebiam. Todas as práticas, iniciativas e “lugares de memória”²² surgem porque os homens da memória já não se fazem mais suficientes, visto que se ainda habitássemos em nossa memória, não teríamos nenhuma necessidade de lhe consagrar lugares (NORA, 1993). Nora, apesar de sua visão saudosista, de sua argumentação conservadora e da visão construída da memória, traz à atenção a necessidade de lembrar e de preservar.

²² O termo *lugares de memória* foi cunhado para Pierre Nora para se referir aos lugares, em todos os sentidos do termo, que vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, podendo tratar-se de um monumento, de uma estátua ou pintura, de um museu, de arquivos, bem como de um símbolo, de um evento ou de uma instituição. Porém, nem tudo se caracteriza como lugar de memória, pois para isso deve possuir uma “vontade de memória”, deve ter na sua origem uma intenção memorialista. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. de 1993.

Mas, existe memória. Ela vive e revive informações e conhecimentos todos os dias, de formas variadas. Com isso, no decorrer dos anos desambiguações ocorreram e contribuíram para a origem das classificações da memória, e para cada classificação, uma definição. Conceitos por vezes convergentes, por vezes divergentes, por vezes até aniquilantes (CORNELSEN; MIRANDA, 2013), dentre eles: memória individual; memória coletiva; memória de enquadramento; memória social, memória cultural, memória genética, memória emergente, etc.

Tendo como premissa a afirmação de Le Goff (2003, p. 419) que “o conceito de memória é crucial”, a memória da qual nos apropriamos na presente pesquisa é aquela do entendimento de Diehl (2002, p. 121): “uma representação daquelas experiências vividas por homens numa dimensão social”, isto é, a memória social, a qual se encontra representada nos patrimônios culturais digitais, com ênfase em uma visão da memória como processo, que vai além da dialética entre individual e coletiva, e que deve ser preservada.

Podemos verificar a memória como processo também em autores como Bergson (2006), o qual bem nos lembra que,

[...] o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também [...] é o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro [...] Nem os nervos nem os centros nervosos podem, portanto condicionar a imagem do universo. (BERGSON, 2006, p. 13-14).

É assim um processo ininterrupto entre ser humano, matéria e sociedade. Ainda segundo o autor (2006) a memória é um elemento que está sempre e integralmente presente, mas sob o modo da virtualidade. A memória é companheiro de vida, atualizando-se em função das exigências da ação do sujeito na sociedade.

Assim, tendo a memória como processo, nos fundamentamos nas pesquisas de alguns autores da área de Ciência da Informação, os quais contribuíram com importantes estudos, principalmente no que se refere à memória caracterizada como recurso social e econômico voltada à construção do presente, possibilitando desenvolvimento e avanço social com forte associação ao elemento da informação. Isso em muito se deu pelo fato de o tema da memória encontrar-se na base do próprio surgimento da CI, onde, conforme Pinheiro (2004, p.16), a Ciência da Informação tem uma dupla raiz, tendo de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Para a autora, na primeira o foco é o registro do

conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador. Para Monteiro, Carelli e Pickler (2006) devido a esse foco da área, ao tratar a memória como instrumento capaz de salvaguardar o passado com visão para o futuro, a preservação se apresenta como a categoria mais utilizada pela Ciência da Informação no tocante à compreensão do objeto memória, o que deve continuar a se perpetuar considerando a nova realidade cibercultural que se impõe socialmente.

Galindo (2010) corrobora com essa visão quando afirma que devido a o estudo da memória na área se desvencilhar da natureza que a agrega ao sentido de pretérito e associar-se ao senso de matéria corrente e de futuro de modo agregado ao conceito de informação como recurso ou como matéria, revela-se então uma fronteira ainda pouco explorada para a memória como matéria-prima a serviço do desenvolvimento, voltados a uma visão do presente e futuro, com grande ênfase na preservação. Para Pinto (2009) essa preservação da qual sempre se ocupou a área da Ciência da Informação, é ainda mais essencial quando levado em consideração o ambiente virtual no qual se encontra o objeto de estudo primordial da CI.

Com base nessa relação, entre memória e informação, este estudo se motiva e harmoniza sua fundamentação por meio de uma visão semiótica, caracterizada pela propriedade da convertibilidade recíproca entre sistemas significantes. Considera-se assim, a informação como signo, composta de símbolos significantes em uma relação de interpretação com seu objeto, seja por hábito ou convenção.

Essa visão semiótica da Informação, apoiada em estudos de Oliveira (2009; 2011) mantém uma relação concreta com a interpretação das culturas defendida por Geertz (1978) e com a visão de memória tomada por Diehl (2002). Sendo assim, tomamos a memória como um

conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência, visto que a memória possui contextualidade [...] A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade (AZEVEDO NETTO, 2008, p.12).

É a partir e com esse entendimento que traçamos a teia de conceitos os quais envolvem a memória social e fundamentam esta pesquisa, com base em autores clássicos, como Jaques Le Goff, Pierre Nora e Maurice Halbwachs, que influenciaram a construção do entendimento da memória como processo dentro e fora da Ciência da Informação nos autores contemporâneos adotados nessa pesquisa, como Jô Gondar, Vera Dodebei, Marcos Galindo e Azevedo Netto.

Nas abordagens sobre a temática da memória, é notável o uso alternado dos termos memória coletiva e memória social por autores, ora sem diferenciação, ora como distintas, mas observa-se a preferência dos teóricos clássicos, como Halbwachs e Le Goff, pelo termo memória coletiva, embora tenham perspectivas teóricas conceituais diferentes no que se refere à aplicação de ambos os conceitos.

A visão de Émile Durkheim, influenciador do pensamento de Halbwachs, sobre a diferenciação que exemplifica as diferenças e os laços existentes entre os conceitos de memória social e memória coletiva, pode ser verificado no pensamento de Catrosa (2001, p.6):

na tradição durkheimiana, eles [conceitos memória social e memória coletiva] carregam a distinção entre sociedade e sociedades: enquanto a primeira se supõe ser uma criação social espontânea e eterna, a segunda refere-se ao modo concreto e histórico como os vários grupos constroem e transmitem o passado comum. Deste modo, as memórias coletivas com as suas pluralidades muitas vezes irreduzíveis, inscrevem-se na memória social, fundo matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a gênese de novas memórias coletivas e históricas.

Para outro autor clássico como Le Goff (2003), prefere reservar o termo memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita se fez instaurada. Ou seja, para o autor a memória coletiva pode tornar-se memória social, por meio da memória ligada ao documento. Diante dessa visão social determinista de Halbwachs, que condiciona o sujeito a decisões unicamente coletivas, ou da visão evolucionista entre sociedades sem e com escrita, o conceito de memória social apoiado em Gondar (2005), corroborados por Abreu (2005) e Dodebei (2005), autores que se aproximam da linha de pensamento de Foucault (diferentemente da Halbwachs que funda suas influências em Durkheim), se faz mais imperativo de utilização nesta pesquisa, cabendo diferenciação do conceito de memória coletiva. Ambos os conceitos corroboram com a premissa de que todos os grupos sociais constroem memórias coletivas, sendo

tais memórias essenciais à manutenção do sentimento de identidade. Além disso, concordam que a prática social é o molde fundador da memória coletiva a ser conduzida para as construções de outras memórias. Cabe a diferenciação na medida em que a visão social da memória não entende a memória individual como subjugada pela coletiva, mas defende uma coesão social, onde ambas mantêm uma correlação essencial, dialógica e aditiva, além de outras particularidades que serão discutidas mais adiante.

Nesse sentido, a visão da memória social, não busca eliminar definições anteriores, mas sim, como conceito transdisciplinar que o é, pretende abranger os novos problemas impostos pela ultramodernidade, os quais não se bastavam com os conceitos já existentes e concebidos.

Nessa pesquisa em específico, estudaremos o laço da memória social com a cultura, o patrimônio, informação e a identidade. São dicotomias relacionais que se interdependem e se interpelam. A primeira dicotomia, a cultura, basilar e englobante do nosso tema de pesquisa, tomamos como insumo da memória, onde as significações construídas contribuem para sua formação. A segunda dicotomia é a relação entre memória e patrimônio o qual defendemos como uma representação responsável pela preservação da memória, tornando a memória menos efêmera, por suas características intrínsecas. A terceira dicotomia apresenta-se pela informação, que é o princípio e a continuação memorialística. Por último, é analisada a dicotomia entre memória e identidade, sendo essa última uma das finalidades da memória e diretamente associada à memória social de uma coletividade, que busca seu elo de coexistência.

Destarte, fica visível nesse ponto a escolha estrutural na construção do nosso referencial teórico, o qual busca como objetivo principal realizar uma análise das trajetórias e transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital na Ciência da Informação, tratando, ainda, de constatar as mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade.

São aspectos complexos envolvendo a memória e os patrimônios culturais. Contudo, segundo Le Goff (2003) sempre envolverá tais complexidades, posto que seja um processo inacabado, sempre em mutação, encontrando-se na subjetivação das identidades sociais e entrelaçada em uma emaranhada teia de outros conceitos relacionados que envolvem os aspectos sociais, visto que como

fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou ausência da escrita e é objeto de atenção do Estado, que para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumentos, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político. Trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (LE GOFF, 2003, p.419).

Apropriação essa completamente contextual, na qual se reflete na visão de cultura referenciada nesta pesquisa, a qual considera a apreensão de significados e sua apropriação no tempo e espaço como o modo fundamental o qual as civilizações dispõem para escreverem sua história. O que reflete diretamente a mudança significativa na qual as memórias e as identidades são afetadas quando o paradigma cultural torna-se virtual.

Culturalmente, a memória moldou os sujeitos e suas relações sociais, religiosas, políticas, emocionais e intelectuais. Intelectualmente, para Galindo (2012), ocasionalmente, quando cientificamente foi comprovada a incapacidade humana de armazenar grandes quantitativos informacionais naturalmente, isso exigiu uma demanda por artefatos extracorpóreos que proporcionassem ao ser pensante um auxílio às atividades de salvaguarda dessas suas informações. Surgem assim às primeiras expressões das tecnologias, como as mnemotécnicas, a escrita e posteriormente seus aprimoramentos nos suportes virtuais, que segundo Galindo (2012, p.230), nada mais são que a “capacidade de aplicar um conhecimento armazenado culturalmente com o objetivo de criar ou redefinir um artefato ou modo de se relacionar com o meio”.

Para Fragoso (2009), a memória constitui-se dos elementos tempo, espaço e movimento, onde para Diehl (2002) o tempo configura-se como a força de corrosão, o espaço como o lócus da experiência da “rememorização” e o movimento como a estrutura simbólica da cultura. Logo, a estrutura simbólica da cultura nada mais é que o próprio movimento da memória (FRAGOSO, 2009).

Esse pensamento é corroborado por Peralta (2007) o qual afirma que por ser a memória um campo social, não é suficiente tomar a memória apenas por instrumentos político-ideológicos, sendo também a memória um sistema cultural - sendo a cultura, para as Ciências Sociais, uma dimensão simbólica de todos os processos sociais. Sua atribuição de significados construídos ao longo dos anos torna a relação entre passado e presente mais complexa no que se refere às

negociações e contestações. Tem-se a memória como um sistema de representação que permite ao passado criar quadros significativos no presente, através de um diálogo entre lembrar e esquecer. Tal pensamento faz referência à abordagem hermenêutica da memória, onde o passado além de refletir no presente, fornece um quadro referencial para a interpretação do mundo.

A cultura, sendo a segunda dicotomia, neste sentido, torna-se insumo da memória, pois cultura é memória, como dizia Yuri Lotman na interpretação de Von Simson (2006, p. 2):

pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Para Lotman (1996 apud VON SIMSON, 2006), a cultura é assim definida como a própria memória que em tudo depende do poder de seleção dos indivíduos sociais, quanto ao que deve ser guardado ou esquecido, poder este proporcionado pela cultura. Fragoso (2009, p.34) ao analisar tal relação, faz um jogo de sentidos ao inverter o sujeito pelo predicativo, na oração “cultura é memória”, formando memória é cultura, e questiona se dessa inversão “pode-se construir um argumento por silogismo hipotético: se cultura é memória, memória é cultura, logo, memória e cultura seriam a mesma coisa?” Para a autora, enquanto esfera relacionada à recuperação dos fatos, coisas ou sentimentos do passado, “a memória se aproxima da cultura, mas enquanto esfera dinâmica da vida presente, com suas “idiossincrasias”, a cultura extrapola a esfera da memória, o que leva a considerá-las distintas, mas profundamente imbricadas”. Abrahão (2010) corrobora a este pensamento ao afirmar que a preservação da memória científica, por exemplo, já é por si própria, uma importante atividade cultural.

É por meio dessa visão que se considera a contextualidade existente na memória e suas significações históricas, obtidas em sua representação pela cultura. Posto isso, para Fragoso (2009) a memória poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras se ela for transformada em fonte histórica, visto que a memória se relacione com a cultura e a história em contextualidade (tempo e espaço) e em continuidade (movimento). Para a referida autora, tempo, espaço e movimento são variáveis comuns à memória, à cultura e à

história, variáveis que se colocam na interligação entre presente-passado-futuro, de modo tridimensional. Quanto à memória,

possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. [...] Pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciência do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p. 116).

Desse modo, a memória submerge no passado e pode trazer dele, modos de vida que por ocasião já não sobrevivem, pois é a memória que possibilita desvendar a evolução da cultura de uma sociedade. Encontramos, neste ponto, um grande “poder” memorialístico nos estudos sociais da cultura. Contudo, devemos distinguir memória de história.

Apesar de apresentarem uma relação de interdependência e aproximação de suas funções, para Nora (1993, p. 9) tudo opõe uma à outra, visto que

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado. [...] A história, operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une [...] A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às comunidades temporais [...] A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Von Simson (2006, p. 1) define memória como “a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.)”, os objetos aos quais também se atualizam na era digital e nomeamos de objetos digitais. Esta noção de memória é própria da memória individual e também da coletiva, posto que a individual contenha aspectos da memória do grupo social no qual esse sujeito foi socializado.

São os suportes empíricos, utilizados como meios de transmissão da memória, os quais evocam e se vinculam ao conceito de patrimônio, sendo um

modo de preservação da memória, segundo pareamento conceitual, e interesse principal dessa pesquisa, posto que seja a memória a razão da existência e permanência do patrimônio, inicialmente associado ao sentimento nacional, constituído sob a intenção de preservação da memória nacional. Nesse sentido, o patrimônio foi criado para a memória. Não haveria sentido em categorizar algo como patrimonial se não fosse pela essência memorialística que evoca.

Destarte, essa pesquisa possui a hipótese de que (re)apropriações que ocorrem com o conceito de Patrimônio Cultural infligem diretamente nas mudanças dos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais ultramodernos, tornando-se necessário estudar sobre tais transformações, tomando como base a informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, e terceira dualidade aqui analisada.

Todavia, retomando aos suportes empíricos, Ferreira (1995) nos lembra de a cultura e a memória não podem ser classificadas como um depósito informacional, mas sim como um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica, decodifica mensagens, traduzindo-as a outro sistema de signos e as perpetuando. Cultura e memória nesse sentido são abordadas como informação, princípio e continuação da memória, visão esta compartilhada por Costa (2006, p.17), onde

a informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões [conservadas], ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços que constituem o que, convencionalmente, chamamos memória. A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. [...] Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico.

Para Azevedo Netto (2007), a memória é operacional e participa tanto da estocagem da informação quanto de seu tratamento, no limiar de que as informações são produções de significados socialmente aceitos. Pensamento que corrobora com Le Goff (2003), onde no momento em que determinadas informações referentes ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como o intuito de dar um sentido de compartilhamento de passados, pode-se visualizar a

relação entre a informação e a memória, percebidas na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos, marcos e testemunhos. Assim, a memória resulta de ações agenciadas no interior das práticas culturais, onde os dispositivos de criação, regulação e afirmação da informação presente no passado, tendo em vista a informação como dispositivo, tem por função a criação de significados semânticos e representacionais (TAVARES; LOUREIRO; MEDEIROS, 2015)

É apenas no Século XX que o mundo é concebido como espaço relacional entre memória e informação, onde os aspectos materiais dos objetos criados socialmente entram em disputa. (DODEBEI, 2010). Disputas que ainda hoje ocorre pelas memórias de pedra, papel, digital. Estoque informacional, artificial e material da memória.

Essas disputas são, para Le Goff (2003) desde a segunda metade do século XX, parte da evolução das sociedades, elucidando a importância do papel que a memória social vem desempenhando, pois faz parte das grandes questões sociais, tanto das nações desenvolvidas, como das em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder, pela sobrevivência, pela promoção e pelo não esquecimento, desempenhando papel crucial nas identidades e nas metamorfoses que as identidades vêm desenvolvendo no cerne da sociedade contemporânea, dominada pelo aglomerado digital. Essa questão merece melhor delineamento no que se refere aos objetivos dessa pesquisa.

6.1 MEMÓRIA SOCIAL E AS IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

A memória social é por si só, um fenômeno construído e seletivo, tanto conscientemente como de maneira inconsciente (POLLAK, 1992). A constituição da memória social de uma nação, por exemplo, varia de acordo com os objetivos prevaletentes no momento, marcos, acontecimentos, dentre outras razões.

Dentre as peculiaridades de objetivos, encontra-se a influência política nos assuntos mnemônicos. Com a valorização da memória, foi natural o interesse em manipular o passado para a criação de uma memória oficial que unisse os indivíduos, ambientando uma contestação de diferentes visões. Cabe, neste ponto,

notar a relação intrínseca entre memória, patrimônio e identidade, pois por muito tempo o patrimônio foi manipulado para esquecer ou recordar algum poder ou governo até então prevalecente, ou construir um símbolo memorialístico unificador, infligindo de forma direta nas identidades sociais. Podemos considerar assim que as políticas e suas relações com a memória recordam dois aspectos puramente sociais, a negociação e o conflito, cabendo ressaltar a instrumentalidade da memória.

Quando falamos do patrimônio cultural e material (palpável), costumamos falar da memória menos efêmera, aquela que ao tanger o patrimônio ali representado, emerge a memória, trazendo à margem as identidades dos sujeitos que se mesclam ao apropriar o patrimônio e sua memória. Queremos continuar acreditando que os bens tombados, ou registrados ainda podem ser capazes de fazer isso em um futuro. Mas questionar como estão nossas instituições de memória e as políticas estaduais, governamentais e até mundiais é imperativo. Quando relacionamos a memória ao patrimônio cultural digital, a efemeridade corre pelos dedos, bem como as identidades sociais, terceira dualidade conceitual abordada nessa pesquisa e fundamental ao nosso objetivo central de constatar as mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade.

Peralta (2007) afirma que desde o final do século XIX e início do século XX, registros comprovam que houve uma verdadeira e autêntica obsessão pelo trabalho com a memória social, e acreditamos que com influência permanente em sua relação com a identidade. Afirmamos isso seguindo o pensamento do autor, o qual caracteriza a memória social como um sistema de organização e mediação cultural do ato de recordar. São vários passados em comum que fazem referência com lembranças individuais de fácil entendimento por um grupo, criando um elo identitário (PERALTA, 2007).

É possível afirmar, dentro dessa análise social da memória que os conceitos de memória e identidade caminham juntos dentro dos aspectos sociais e culturais da sociedade, pois,

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2003).

Moraes (2000) considera que a memória possui em si um sentido de plural e é uma expressão partilhada de um sentimento e modo de se compreender e se relacionar. Sendo assim, a memória social é uma articuladora e produtora de identidades sociais.

Esses pensamentos nos levam a considerar que tal obsessão pela memória entre o final do século XIX e começo do XX está diretamente relacionada às duas Grandes Guerras, onde as perdas patrimoniais, culturais, memoriais, sociais e de identidade, foram sentidas por todas as nações envolvidas, mas também alcançando as nações de todo o mundo. Tal desenrolar histórico acarretou em uma busca incessante pela recuperação do passado, com objetivo de entender o presente e planejar o futuro. Mas a recuperação nunca é total.

Afirmamos isso, pois nos remetemos à memória como fenômeno social, a qual “constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” (LE GOFF, 2003). Logo, é um processo dinâmico que se instaura no seio na memória social, onde a cultura é recriada e o quadro de significação resultante é o sustento da identidade social durante as mudanças, acarretando em impactos constantes no meio de catástrofes.

Não poderíamos deixar de destacar o importante e lastimável desastre ocorrido no dia 02 de setembro de 2018, envolvendo o Museu Nacional na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Há alguns dias da comemoração da Independência do Brasil, nos vimos presos ao esquecimento governamental. Apesar de todos os aparatos legais aos quais dispõem o patrimônio cultural material, nada evitou que 200 anos de história e cultura virassem cinzas, dissolvendo, aniquilando, extinguindo uma memória essencial à identidade brasileira. Dentre seu acervo, composto por mais de 20 milhões de itens, havia, por exemplo, o crânio da primeira mulher brasileira. Resgatar foi o que sobrou. Mas não se resgata a memória, memórias são fragmentos que devem ser salvaguardados e disseminados, mas jamais devem chegar ao ponto de serem resgatadas.

Quando falamos que nada evitou o desastre apesar de todos os aparatos legais, devemos deixar evidente que o Museu Nacional era declarado como bem patrimonial e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois havia a consciência de que naquele museu havia memória social essencial à identidade brasileira. Não apenas sua arquitetura, mas seu acervo. Mas nada foi feito, nem mesmo quando o fogo já consumia suas estruturas, os bombeiros

foram capazes de diminuir os estragos, em um episódio lastimável de falta de água suficiente para tanto, agregado ao alto poder inflamatório que o acervo possuía. Memórias foram esquecidas. Recuperações arquitetônicas e, quem sabe, alguns itens consigam ser restaurados. Mas serão novas memórias. O patrimônio não conseguiu segurar a memória, ela vazou além dos limites permitidos. Isso, irremediavelmente influi nas identidades contemporâneas.

Corroborando com esses pensamentos, Pollak (1992) já evidenciava tal relação, através de estudos na área de psicologia social, e afirma que, quando ocorre uma forte ruptura no sentimento de identidade, edificado pela memória social ou de continuidade, é possível observar a ocorrência de fenômenos socialmente patológicos. Assim, a memória, por ser elemento constituinte da identidade, é fundamental para o indivíduo ou o grupo constituírem-se ou reconstruírem-se.

Mas, na medida contrária, se a memória social de um grupo e sua identidade estão em harmonia, ou seja, quando não existem problemas quanto à instituição da memória, sua perpetuação e sua aceitação, a sociedade dificilmente sofre de problemas identitários e patológicos. Não há flutuações de poder influenciando sobre o que deve ou não constituir a memória, pois a sociedade tem em mente o que é importante perpetuar e o que os identifica como nação. Assim,

quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. Se compararmos, por exemplo, países de antiga tradição nacional, países que são Estados nacionais há muitos séculos, com Estados nacionais recentes, veremos que a preocupação com a identidade e a memória toma feições bem diferentes nos dois casos. Poderíamos tomar como objeto de análise a correlação, em períodos de longa duração, entre a reorganização das relações entre países em momentos de crise ou de guerra, e a crise da memória e do sentimento de identidade coletiva que frequentemente precede, acompanha ou sucede esses momentos (POLLAK, p. 7, 1992).

Como reflexão desse pensamento do autor, levando em consideração o que até o momento debatemos, podemos fazer algumas considerações no que se refere à memória e as identidades contemporâneas e suas mudanças impostas pelo ambiente virtual.

Iniciemos com a certeza de que nossa memória e identidade não estão trabalhando por si só, ou melhor, talvez estejam. Tão sós que o abandono memorialístico nacional ocasional o sinistro de mais 15 mil anos preservados em um museu de 200 anos, o qual mesmo tombado pelos órgãos de poder, não havia

atento à suas necessidades. Logo, não nos encontramos em um período de calma, estamos em um período turbulento, com grandes crises de patologias identitárias. Recuperar não é o suficiente. Candau (2016) já nos dizia que o ponto de origem não é o suficiente para que a memória possa organizar as representações identitárias. Para o autor muito mais é preciso, como um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências (acontecimentos), pois cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado determinado nível de evocabilidade ou de memorialidade.

Essa conjuntura é agravada pela atual realidade virtual na qual nossa cultura, ou cibercultura impõe a nossa sociedade. Nossas memórias estão cada vez mais líquidas, bem como nossas identidades. Maleáveis, por vezes inexistentes. Após tantas mudanças conjunturais e catástrofes memorialísticas, poderíamos concordar plenamente com Candau (2016, p.98) quando afirma que estamos em um “tempo vazio de lembranças”. Mas devemos ir além e satisfazer o dever de memória, pois do contrário, estamos expostos ao risco não do esquecimento, o qual tem remédio pela lembrança, mas ao risco do desaparecimento. (CANDAU, 2016).

Podemos pensar como Candau (2016, p. 151) e afirmar que o tempo das tragédias, dos infortúnios é “a ocasião para se colocarem as verdadeiras perguntas”. Em nossa pesquisa há uma verdadeira pergunta, a qual infelizmente foi agravada pelos recentes acontecimentos no Brasil: Quais as mudanças nos quadros da memória social e das identidades nos ambientes socioculturais da ultramodernidade, quando levamos em conta as transformações do conceito de Patrimônio Cultural no âmbito do universo digital na Ciência da Informação?

Se as mudanças já são significativas quando postas frente ao patrimônio materializado e tombado completamente destruído, o que falar sobre as identidades sociais impactadas pela cibercultura onde os patrimônios não são cabíveis de tombamento? Como interagimos com nossas memórias em âmbito virtual e como lidamos com nosso objeto de estudo, a informação, quando atrelado aos patrimônios culturais em meio digital? Ainda há memória? Onde?

Existimos e coexistimos na ultramodernidade líquida em uma multifacetada sociedade na qual não existem mais distâncias que não possam ser percorridas em segundos e seus *bits*. Há a (re)apropriação patrimonial cultural em meio digital e ela cresce exponencialmente diariamente, em múltiplos canais, às vezes presentes em mais de um lugar. Estamos lidando com repositórios, redes colaborativas, redes

sociais, enfim, tudo que esteja conectado a rede. Logo, somos muitos, em muitos lugares. Nossas memórias são muitas e dispersas, gerando identidades múltiplas e multifacetadas, as quais não podem mais ser enquadradas em categorias pré-determinadas. Posso ser muitos em um só.

Não existe espaço para o singular, mas para singularidades heterogêneas. Identidades que pela primeira vez encontram seu lugar, pois podem ser mais de um, sem rótulo social que os segure e os amarre a convenções. Os patrimônios são vistos com olhares e identidades diversificadas em meio digital. A construção do patrimônio, segundo Candau (2016) segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades, e conseqüentemente, seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas, seus contornos são definidos ao mesmo tempo no qual as identidades colocam, sempre de modo provisório, seus referenciais e suas fronteiras. Assim, hoje o patrimônio cultural digital é menos um conteúdo que uma prática de memória.

Esse pensamento é válido tanto em práticas enraizadas patrimonialistas, como nas novas vertentes patrimoniais identificadas na cibercultura. Nossas memórias e nossas identidades estão flutuando entre o virtual e o real, sem estabelecimento estoico.

São novas configurações da memória que se estabelecem graças as mudanças nas identidades sociais, as quais não são mais cabíveis de serem classificadas em números exatos, nem em definições estabelecidas e regradas por agenciamentos autoritários. São memórias aqui e lá ao mesmo tempo, com perdas e recuperações que influenciam diretamente as identidades e os patrimônios culturais.

6.2 UMA MEMÓRIA SOCIAL CÍBRIDA

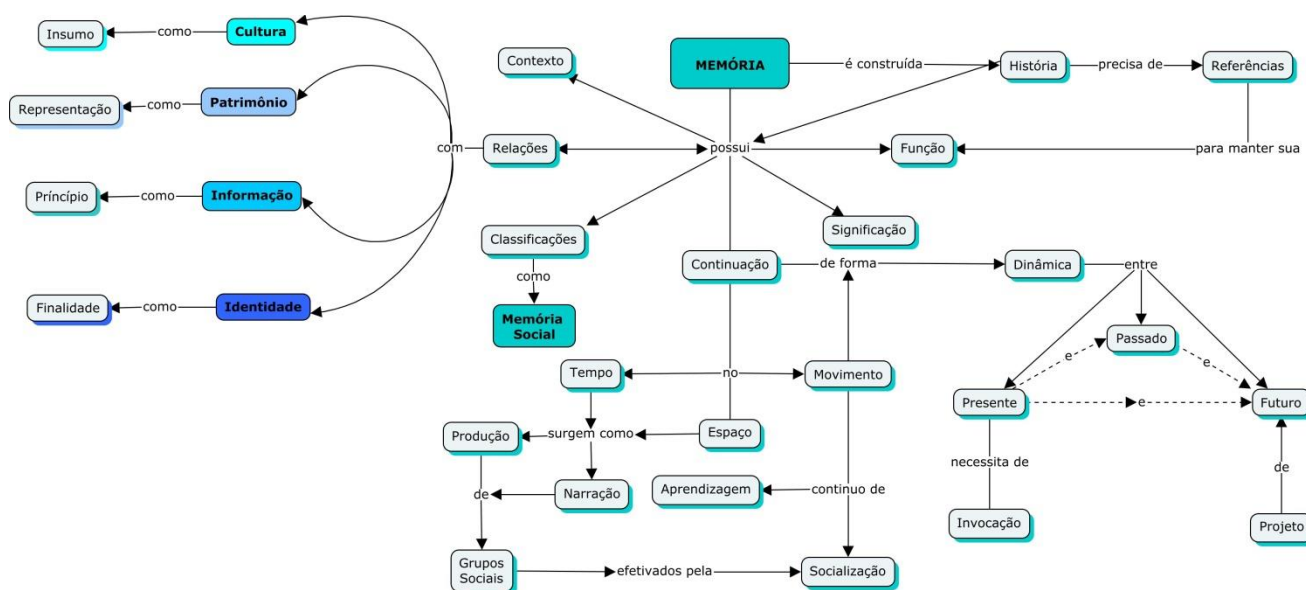
Independentemente da configuração sociocultural, a memória será sempre uma reconstrução continuamente atualizada do passado. Para Assmann (2011) a escrita sempre foi o principal *médium* da memória. Concordamos com a autora, mas sabemos que agora nossa mediação é feita por um novo tipo de escrita, na maior parte das vezes, a escrita digital.

De acordo com essas noções estabelecidas até o momento sobre a memória, podemos delimitar algumas de suas características e funções. A memória, acima de tudo, possui contextualidade, funções e significações históricas. Possui continuidade

e seu processamento se dá de forma dinâmica, carregando em si os elementos tempo, espaço e movimento. Sua natureza tem possibilidade tridimensional entre presente – passado – presente. Por ser construída em um espaço histórico, precisa de pontos de referência para manter suas funções, caracterizando-se por um movimento contínuo de aprendizagem e socialização. Possui uma relação direta com a cultura, o patrimônio, a informação e a identidade. Sendo assim, a memória é projeto de futuro, principalmente quando trabalhada na Ciência da Informação.

Assim, para Fragoso (2009), o que se vê são os três tempos da memória: passado, presente e futuro, não de forma linear, mas iniciando no presente como ponto de partida, voltando ao passado como um suporte da lembrança e ponderando no futuro como os destinos ou funções da memória. A ordem do tempo seria então: presente – passado – presente – futuro, onde o passado e o presente estarão sempre em jogo na memória a qual tem existência no presente a partir do ato de sua invocação. Logo, pode-se entender a memória como as manifestações, comemorações e representações variadas de indivíduos e grupos sociais, processadas pela evocação do passado numa contextualidade de tempo, espaço e movimento presentes, envolvendo cultura, com funções e significações históricas, que remetem à construção das identidades sociais dos indivíduos, por meio da disseminação e socialização de informações sobre seus marcos de memória.

Por meio desse jogo temporal e contextual, suas funcionalidades ocorrem de forma dinâmica no tempo e espaço como produção específica dos diferentes grupos sociais. Tal produção é como narrações que emergem dos indivíduos para a sociedade, e vice e versa. Para Bosi (1994, p.88), “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa”. Para melhor ilustrar o que até aqui delineamos sobre memória, elaboramos um mapa conceitual, como podemos ver na figura 10 (ver também apêndice E).

Figura 10: Mapa Conceitual da Constituição da Memória

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quando fazemos um elo com essa memória e a internet, temos uma potência do real, pois quase não há espaço para narrações negativas nas redes sociais. O mosaico memorial construído pelos indivíduos na rede procura a perfeição, os bons momentos, as mais extraordinárias vivências. É nesse momento que as realidades se mesclam, a real e a virtual. Os sujeitos ultramodernos são dotados de memórias, as quais segundo Domingues e Venturelli (2007) e Hamdan (2009) são cíbridas (não apenas híbridas), ou seja, *online* e *offline* ao mesmo tempo, o que torna toda a nossa realidade uma realidade também cíbrida.

Para a neurociência o real se constitui de tudo aquilo que está ao alcance dos sentidos sensoriais humanos. Partindo desse pressuposto, Hamdan (2009) afirma que os sinais elétricos, interpretados pelo cérebro humano, nos torna sujeitos cíbridos, no momento em que a realidade deixa de ser apenas o que vemos, mas tudo aquilo que o nosso cérebro afirma ser real.

Essa realidade cíbrida torna a memória ainda mais fluida, no momento em que as redes aumentam as possibilidades de modelagem memorial, de esquecimento intencional e da alteração da realidade. Henriques (2017) nos lembra que as memórias registradas, mesmo que na internet, não podem ser dissociadas de um processo ficcional, pois não há como o indivíduo recordar e registrar exatamente como aconteceu. E, se analisarmos, também não é essa a intenção das

redes. A memória é sempre seletiva, contextual e temporal. É assim, para Pêcheux (2007), um espaço móvel de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos, com suas divisões, deslocamentos e retomadas.

Entretanto, a internet revoluciona ainda mais essas memórias registradas, como nos recorda Santaella (2007), ao nos impor um novo tipo de tecnicidade, o qual traz consigo uma linguagem híbrida, próprio do ciberespaço, que continua a se modificar cotidianamente. Assim, o que constrói as memórias e as identidades na internet são as relações que os indivíduos estabelecem, influenciando na narrativa do eu e do outro. É o viés da alteridade que se faz presente. Um desencadeamento fluido acontece nesse momento. Ao modelar seus registros memoriais na internet, modelamos as memórias dos nossos amigos, que modelam as dos seus amigos. Amigos que ganham novos significados nas redes.

Escolhemos como exemplo de estudo as redes sociais, onde as memórias das são um espetáculo contínuo. Para Debord (2003), o espetáculo é ao mesmo tempo parte integrante da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Tal unificação não se dá apenas pelo conjunto de imagens, mas pela relação social entre as pessoas, mediatizada pelas imagens.

Esse pensamento justifica nossa escolha, pois estudar as redes sociais, bem como as relações dos sujeitos com o ambiente espetacular no ciberespaço se faz impetrante para analisar as memórias dos patrimônios culturais digitais que circundam a ultramodernidade.

6.3 MEMÓRIA NO INSTAGRAM?

Buscando entender como as redes relatam as práticas sociais cotidianas e como as memórias sociais dos patrimônios culturais digitais se estabelecem nessa nova configuração espetacular do *Instagram*, efetuamos uma pesquisa, por meio de um questionário com jovens e adultos com idade entre 18 e 35 anos. Esse recorte visou incluir duas gerações (Y e Z) que dialogaram com várias redes sociais no decorrer dos anos, incluindo o *Facebook*, e que vem dando preferência a rede social aqui analisada.

O questionário, do tipo misto, contou com 21 questões e foi aplicado virtualmente com usuários ativos nas redes sociais. A divulgação do questionário se deu por meio de distintas redes, de modo a não privilegiar usuários de determinadas redes sociais em detrimento de outras. Foram coletadas 130 respostas com o perfil desejado, sendo 89 indivíduos do gênero feminino e 41 do gênero masculino, prevalecendo às idades entre 25 e 28 anos, como vemos no gráfico 3.

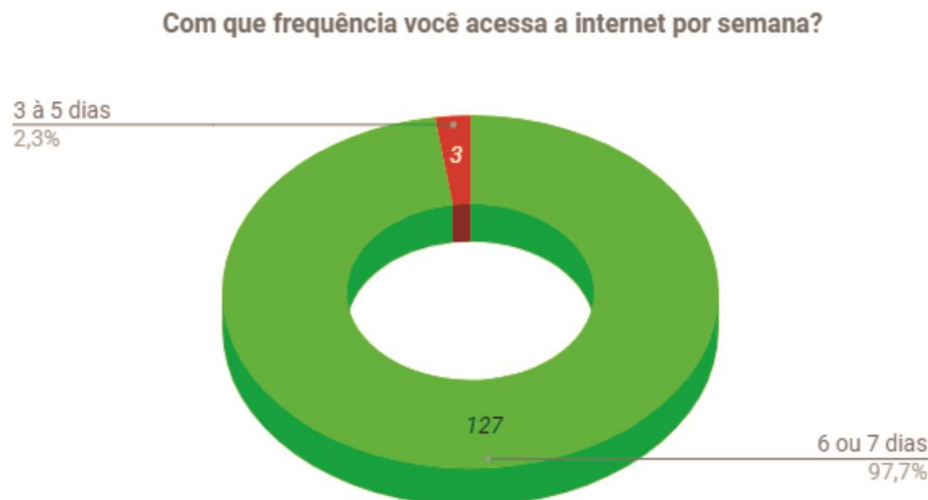
Gráfico 3: Idade dos Sujeitos



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Quanto ao acesso a internet, a pesquisa apontou que a maioria dos sujeitos se utiliza diariamente, tendo contato com redes sociais constantemente, de 6 a 7 dias da semana, contando com 56 sujeitos que trabalham e estudam, 40 apenas estudam e 34 apenas trabalham, como vemos no gráfico 4.

Gráfico 4: Acesso à Internet



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No decorrer dos dias em que os sujeitos afirmam se utilizarem da internet, seis redes sociais se destacam quanto ao acesso para troca ou compartilhamento de mensagens (escrita, som ou imagem) respectivamente, por ordem de utilização: *Whatsapp*, *Instagram*, *Facebook*, *E-mail*, *Messegere* *Twitter*. Assim, para os sujeitos da pesquisa, três redes sociais já se encontram obsoletas e sem interesse ativo: *Hangouts*, *Google+* e *Skype*.

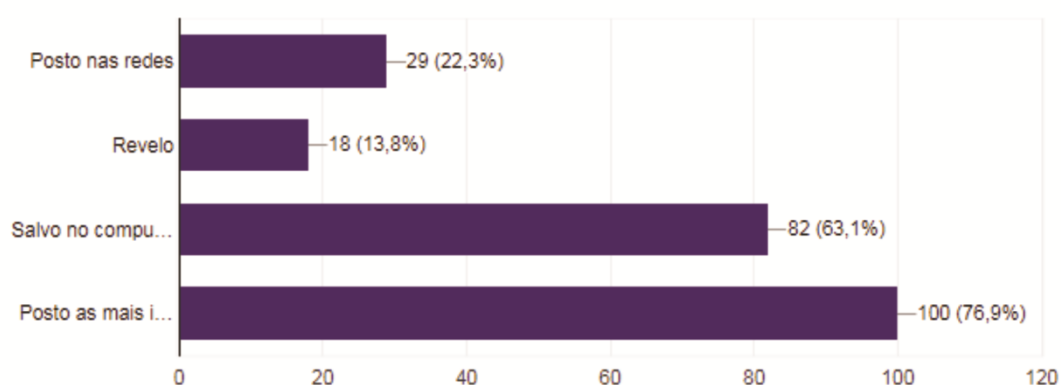
Dentre as seis redes de destaque, o *Facebook* e *Whatsapp* despontam como preferenciais para o compartilhamento de notícias, enquanto o *Instagram* desponta como principal opção para postagem de fotos particulares e públicas, além de ser a primeira opção para descobrir novas opções de estabelecimentos de compra, lazer e culturais para mais de 67% dos entrevistados.

Dos 130 entrevistados, 124 (95,4%) são usuários ativos do *Instagram* e já postaram imagens ou vídeos de parques, museus, teatros, exposições, cinema ou eventos culturais. Além disso, 123 entrevistados afirmam que seguem personalidades públicas, influenciadores digitais e estabelecimentos culturais. Dentre esses usuários, 96 afirmam que já consumiram algo ou foram a algum lugar porque viram no *Instagram* de personalidades públicas, influenciadores digitais, ou no perfil de estabelecimentos culturais.

Gráfico 5: Influência no Instagram

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A influência do *Instagram*, como agente de memória contemporânea se mostra evidente quando os entrevistados afirmam que a principal finalidade de suas fotos cotidianas é a postagem das principais fotos nas redes (77%), além dos usuários que postam tudo no *Instagram* (22%), como podemos verificar no gráfico 6.

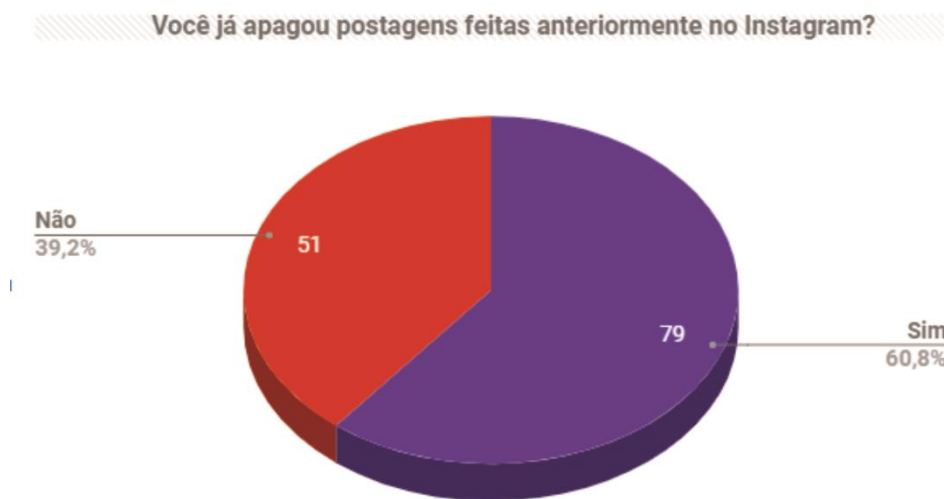
Gráfico 6: Destino das imagens

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Além disso, 97 entrevistados afirmam que para eles a principal função do *Instagram* é o registro da memória cotidiana. Em seguida, os entrevistados acreditam que quando suas fotos são postadas, os usuários requerem, em ordem de

importância, após o registro da memória: a) que as pessoas curtam; b) que as pessoas comentem; c) que as pessoas saibam onde eles estão e d) que as pessoas repercutam, na rede e fora da rede, suas postagens.

Gráfico 7: Memória fluida do Instagram



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Entretanto, apesar do maior número de sujeitos afirmarem que o *Instagram* serve, em primeira instância, para registro da memória, mais de 60% dos entrevistados afirmam já terem apagado fotos compartilhadas anteriormente na rede, como podemos ver no gráfico 7 acima. Dentre as justificativas, destacam-se as voltadas a mudança de opinião quanto à importância daquele registro na memória de sua rede social, quanto à antiguidade da foto ou por estarem feias. Podemos ver nesse gráfico como a memória pode tornar-se ainda mais efêmera nas redes sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, por meio da análise dos dados coletados no questionário, podemos assumir algumas considerações que nos levaram a também poder analisar os dados coletados na bibliografia dessa tese.

Vamos levar nossas considerações de modo a poder desenhar nosso esqueleto de pesquisa. Sendo assim, enxergamos que nosso objeto de pesquisa central é o conceito de patrimônio cultural digital, o qual fundamentalmente é constituído pelo fenômeno da informação digital (ou objeto digital). Esse fenômeno é continuamente enxergado de forma diferenciada a depender do contexto cultural existente, fato esse que irá constituir e moldar as memórias sociais. Todos esses aspectos são basilares às pesquisas sobre memória e patrimônio para a Ciência da Informação.

Assim, inicialmente, devemos entender que o regime de informação (a formação social conjunta de elementos em rede) do Patrimônio Cultural Digital existente no ambiente virtual é distinto do real analógico. Existem ainda particularidades que permanecem como um desafio à área da Ciência da Informação, a qual se ocupa dos fenômenos informacionais em ambientes específicos, produzidos pelo homem.

Assume-se ao longo desta pesquisa que o patrimônio cultural é uma representação responsável pela preservação da memória, tornando a memória menos efêmera, além de ser passível de ações políticas de preservação. Apenas quando o objeto é considerado patrimônio é que se enquadra dentro de políticas públicas e iniciativas propostas e torna-se possível de ser salvaguardado.

Uma das questões mais importantes quando está em debate o patrimônio cultural da sociedade, são as iniciativas e políticas que visam seu desenvolvimento, acesso e preservação. Não à toa, os incidentes do dia 02 de setembro de 2018 são a prova frívola da consequência do desatento a questão patrimonial e memorial.

Todos os aspectos sociais que têm por finalidade benefícios coletivos são, em essência, responsabilidade do governo e de iniciativas públicas, estas, quando não são revistas, acabam por não contribuir com aspectos contemporâneos. Contudo, grande parte do respaldo cabe à comunidade científica e a importância direcionada a determinados temas e segmentos. Quando incluímos a informação digital aos patrimônios, novos micropoderes surgem atrelados aos sujeitos, que são agentes e

agenciadores, além de responsáveis por preservar, disseminar e perpetuar a memória social advinda dos patrimônios culturais.

Tais sujeitos, na ultramodernidade, têm contribuído significativamente para um novo tipo de preservação do patrimônio cultural digital, por meio da disseminação e do acesso, principalmente por fotos ou imagens. As redes sociais ampliaram esse poder agenciador dos sujeitos, na medida em que aniquila o tempo e o espaço, tornando tudo passível de acesso ao apertar de um *click*.

A pesquisa aqui realizada com os usuários da rede social *Instagram*, procurou entender como se dá a relação dos indivíduos com a rede e a memória que se constitui nesse processo. Ficou clara a importância da postagem de fotos para os entrevistados, sejam elas fotos particulares ou de lugares públicos, de lazer, compras ou culturais (79% dos entrevistados postam suas fotos no *Instagram*). Assim, confirma-se o pensamento de que no *Instagram* existe um lugar de memória e que esse lugar se configura como um lugar de disseminação e acesso aos Patrimônios Culturais Digitais por meio da divulgação e acesso que as conexões estabelecidas entre os usuários permitem. A facilidade de postar e encontrar patrimônios são uns dos muitos benefícios que as redes sociais agregam ao campo patrimonial.

Um exemplo evidente tornou-se visível após a tragédia que acometeu o Museu Nacional. Estudantes e pesquisadores da museologia e profissionais da informação estão pedindo em suas redes sociais que enviem e compartilhem fotos e vídeos do Museu Nacional, visando construir uma memória digital do muito que se perdeu.

Entretanto, as redes sociais estão a substituir as relações físicas, bem como suas experiências. De certo modo, a importância destinada ao acesso às redes é tão significativa para os usuários que, como apontou a pesquisa, não há espaço para o desatualizado e o feio. As novas relações estabelecidas no ciberespaço requerem curtidas, comentários e repercussão, cibridamente. Se a memória ali representada não for capaz de trazer isso, ela facilmente é deletada. Nesse sentido, o diálogo entre a memória e o esquecimento torna-se ainda mais evidente na modernidade líquida das redes sociais, com a perspectiva do desaparecimento.

Contudo, paralelo as questões sobre preservação digital, ou curadoria digital, referente ao PCD, outras questões são essenciais para que haja avanço nas políticas públicas, sendo uma delas as investigações quanto a apropriação do conceito de Patrimônio Cultural Digital, principalmente pela Ciência da Informação.

Após nossas análises, verificamos que todo PCD é, antes de tudo, um patrimônio cultural o qual está ambientado nas redes e possui novos formatos, novas configurações e novas potencialidades. Sendo assim, todas essas características precisam ser discutidas, com investigações sobre seus limites, fragilidades e possibilidades, para que políticas públicas sejam criadas e abranjam todo o universo o qual se insere os patrimônios digitais. As redes sociais são um avanço no acesso, mas não deixam de ser passageiras e espetaculosas.

Nesse sentido, inferimos que as redes sociais, instrumento primeiro e ultramoderno da cibercultura, contribuem para um importante fator de exposição em grande escala dos objetos digitais categorizados como patrimônios culturais digitais. Seu modo de preservação se dá pela utilização, exposição, disseminação, divulgação e, quando não deletadas, registro memorialístico por meio de visões individuais, que virão a constituir uma memória social.

Todavia, devido a sua volatilidade, as redes, ambientes socioculturais da ultramodernidade, infligem diretamente nas memórias sociais dos sujeitos contemporâneos e em suas identidades. Entendemos que na ultramodernidade os patrimônios digitais são parte integrante das mudanças ocorridas tanto nos quadros memoriais como nas identidades dos sujeitos devido a sua constituição, como identificado na literatura da Ciência da Informação: os objetos digitais (fotos, vídeos, etc.).

A virtualidade já é uma realidade. Estamos migrando continuamente para as redes. Patrimônios culturais digitais andarão de mãos dadas, cada vez mais, aos patrimônios culturais analógicos. Acreditamos não em uma sobreposição, mas em um compartilhamento de espaço. E, para isso, políticas são fundamentais à salvaguarda digital.

Esses pensamentos são conclusões atreladas aos levantamentos efetuados na BRAPCI quando ao conceito de PCD e sua apropriação na CI. Podemos verificar que a cada ano novos quesitos surgem relacionados ao PCD, sempre levantamento novas emergências de pesquisa. Nos últimos anos, à preservação do patrimônio digital, indo na direção de soluções e aperfeiçoamento de metodologias de preservação, e deixando de lado a confiabilidade ou não da tecnologia vem crescendo.

Contudo, o tema das redes sociais é emergente na área relacionada ao PCD e vem ganhando destaque nos últimos anos de publicações do ENENCIB, por

exemplo. Esse pensamento desmitifica muitos questionamentos sobre as redes sociais não serem ambientes propícios à pesquisa na área da Ciência da Informação. Muito pelo contrário, as redes sociais são uma realidade latente, de uma sociedade cívica e ultramoderna que não se abstém de ocupar todos os espaços urbanos, analógicos ou virtuais. Os usuários e, por conseguinte os pesquisadores devem estar onde a informação se encontra efervescente.

Isso nos leva a nossa outra temática de pesquisa, referente ao conceito de informação digital. Foi possível observar na pesquisa efetuada na BRAPCI que dentre as subáreas que mais se utilizam do termo, estão: gestão da informação, competência informacional, educação infantil, além da preservação digital. Nota-se, inclusive, que o conceito de patrimônio vem sendo atrelado ao termo informação digital como uma necessidade de atenção da CI.

Ressaltamos aqui um pensamento que afirmamos durante a tese: Informação é ser, digital é estar. Um é a condição epistêmica do conhecimento, o digital é o modo como nós projetamos nossas interfaces (exomemórias), ou seja, um estado (registrado) do conhecimento. A informação encontra-se em meio digital, mas é, acima de tudo, informação.

Entretanto, quando analisamos os textos, verificamos que outro conceito estava sendo mais utilizado quando atrelado ao PCD: objeto digital.

Durante a elaboração dessa tese, ainda em sua qualificação em 2018 o termo era emergente e não eram numerosas suas publicações. Em menos de dois anos as pesquisas triplicaram utilizando-se do conceito de objetos digitais, em sua maioria como sinônimo de informação digital, mas bem mais adequada quando levamos em considerações outros aspectos, como seus formatos e suas intencionalidades.

Nesse sentido, quando falamos de PCD enfatizamos que a utilização do conceito de objeto digital como seu constituinte na ultramodernidade se configura como a maneira mais assertiva de enxergar o regime do PCD de forma cívica, abrangendo todos os seus aspectos e particularidades.

Contudo, entendemos que para abranger o conceito de PCD e sua apropriação na CI, de modo a entender como sua utilização afetam os quadros memorialísticos, precisamos analisar suas implicações culturais, conceituais e informacionais, para poder assim levantar as políticas existentes e entendê-las. Assim, efetuamos uma densa pesquisa bibliográfica com aprofundamentos conceituais e aplicação de questionário em usuários.

As hibridações culturais são essenciais para entender porque os sujeitos estão a vivenciar sua realidade de forma cíbrida e a perceber novos modos de convivência, de forma fluídas, automatizadas, individualizadas e expositivas. Todos esses aspectos são moduladores de como se constituem ou se elevam os objetos a categoria de patrimônio cultural na ultramodernidade.

Destarte, entendemos que pesquisas futuras fazem-se necessárias para maiores discussões sobre os limites, existentes ou não, da constituição do PCD. Essas pesquisas serão fundamentais para a implementação de políticas públicas cada vez mais efetivas e que sejam eficientes perante a potencialidade do ambiente digital.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Memória Científica: a importância da preservação documental. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 20., 2010, Franca. **Anais...** ANPUH/SP – UNESP: Franca, 2010.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&a, 2003. p.30-45.

_____. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa nos estudos em memória social. In: Dodebei, Vera; Gondar, Josaida. (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: DPA, 2005, v. 1, p. 20-34.

ADDISON, Alonzo. Digital Heritage 2.0: Strategies for Safeguarding Culture in a Disappearing World. In: International Symposium on Information and Communication Technologies in Cultural Heritage, 2008, Ioannina. **Proceedings....** Disponível em: http://www.academia.edu/2519668/Digital_Heritage_2.0_Strategies_for_Safeguarding_Culture_in_a_Disappearing_World . Acesso em: 09 jul. 2018.

ALMEIDA, Marcos Antônio de. Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.43 n.2, p.284-297, maio/ago., 2014.

ALVES, Aline da Silva et al. Descrição de metadados mínimos para integração e preservação digital dos acervos científicos e culturais da Fundação Oswaldo Cruz: um estudo de caso. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/129000>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. O patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, 16(2): 111-122, maio/ago, 2004.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v5_n2/racin_v5_n2_artigo01.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul/ dez. de 2007.

_____. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 37, n. 3, 2008 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000300001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 set. 2018.

BALANDIER, Georges. Georges. **Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire**. Paris, 1955.

BACHRACHB, Peter; BARATZ, Morton. Two Faces of Power, **American Science Review** 56: 947-952. 1962.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, Howard. **Método de pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BELKIN, Nicholas; ROBERTSON, Stephen. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science** (JASIS), [S.l.], v.27, n. 4, p.197-204, July-Aug., 1976.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: Estudo e Reflexões. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio; GUIMARÃES, Italo José; SOUZA, Edivânio Duarte. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016

BITTENCOURT, Angela; MARCONDES, Carlos Henrique. Elementos para uma política brasileira de acesso integrado, utilização e preservação de acervos digitais em memória e cultura. **PragMATIZES**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, n. 16, p. 44-61, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27518/16801>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BORKO, Harold. Information science: what is this?. **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BOSI, A. Considerações sobre o tempo e informação. **Cidade do Conhecimento**. São Paulo: USP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A Herança. In: **Cultura e Subjetividade** – Saberes nômades. LINS, Daniel (org.). Campinas: Papirus, 2.ed., 2000.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. **Datagramazero**: Rio de Janeiro, v. 14, p. 1, 2013.

BRASILEIRO, Felipe Sá; LOUREIRO, José Mauro Matheus; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma reflexão histórico-epistemológica da perspectiva social no campo da Ciência da Informação. **Investigación Bibliotecológica**, México, v.29, n.65, p.137-159, jan./abr., 2015.

BROOKES, Bertram. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, [S.l.], v.2, n.1, p.125-133, 1980.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques.; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of American Society for Information Science**, v.5, n. 42, p. 351-360, 1991.

BRASIL. **Constituição** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pas/tabelas>>. Acesso em: 04 set. 2018

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Cintrão e Ana Regina Lessa. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2001. 392p.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CAPRA, Fritjof. Vivendo redes. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. **O Tempo Das Redes**. Editora Perspectiva, 2008.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CATROSA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade 10.5007/1518-2924.2007v12n23p152. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 23, v. 12, p. 152-170,

2007. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/38763>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.115-132.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CORNELSEN, Julce Mary; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Memória na perspectiva da Ciência da Informação: de Habwachs ao século XXI. In: Eliete Correia dos Santos; Francinete Fernandes de Sousa. (Org.). **Seminários de saberes arquivísticos**: reflexões e diálogos para formação do arquivista. 1ed. Curitiba: Appris, 2013, p. 83-121.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. especial, p. 15-26, 1º semestre, 2006.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Lisboa: Edições Fim de Século, 2003.

DALLAS, Costis. An Agency-oriented Approach to Digital Curation Theory and Practice. In: INTERNATIONAL CULTURAL HERITAGE INFORMATICS MEETING (ICHIM07), 2007, Toronto. **Proceedings...** Toronto: Archives & Museum Informatics. 2007. Disponível em: <http://www.archimuse.com/ichim07/papers/dallas/dallas.html>. Acesso em: 4 set. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: esquizofrenia e capitalismo. São Paulo: Editora 34, 2004.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. 222 p. (Coleção Histórica).

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: Vera Dodebei; Jô Gondar. (Org.). **O que é memória social?**. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, v. 1, p. 43-54.

_____. Patrimônio Digital Virtual: herança, documento e informação. In: 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. **Anais da 26a**. Reunião

Brasileira de Antropologia. São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. v. 1. p. 1-12.

_____. Novos meios de memória: livros e leitura na época dos weblogs. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. esp. 1. sem., p. 129-143, 2009. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/91824>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. Memória e informação: interações no campo de pesquisa. In: Eduardo Ismael Murguia. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. 1ed. São Carlos: Compacta, 2010, v. 1, p. 59-78.

_____. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **DataGramaZero**, n. 2, v. 12, 2011. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/7335>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. Memória do conhecimento: em busca de sustentabilidade para os objetos digitais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 43, n. 1, june 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1424>>. Acesso em: 04 set. 2018.

DODEBEI, Vera Lucia; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramaZero**, n. 5, v. 9, 2008. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6345>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

DOMINGUES, Diana; VENTURELLI, Suzete. Cibercomunicação híbrida no continuum virtualidade aumentada e realidade aumentada: era uma vez ... a realidade. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 108-121, 2007.

DUARTE, Fábio; FREI, Klaus. Redes urbanas. In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. **O Tempo Das Redes**. Editora Perspectiva, 2008.

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia. A institucionalização do patrimônio cultural. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, v.4, n.1, mar. 2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da Cultura** – Ensaios de Antropologia

DUTRA, Moisés Lima; MACEDO, Douglas Dyllon Jeronimo de. Curadoria digital: proposta de um modelo para curadoria digital em ambientes big data baseado numa abordagem semi-automática para a seleção de objetos digitais. **Informação & Informação**, v. 21, n. 2, p. 143-169, 2016. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/v/a/22209>>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

ECO, Umberto. **Travels in hyperreality**. New York: A Helen and Kurt Wolff book, 1983.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN**: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010.

FERREIRA, Rubens; ROCHA, Luísa Maria Gomes. Museu virtual conversão digital: curadoria digital e interfaces virtuais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104488>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Museus virtuais: entre termos, conceitos e formatos. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102039>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. **Redes eletrônicas e necessidades de informação**: abordagem do sense-making para estudo de comportamento de usuários do Instituto de Física da USP. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória**: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB. 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Além do apenas moderno**: sugestões em torno de possíveis futuros do homem em geral, e do homem brasileiro, em particular. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na ultramodernidade. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 7., 19 a 22 nov. Marília, 2006.

GALINDO, Marcos. Tecnologia & Memória. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 50, p. 179-190, 2010.

_____. O Dilemma do Pharmacon. **Ciência da Informação**, n. 1, v. 41, 2012. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/22210>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. **Os sistemas memoriais e as redes da memória**. Conferência apresentada no II Seminário Serviços de Informação em Museus. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo; SESC -São Paulo, setembro de 2012.

GALVÃO, Leandro Cleyton. Os sentidos do termo virtual em pierre lévy. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 108-120, set./ mar. 2017.

GANTZ, John. The Diverse and Exploding Digital Universe : an Updated Forecast of the Worldwide Information Growth through 2011. **International Data Corporation (IDC)**, 2008.

GANTZ, John; REINSEL, David. The digital universe in 2020: Big Data, nigger digital shadows, and biggest growth in the far east. **IDC**, New York, v. 3, Dec. 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Tradução de Fanny Wrolbel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ; UNIRIO, 2003, p. 21-29.

_____. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007, p. 107-116.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Josaida; Dodebei, Vera. (Org.). **O que é memória social?**. 1ed. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2005, v. 1, p. 11-26.

GONZALEZ, Marco; FILHO, Omer; BORGES, Karen. Informação digital no ensino presencial e no ensino a distância. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 101-111, maio/ago. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 23-36.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [Rio de Janeiro], v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

GRANATO, Marcus. Panorama Sobre o Patrimônio da Ciência e Tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus. **Cultura Material e Patrimônio de C&T**. Rio de Janeiro, 2009. p. 78-102.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e Documento: expressão material do patrimônio. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v.3, n.1, p.57-69, jan/jun, 2012.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e da Tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural brasileiro**. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

GOUVEIA JÚNIOR, Mario; GALINDO, Marcos; SOARES, Sandra; NASCIMENTO, Ângela. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Em Questão**, v. 21, n. 1, p. 76-95, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/11528>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

HAMDAN, Camila. **Realidade Cíbrida**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – 2009. 99f. Programa de Pós-Graduação em Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. Narrativas, Patrimônio Digital e Preservação da Memória no Facebook. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 123-146, ago. 2017.

HILBERT, Martin; LÓPEZ, P. The World's Technological Capacity to Store, Communicate, and Compute Information. **Science**, v. 332, n. 6025, p. 60-65, apr. 2011.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HODGE, Gail. Best practices for digital archiving : an information life cycle approach. **D-Lib Magazine**, v. 6, n. 1, 2000.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação**: uma introdução à informação como fundação da ação, da comunicação e da decisão. Lisboa-PT: Universidade Católica Editora, 2003.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun., 2012.

IPHAN. **Sobre o IPHAN**. 1999. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm> Acesso em: 09 mar. 2020

KALLINIKOS, Jannis; AALTONEN, Aleks; MARTON, Attila. A theory of digital objects. **First Monday**, v. 15, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3033/2564>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

KAPLAN, Andrea; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. **Business Horizons**, Vol. 53, Issue 1, 2010.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital**: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando? Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. O currículo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v.7, n.1, p.01-05, jan./jun., 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico, 26ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEE, Christopher; TIBBO, Helen. Where's the Archivist in Digital Curation? Exploring the Possibilities through a Matrix of Knowledge and Skills. **Archivaria**, v. 72, p.123-168, 2011. Disponível em: <https://ils.unc.edu/calleep/p123-lee.pdf> . Acesso em: 04 set. 2018.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEONTIEV, Alexis. **O homem e a cultura**. In: Desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3 ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **O que é o virtual?** 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

LINS, Daniel. Memória, esquecimento e Perdão (Per-Dom). In: **Memória e Construções de Identidades**, Rio de Janeiro: 7 letras, p. 09-15, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LONDON, Jack. **Adeus, Facebook**: o mundo pós-digital. 2.ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2014. 176p.

LONGAIR, Sarah. Cultures of Curating: The Limits of Authority. **Museum history journal**, v. 8, n. 1, p. 1-7, Jan. 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1179/1936981614Z.00000000043> Acesso em: 04 set. 2018.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Educação ambiental e memória cultural: a busca da construção de sentidos. In: MATA, Speranza França da. (Org.). **Educação ambiental: projetivas do século**. Rio de Janeiro: MZ, 2001, p. 38-41.

_____. Socialização da informação: nadando contra a corrente. **Informação & Sociedade: Est.**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 81-93, 2002.

LYNN, Laurence. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

MACHADO, Kettuly Costa; ENSSLIN, Sandra Rolin; VIANNA, William Barbosa; ESLLIN, Leonardo. Avaliação de Desempenho na Gestão da Informação Digital: contribuições da literatura científica **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.26, n.2, p. 155-172, maio/ago. 2016.

MARCONDES, Carlos Henrique. Relacionamentos culturalmente relevantes para interligar objetos do patrimônio digital na web usando tecnologias de dados interligados. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102416>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.89-93, jan./abr. 1995.

MEAD, Lawrence. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits, **Policy Currents**, 1995.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2009. 204p.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez., 2013, p. 33-63.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **O Custodialismo e a Teoria da Intencionalidade**. 1. ed. Recife: Liber, 2012.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. A Teoria da Intencionalidade e a Informação: definições e propriedades para a informação. In: RENDON ROJAS, Miguel Angel. (Org.). **La Intencionalidad em La Ciencia da Informacion Documental**. Cidade do México. 1ed. Cidade do México: UNAM Instituto de La investigaciones Bibliotecologicas y de La Informacion, 2018, p. 35-60.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana; PICKLER, Maria Elisa. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a11.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MORAES, Nilson. Saúde, imprensa e memória. In: LEMOS, brites; Bahia, Luís. (Org). **Percursos da memória**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

_____. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: **Revista Museologia e Patrimônio** – vol.1 – jan./jul. 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. de 1993.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. Arte Rupestre como Signo: uma abordagem semiótica do fenômeno infocomunicacional. In: **Global Rock Art**, 2009, São Raimundo Nonato. Global Rock Art. 2009.

_____. Informação e semiótica. **Semeiosis**: semiótica e transdisciplinaridade em revista, v. 3, p. 1-17, 2011.

OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães; MALTA, Albertina Otávia Lacerda; GOUVEIA JUNIOR, Mario. Objetos Digitais em Fluxo: a virtualização de acervos museológicos garante o acesso e a aplicação social da informação patrimonial?. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Vitória Peres de. Uma informação tácita. **DataGramZero** – Revista da Ciência da Informação, v. 6, n. 3, 2005.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Missão do Bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.

OTLET, Paul. **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro**: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 20-24, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: Papel da memória. Campinas-SP: Pontes, 1999, p. 49-56.

PERALTA, Elsa. Abordagens Teóricas aos estudos da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**: Antropologia, Escala e Memória, 2007.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. Morpheus: **Revista Eletrônica em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; Loureiro, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, MCT/CNPq/IBICT, v.24, n.1, jan./abr., 1995, p.42-53.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo **PRESERVMAP**: Um roteiro da preservação na era digital. Porto: Edições Afrontamento; CETAC. Media, 2009.

PIRES, Walderez Aparecida de Oliveira. **O que é informação?** Marília, 32p. Trabalho não publicado.

PIZZORNO, Ana Claudia; CORRÊA, Elisa Delfini. Competência em Informação Digital: o ponto de vista dos bibliotecários gestores das bibliotecas universitárias da associação catarinense das fundações educacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PUNTONI, Pedro. Rede Memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil. In: GOBEL, B.; CHICOTE, G. (Ed.). **Transiciones inciertas**: Archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina. Berlín: Instituto Ibero-Americano de Berlín, 2017, p. 120-152. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.553/pm.553.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

REIS, Marina Gowert dos; SERRES, Juliane; NUNES, João Fernando. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 45, p. 54-69, 2016.

REIS, Marina Gowert dos; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen; SILVEIRA, Thiago Rodrigues. Patrimônio cultural digital: uma incursão a partir da Maine Memory Network. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, Rio Grande do Sul, 2015.

RIBEIRO, Célia Pereira; PIRES, Erik André de Nazaré. A preservação da informação em relação ao patrimônio cultural na atualidade. **DataGramZero** - Revista de Informação, v.15, n.1, fev, 2015.

RIBEIRO, Fernanda. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **IV Encontros do Outono** – Memória, História e Patrimônio – Bibliotecas, Arquivos e Museus, Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, outubro, 2001.

_____. A Arquivística Como Disciplina Aplicada no Campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Nelson de Almeida. Introdução ao mets preservação e intercâmbio de objetos digitais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da**

Informação, v. 13, n. 26, p. 172-187, 2008. Disponível em:
<<https://www.brapci.inf.br/v/a/5153>>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

RODRIGUES, Viviane da Rocha; MUÑOZ, Ivette. Comunicação e Mediação entre a Criança da Primeira Infância e a Informação Digital na Educação Infantil. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 069-080, 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. As linguagens como antídoto ao midiacentismo. **Matrizes**. São Paulo, ano 1, número 1, jul-dez., 2007, p.75-97.

SANTOS, Henrique Machado; FLORES, Daniel. As estratégias de emulação como fundamento para a preservação de objetos digitais interativos: a garantia de acesso fidedigno em longo prazo. **Informação Arquivística**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em:
<<https://www.brapci.inf.br/v/a/18263>>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

SANTOS, Thayse Natalia. **Curadoria digital**: o conceito no período de 2000 a 2013. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SARACEVIC, Tefko; WOOD, Judith. **Consolidation l'information**: guide pour l'évaluation., la reorganization et le reconditionnement de l'information scientifique et technique: version provisoire. Paris: Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Redescoberta da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesps, 1997.

SHANNON, Claude. A mathematical theory of communication. **Bell System Technical Journal**. v.27, p.379-423, 1948.

SHERA, Jesse. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v.22, p.76- 80, apr. 1971.

SHIRKY, Clay. **Lá Vem Todo Mundo**: o Poder de Organizar Sem Organizações. Tradução de Maria Luiza Borges. 1.ed. Rio de Janeiro: 2011.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Curadoria Digital: um termo interdisciplinar. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v.3, n.2, p.21-38, jul./dez. 2016.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; TAVARES, Aureliana; LIMA, Marcos Galindo; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Projetos de curadoria digital: um relato de experiências. Bibliotecas. **Anales de Investigación**; v.14, n.2, 2018, 164-178.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Edilene; GARCIA, Joana Coeli; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Heterogeneidade de sentidos em cultura e política. **Políticas e Práticas Culturais**. 1ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, v. 1, p. 37-49.

SILVA, Fabiola Rubim. Preservação digital: um diagnóstico da literatura especializada brasileira. **Biblionline**, n. 2, v. 11, p. 57-72, 2015. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16562>>. Acesso em: 29-jan.-2020.

SILVA, Faysa Maria de Oliveira; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Análise de modelos de ciclos de vida para curadoria de objetos digitais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017.

SILVA, Humberto Rafael de Andrade. Patrimônio cultural e representações do Recife a partir dos acervos da Fundação Joaquim Nabuco: o olhar de Benício sobre o Recife. Simpósio Nacional de História. 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1371206591_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SILVA, Márcio Bezerra da; MIRANDA, Zeny Duarte de. Estudo sobre a adoção da folksonomia em sistemas de informação: uma proposta de hibridismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/search/authors/view?firstName=M%C3%A1rcio&middleName=Bezerra%20da&lastName=Silva&affiliation=Universidade%20de%20Bras%C3%ADlia%20%28UNB%29&country=BR>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SILVA, Jaciara Januário da; SILVA, Lídia de Jesus Oliveira Loureiro da; FURTADO, Cássia Cordeiro. O (re)uso de objetos digitais: limites e exceções do direito autoral em prol da sociedade e da cultura. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade**: Est., João Pessoa, v.25, n.1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

SILVA JÚNIOR, Laerte Pereira da; MOTA, Valéria Gameleira da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ciência da Informação**, n. 1, v. 41, 2012. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/18288>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. Tendências da produção científica brasileira sobre patrimônio cultural na ciência da informação. **RACIn**, João Pessoa: v.5, n.1, p.7-23, jan./jun., 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 1-23, 1º sem. 2010.

STUEDAHL, Dagny. Digital Cultural Heritage Engagement - A New Research Field for Ethnology. **Ethnologia Scandinavica**, v. 39, p. 67-81, 2009.

TAVARES, Derek Warnick da Silva; LOUREIRO, José Mauro Matheus; MEDEIROS, Shara Rachael Silva Dultra de. Informação e Memória: acerca das interrelações. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 16., João Pessoa, 2015.

TELLES; André. A Revolução das Mídias Sociais. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2011.

TIBBO, Helen; HANK, C.; LEE, Christopher. Challenges, curricula, and competencies: researcher and practitioner perspectives for informing the development of a digital curation curriculum. In: **ARCHIVING 2008**, Bern, 2008. Final Program and Proceedings. Springfield: Society for Imaging Science and Technology, 2008.

THIBODEAU, Kenneth. Overview of Technological Approaches to Digital Preservation and Challenges in Coming YearsThe State of Digital Preservation: An International Perspective. **Anais...** Washington: CLIR and Library of Congress, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TYLOR, Edward. **Primitive culture**. Londres: John Mursay & Co, 1958.

UNESCO. **Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. Paris, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://www.unesco.org/eri/la/convention.asp?KO=13055&language=E>> Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 09 jul. 2018.

VIANA, Karina Muniz. Museu e indivíduo globalizado. **Memória e Informação**, v. 3 n. 2, n. 2, p. 137-144, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127423>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

VIDICH, Arthur ; LYMAN, Stanford. Método qualitativo: sua história na sociologia e na antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 49-90.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP**. 2006. Disponível em: < <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html> > Acesso em 30 ago. 2018.

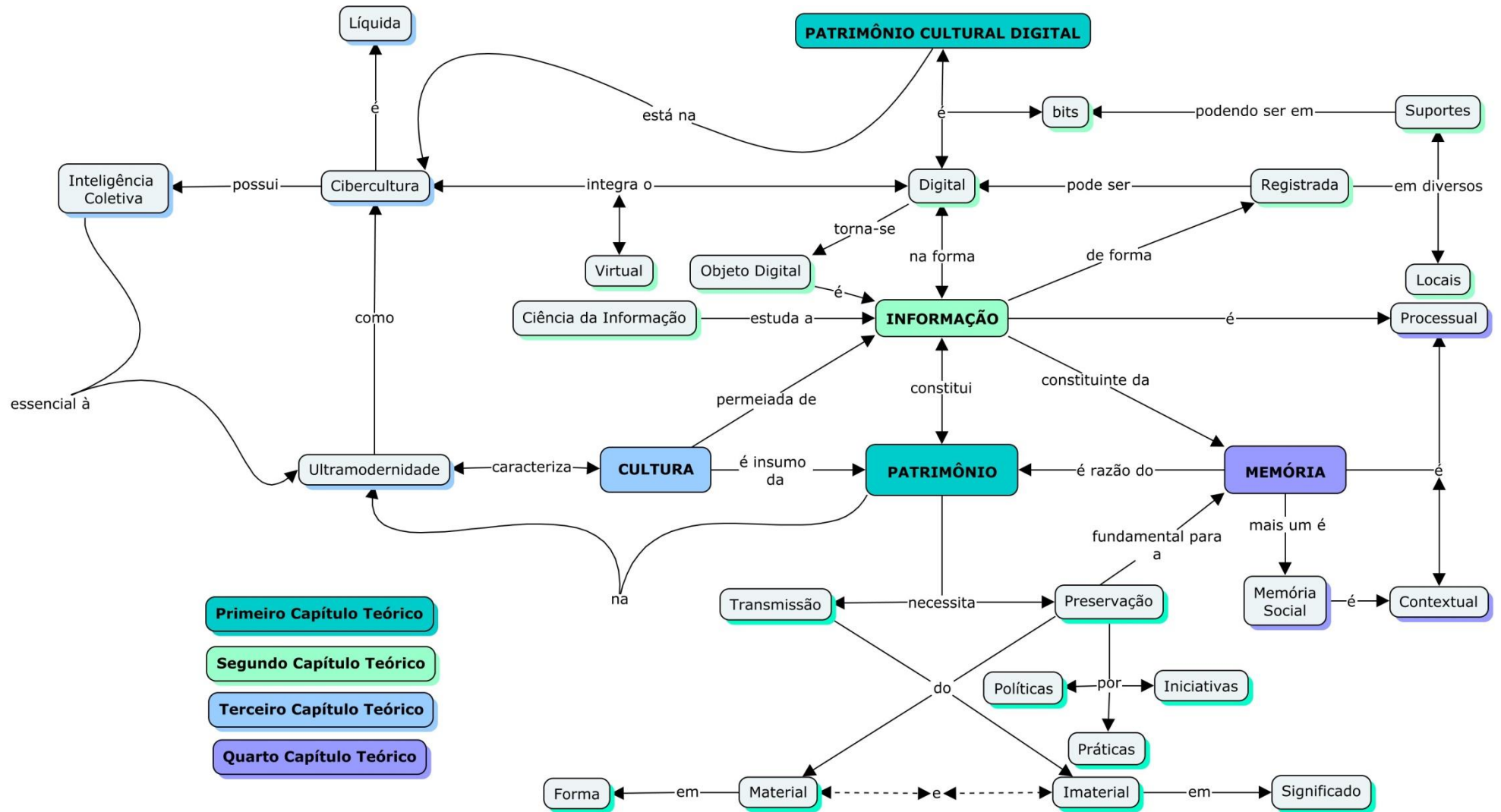
YUS RAMOS, Rafael. Temas transversais: a escola da ultramodernidade. In **Patio. Revista Pedagógica**. Ano 2, no . 5 maio/julho, p. 8-11, 1998.

ZEMAN, Jirí. Significado filosófico da noção de informação. In: ROYAUMONT, C. de (Org.). **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p.154-168.

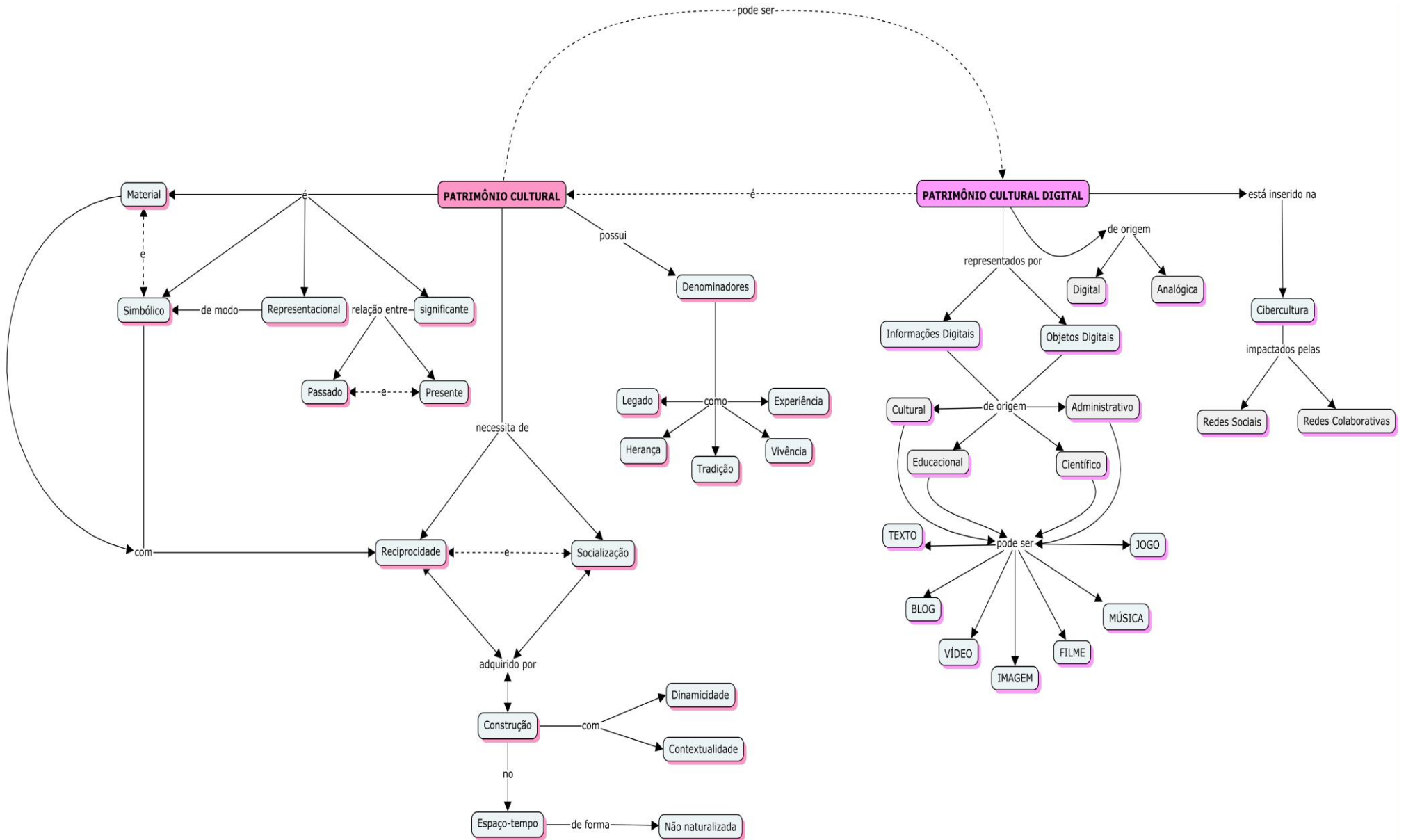
APÊNDICES

APÊNDICE A – Mapa conceitual da tese.....	183
APÊNDICE B - Mapa Conceitual da constituição do PCD.....	184
APÊNDICE C - Mapa conceitual para uma construção do conceito de informação....	185
APÊNDICE D - Mapa Conceitual da informação e objeto digital.....	186
APÊNDICE E – Questionário da pesquisa – Coleta de Dados.....	187
APÊNDICE F – Questionário da pesquisa – Coleta de Dados.....	188

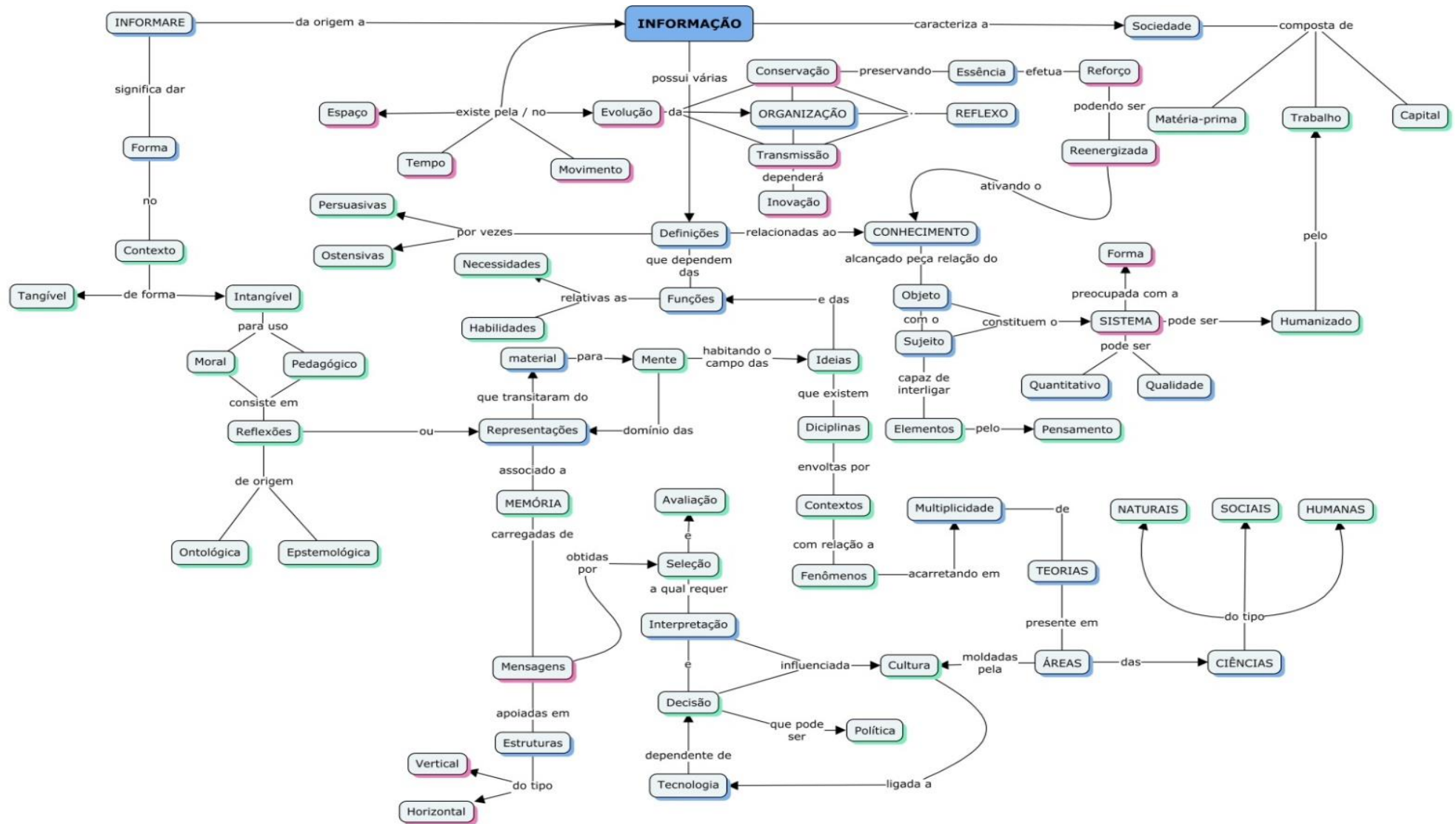
APÊNDICE A - Mapa conceitual da tese



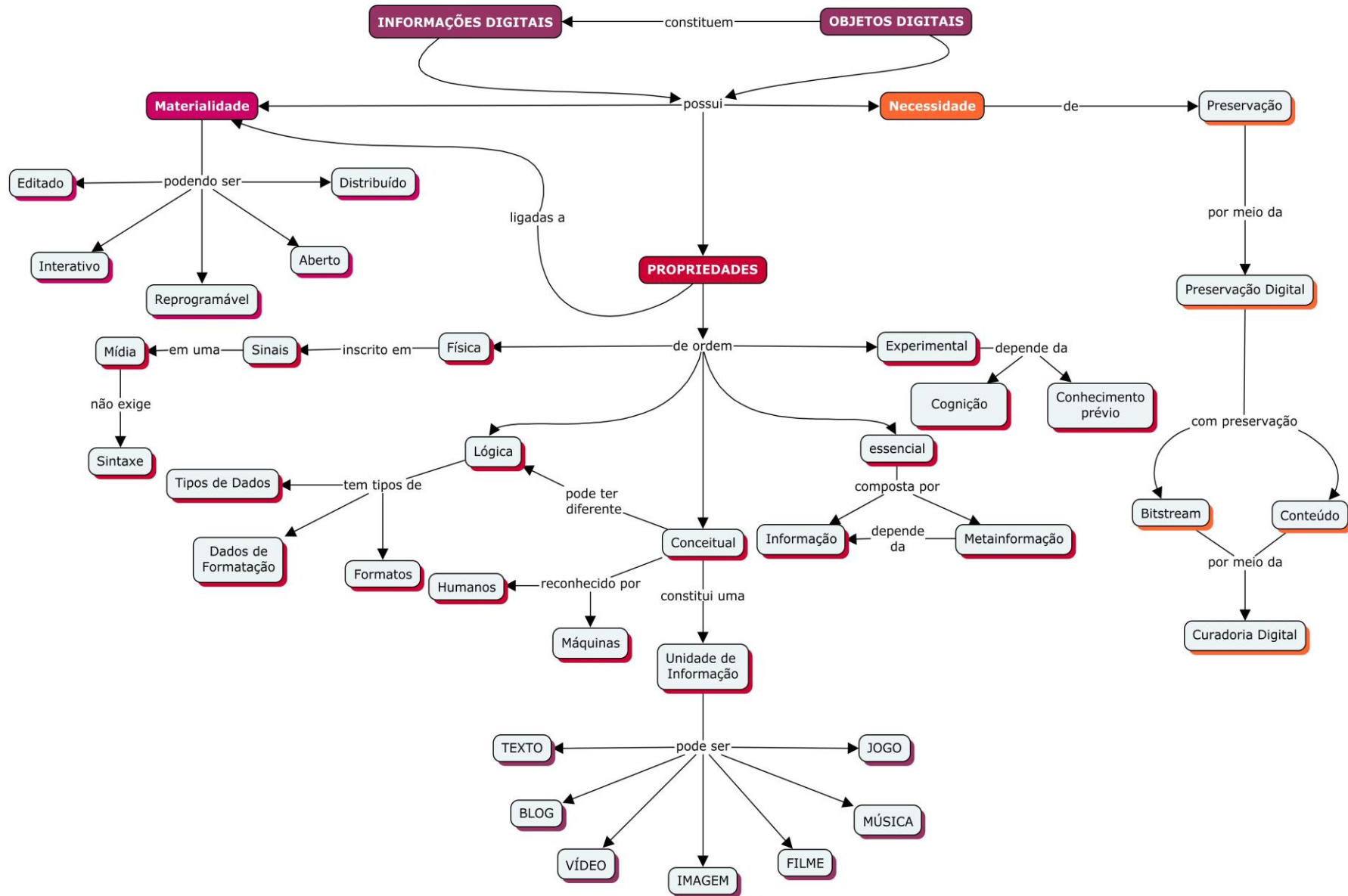
APÊNDICE B - Mapa Conceitual da constituição do Patrimônio Cultural Digital



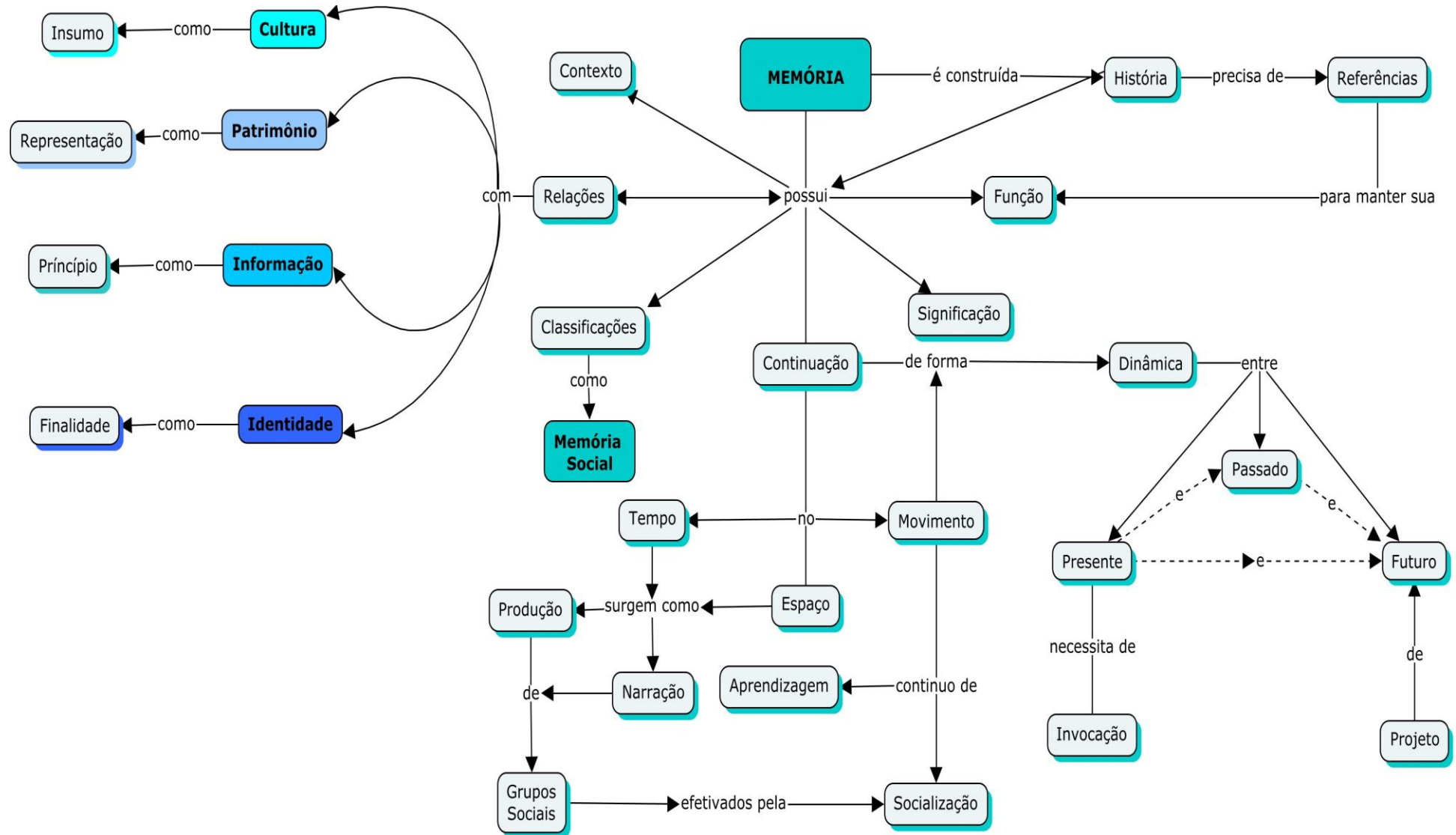
APÊNDICE C - Mapa conceitual para uma construção do conceito de informação



APÊNDICE D - Mapa Conceitual da informação e objeto digital



APÊNDICE E - Mapa Conceitual da Constituição da Memória



APÊNDICE F- Questionário da pesquisa – Coleta de Dados

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI
DOUTORANDA: STPHANIE SÁ LEITÃO GRIMALDI
ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ MAURO MATHEUS LOUREIRO
CO-ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a MÁJORY KAROLINE DE OLIVEIRA MIRANDA
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA - COLETA DE DADOS

Redes Sociais: práticas cotidianas na cibercultura

Este questionário, instrumental técnico, tem como objetivo investigar as práticas sociais nas redes sociais, com via a desenvolver estudo sobre a memória e os patrimônios culturais digitais na ultramodernidade mediados pelas redes sociais.

1. ENDEREÇO DE E-MAIL:

E-MAIL: _____

2. QUAL SUA IDADE

IDADE: _____

3. QUAL SEU GÊNERO

☐ FEMININO

☐ MASCULINO

☐ PREFIRO NÃO DIZER

4. QUAL SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

☐ ESTUDA

☐ TRABALHA

☐ ESTUDA E TRABALHA

5. Com que frequência você acessa a internet por semana?

☐ NÃO ACESSA

☐ 1 À 2 DIAS

☐ 3 À 5 DIAS

☐ 6 À 7 DIAS

6. Você costuma compartilhar suas experiências cotidianas na internet?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ TALVEZ

7. Quantas vezes por semana você troca ou compartilha mensagens (escrita, som ou imagem) com seus amigos através de

	Nenhuma	1 à 2 vezes	3 à 5 vezes	6 ou 7 vezes
Hangouts	☐	☐	☐	☐
Google +	☐	☐	☐	☐
Skype	☐	☐	☐	☐
Instagram	☐	☐	☐	☐
Twitter	☐	☐	☐	☐
Facebook	☐	☐	☐	☐
Whatsapp	☐	☐	☐	☐
E-mail	☐	☐	☐	☐
Messenger	☐	☐	☐	☐

8. Caso deseje compartilhar uma notícia, quais redes / mídias sociais você escolheria preferencialmente?

- () Hangouts
- () Google +
- () Skype
- () Instagram
- () Twitter
- () Facebook
- () Whatsapp
- () E-mail
- () Messenger
- () Outra: _____

9. Você já postou fotos de parques, museus, teatros, exposições, cinema ou eventos culturais?

- () Sim
- () Não

10. Caso deseje compartilhar uma foto ou imagem, qual seria sua opção, de 1 a 9. Sendo “1” a rede que você menos optaria e “9” a que você mais optaria

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Hangout	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Google +	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Skype	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Instagram	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Twitter	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Facebook	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Whatsapp	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
E-mail	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Messenger	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

11. Em qual rede social você costuma procurar por imagens de locais públicos ou de lazer?

- () Facebook
- () Instagram
- () Outra: _____

12. Qual seria, dentre as duas citadas anteriormente, sua primeira opção?

- () Facebook
- () Instagram

13. Você é usuário do Instagram?

- () Sim
- () Não

14. Você segue alguém famoso ou estabelecimentos culturais?

- () Sim
- () Não

15. Você já consumiu algo ou foi a algum lugar porque viu no Instagram?

- () Sim
() Não

16. Como você dividiria seu uso do Instagram atualmente? (marque somente um número para cada ação, sendo o número "1" o uso menos frequente e o número "7" o uso mais frequente).

	1	2	3	4	5	6	7
Relatar o cotidiano	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Postar foto com amigos e familiares	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Divulgar seu trabalho	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Divulgar uma causa	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Estreitar relações	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Conhecer pessoas e lugares	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Acompanhar as notícias	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

17. O que você espera quando posta algo no Instagram? (Pode ser mais de uma opção).

- () Que as pessoas curtam
() Que as pessoas comentem
() Que as pessoas saibam onde está
() Que as pessoas repercutam dentro e fora da rede
() Que seja registrada sua memória cotidiana
() Outra: _____

18. O que você costuma fazer com suas fotos?

- () Posto nas redes
() Revelo
() Salvo no computador
() Posto as mais importantes

19. Você costuma fazer backup de suas fotos?

- () Sim
() Não

20. Que tipo de drive (ferramenta ou sistema) você usa para armazenar suas fotos?

- ☐ Drives externos (Cartão de memória, HD externo, CD, DVD, Pen drive)
- ☐ PicasaWeb
- ☐ Pintrest
- ☐ Google Drive
- ☐ Dropbox
- ☐ Não faço backup

21. Você já apagou postagens feitas anteriormente no Instagram?

- ☐ Sim
- ☐ Não

22. (Se sim) Por quê?
